NATALIA COSTA SILVA

“ELA DESATINOU, DESATOU NÓS, VAI VIVER SÓ”:

Famílias monoparentais femininas, violências e direitos sociais

Montes Claros – MG

2026

NATÁLIA COSTA SILVA

“ELA DESATINOU, DESATOU NÓS, VAI VIVER SÓ”:
Famílias monoparentais femininas, violências e direitos sociais

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros como requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Ildenilson Meireles Barbosa

Montes Claros – MG

2026

Silva, Natália Costa.
S586e "Ela desatinou, desatou nós, vai viver só" [manuscrito]: famílias monoparentais femininas, violências e direitos sociais / Natália Costa Silva. – Montes Claros (MG), 2026.
132 f. : il.

Bibliografia: f. 128-131.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Ildenilson Meireles Barbosa.

1. Monoparentalidade feminina. 2. Violência de gênero. 3. Direitos sociais. 4. Assistência estudantil. 5. Interseccionalidade. 6. Maternidade. I. Barbosa, Ildenilson Meireles. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: famílias monoparentais femininas, violências e direitos sociais.

Catalogação: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

NATALIA COSTA SILVA

“ELA DESATINOU, DESATOU NÓS, VAI VIVER SÓ”:
Famílias monoparentais femininas, violências e direitos sociais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Dissertação aprovada em: 28 de Agosto de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ildenilson Meireles Barbosa
Orientador
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Professora Dra. Barbara Therezinha Sepúlveda
Instituição: Universidade Estadual do Centro Oeste

Professor Dr,.Paul Jardim Martins Afonso
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros



Às mulheres.

Às que amam outras mulheres.
Às que vieram antes de mim.
Às que caminham ao meu lado.
Às que virão depois.

E à mulher que me tornei
ao longo desta caminhada.

IN MEMORIAM

À memória do meu pai Antônio Levi Costa e Zélia Mariele Rodrigues dos Santos, vítima de feminicídio em Montes Claros/MG, 2025. Que suas memórias permaneçam vivas naqueles que tiveram o privilégio de conhecê-los e amá-los, e que suas lembranças nos convoque, diariamente, ao compromisso com a vida, a dignidade humana e a justiça social.

“ (...) Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar
Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar
Um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define (você é seu próprio lar)
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
(...) Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima
Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar (...)”

Triste, Louca ou Má

Canção de Francisco, el Hombre · 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter sustentado meus passos quando me faltavam forças, por ter iluminado os meus caminhos quando as dúvidas pareciam maiores que as certezas e por ter me permitido escrever cada uma destas páginas.

À Lara Rabelo, minha principal apoiadora durante a construção deste trabalho. Obrigada por estar presente nos dias leves e, principalmente, nos dias difíceis. Obrigada por compreender minhas ausências, acolher minhas inseguranças e celebrar cada pequena conquista ao longo deste percurso. E, quem sabe, se a vida for generosa conosco, um dia possamos compartilhar também a experiência da maternidade, construindo juntas novos caminhos de cuidado, afeto e amor.

À mulher que me deu a vida, minha mãe, Rosineide. Não existem palavras suficientes para agradecer tudo aquilo que você representa para mim. Sua coragem e sua capacidade de continuar, mesmo diante das maiores dificuldades são parte daquilo que me tornou quem sou. Esta dissertação também é sua, porque muito do que escrevo nasceu da mulher que você foi e continua sendo.

Ao meu pai, Antônio Levi, que segue presente em cada escolha que faço, você foi a pessoa responsável por despertar em mim o compromisso ético com a justiça social. Foi com você que aprendi que não deveríamos permanecer neutros diante das desigualdades, das violações de direitos e dos sofrimentos produzidos por uma sociedade tão marcada por injustiças.

Aos meus irmãos, Alice e Horácio, por serem parte da minha história e das minhas motivações mais profundas. Crescer ao lado de vocês ajudou a construir muito do que sou. Obrigada pelas memórias compartilhadas e por seguirmos caminhando juntos, apesar das transformações que a vida nos impõe.

À Emilly Thayná, que ocupa um lugar muito especial nesta trajetória. A construção da nossa amizade jamais poderia ser explicada apenas pela coincidência de termos compartilhado uma turma. Te admiro e me orgulho de cada passo seu. Ao Junior Mendes, que também se tornou parte importante dessa jornada, te reencontrar foi um presente. Amo vocês.

Ao meu amigo, João Vitor, que precisou suportar em casa meus esquecimentos constantes e queixas de cansaço. Obrigada pela paciência, pela lealdade e por permanecer

presente, mesmo quando eu estava consumida pelos prazos e preocupações. Sua amizade foi um refúgio importante durante esse processo.

Às minhas amigas, Cinthia Telles, Taty Lopes e Simone Roseane. Mulheres extraordinárias, mães admiráveis e seres humanos que me inspiram diariamente. Ao observar suas trajetórias, aprendi que a maternidade não pode ser reduzida a idealizações simplistas. Vocês três são extraordinárias. Obrigada por me permitirem aprender tanto por meio das suas vidas e por me mostrarem, diariamente, que antes de serem mães, são mulheres incríveis.

À Simone, em especial, deixo um agradecimento que talvez jamais consiga traduzir completamente em palavras. Você foi uma das melhores pessoas que tive a felicidade de conhecer. Obrigada por acreditar em mim, por confiar no meu trabalho, por me incentivar quando eu mesma não enxergava minhas capacidades e por segurar minha mão em momentos que poderiam ter sido profundamente solitários.

Aos meus amigos, Rômulo Junior, Moisés de Oliveira, Verônica Moura, Brenda Rafaelly, Denise Vieira e obrigada pela amizade construída ao longo dos anos, pelas conversas que me sustentaram nos dias difíceis, pelas risadas compartilhadas, pelo acolhimento, pela escuta generosa e, principalmente, por acreditarem em mim. Vocês são minhas casas. E ter um lar, em diferentes pessoas, foi um dos maiores presentes que a vida me concedeu.

Ao professor Ildenilson, meu orientador, pela condução cuidadosa desta pesquisa. Obrigada pela confiança depositada em mim, pela disponibilidade ao longo do processo, pelas leituras atentas, pelas contribuições fundamentais e pela serenidade transmitida nos momentos em que tudo parecia mais difícil. Sua orientação foi muito além dos aspectos acadêmicos; foi também uma demonstração de respeito, humanidade e compromisso com a formação de seus orientandos.

À Pró-Reitoria de Extensão da Unimontes, espaço onde aprendi e continuo aprendendo sobre o compromisso social da universidade. Em especial, ao professor Rogério Othon, Pró-Reitor de Extensão, pela confiança e pelo incentivo constante e, ao professor Marcelo Brito, Pró-Reitor Adjunto e também meu amigo, cuja generosidade, escuta e companheirismo tornaram os desafios muito mais leves.

À equipe da Assistência Estudantil da Unimontes, que tive a felicidade de encontrar ao longo da minha trajetória profissional. Em especial, à Marajane Loyola, ao Deivson Gonçalves e à Magda Lima, pela parceria cotidiana, pela amizade, pelo companheirismo, pela dedicação ao trabalho e pelo compromisso permanente com a garantia de direitos. Vocês me ensinaram que a gestão pode ser exercida com sensibilidade, responsabilidade e afeto.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, que contribuíram para minha formação acadêmica e humana. Especialmente, à professora Andrea Narciso e à professora Maria da Luz, pelos ensinamentos fundamentais, que atravessam profundamente esta pesquisa e minha própria forma de compreender o mundo. E à professora Mônica Amorim, por ter me acolhido com tamanho cuidado. Se hoje esta dissertação chega ao fim, é impossível não reconhecer o seu papel fundamental para que eu permanecesse. Você me faz acreditar na educação e no futuro da docência.

Ao professor Paul Jardim, pelas valiosas contribuições para esse trabalho, pela leitura atenta, pelas observações generosas e pelo cuidado com que dialogou com esta pesquisa. À professora Leni Maria Silva, à professora Geusiani Nascimento e ao professor Diego Tabosa, que estiveram presentes nos primeiros passos desta investigação ainda durante minha graduação em Serviço Social.

À professora Bárbara Sepúlveda, que ainda na graduação foi a primeira pessoa a me apresentar o conceito de interseccionalidade. É muito significativo tê-la, anos depois, compondo a banca deste trabalho. Minha gratidão por fazer parte do início desse percurso e, agora, também deste momento tão especial.

Ao professor Wesley Felício, pela acolhida generosa durante a disciplina de Estágio Docente. Obrigada pela disponibilidade, pela confiança e pela oportunidade. Sua receptividade e seu cuidado contribuíram para que essa experiência fosse não apenas um requisito do mestrado, aprendi muito mais que escritos em livros poderiam me ensinar.

Às mulheres que aceitaram participar desta pesquisa, obrigada pela confiança, pelo tempo dedicado, pela generosidade de compartilharem experiências tão íntimas e por permitirem que suas vidas atravessassem estas páginas. Esta dissertação existe porque vocês aceitaram dividir comigo partes importantes de suas trajetórias.

Por fim, dedico um agradecimento especial à memória de todas as mulheres vítimas de feminicídio. Mulheres, cujas vidas foram interrompidas pela violência, cujas histórias foram silenciadas e cujos futuros lhes foram negados. Em uma pesquisa que discute maternidade, cuidado e desigualdades de gênero e violência, é impossível ignorar aquelas que não tiveram a oportunidade de continuar escrevendo suas próprias histórias. Que suas memórias jamais sejam esquecidas. Que seus nomes continuem ecoando como denúncia, resistência e compromisso coletivo para que nenhuma outra mulher tenha sua vida interrompida pela violência.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio

financeiro concedido, em diferentes períodos, por meio de bolsas de estudos, e pelo compromisso com a formação de pesquisadores, o fortalecimento da pós-graduação e o incentivo à produção científica. O investimento público na ciência e na formação acadêmica foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

CARTA AO LEITOR

A você que se interessou em conhecer os textos nestas páginas,

Antes de apresentar conceitos, dados, categorias analíticas ou caminhos metodológicos, sinto a necessidade de compartilhar a lente por meio da qual esta pesquisa foi construída. Faço isso porque acredito que nenhuma pesquisa nasce neutra e porque seria desonesto fingir que este trabalho surgiu apenas de inquietações acadêmicas. Ele nasce da vida.

Esta é uma escrita afetiva e afetada. Afetada pelas mulheres que conheci, pelas histórias que escutei, pelas ausências que vivi, pelos atravessamentos que me constituem e pelas perguntas que ainda não encontrei respostas suficientes para responder. É uma escrita que não pretende esconder a pessoa que pesquisa atrás da pesquisadora que escreve.

Por isso, convido você, leitor(a), a percorrer estas páginas compreendendo que a maternidade solo não será observada aqui como um objeto distante. Não porque eu deseje abandonar o rigor científico, mas porque faço parte das estruturas sociais que procuro compreender. Porque fui atravessada por elas. Porque elas habitam minha trajetória.

Pensar na maternidade sempre foi, para mim, um exercício complexo. Talvez porque eu também carregue a dualidade do desejo de ser mãe. Talvez porque eu acredite na potência transformadora do amor dedicado a uma criança. Talvez porque eu tenha testemunhado inúmeras vezes a beleza que existe no cuidado. Mas também porque aprendi, desde muito cedo, que amar não elimina o peso da responsabilidade, que cuidar não anula o cansaço e que desejar a maternidade não significa que estamos prontas para exercê-la e que apenas o amor nem sempre é o suficiente.

Ao contrário. Quanto mais observo as mulheres ao meu redor, mais compreendo que a maternidade é atravessada por contradições. Ela pode ser fonte de afeto profundo e, ao mesmo tempo, de sobrecargas silenciosas. Foi observando essas contradições que esta pesquisa começou a existir.

Ela começou quando vi minha mãe reorganizar toda a vida após a morte inesperada do meu pai. Começou quando precisei conciliar o luto, o trabalho, os estudos e as responsabilidades familiares e, de certa forma, a maternidade compulsória da minha irmã. Começou quando me tornei amiga de mulheres que sustentavam sozinhas seus filhos enquanto acumulavam jornadas exaustivas de trabalho. Começou quando percebi em outras, que são mães e casadas relatando experiências de sobrecarga semelhantes às daquelas que exerciam a maternidade sem um companheiro presente. Começou quando compreendi que

aquilo que parecia ser uma sucessão de histórias individuais era, na verdade, uma realidade social compartilhada por todas nós.

Mas esta pesquisa também é atravessada pelo meu percurso profissional.

Enquanto assistente social, passei a acompanhar mais de perto realidades marcadas por violações de direitos. Esse trabalho me colocou e ainda me coloca diante de histórias que desafiam qualquer tentativa simplista de compreender a maternidade.

Vi mulheres lutando para proteger seus filhos enquanto tentavam sobreviver às próprias violências. Vi mães sendo julgadas por escolhas feitas em contextos de extrema vulnerabilidade. Vi crianças afastadas de suas famílias. Vi redes de apoio inexistentes. Vi o peso da pobreza, das desigualdades de gênero e da responsabilização quase exclusiva das mulheres pelo cuidado.

Essas experiências não me permitem olhar para a maternidade de forma romantizada.

Mas também não me permitem olhar para ela apenas por meio da falta, da dor ou da precariedade.

Por isso, esta pesquisa busca enxergar as mulheres em sua plenitude. Mulheres que sofrem, resistem, criam estratégias, constroem redes, falham, recomeçam, amam e seguem. Mulheres que não podem ser reduzidas às estatísticas que produzem nem às categorias analíticas que utilizamos para descrevê-las.

Se existe um compromisso que orienta estas páginas, ele não é apenas com a produção de conhecimento. É também com o reconhecimento das experiências dessas mulheres e com a tentativa de construir um trabalho que contribua para a ampliação de direitos, políticas públicas e formas de proteção social.

Talvez esta não seja a escrita mais distante que uma pesquisa poderia ter. E eu espero sinceramente que não seja. Há um texto com o qual me identifico muito, quando escrevo, o seu trecho diz assim:

> Por que sou levada a escrever?
> Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor, e que o que tenho para dizer, não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.

(ANZALDÚA, Gloria)

É desse lugar que escrevo. E é desse lugar que convido você a ler.

Com Carinho, Natalia

RESUMO

Esta dissertação analisa as relações entre monoparentalidade feminina, violência de gênero e acesso aos direitos sociais, a partir das experiências de acadêmicas da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) vinculadas ao Programa Estadual de Assistência Estudantil (Peaes). O estudo parte da compreensão de que as famílias monoparentais femininas constituem um fenômeno social atravessado por desigualdades de gênero, raça e classe, que impactam diretamente as condições de vida das mulheres e de seus filhos. Fundamentada na teoria social crítica e na perspectiva interseccional, a pesquisa dialoga com autoras e autores que discutem patriarcado, divisão sexual do trabalho, violência de gênero, cidadania e direitos sociais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, desenvolvida a partir de revisão bibliográfica, análise documental dos formulários de solicitação do auxílio-creche do Peaes e aplicação de formulários contendo questões abertas e fechadas a acadêmicas inseridas em famílias monoparentais femininas. A amostra final foi composta por 13 participantes. Os resultados evidenciam que a maternidade, associada à insuficiência das redes de apoio, à ausência ou fragilidade da participação paterna, às limitações econômicas e às múltiplas formas de violência, influencia significativamente o acesso à educação, ao trabalho e aos direitos sociais. As narrativas analisadas demonstram que, embora as políticas públicas e a assistência estudantil desempenhem papel fundamental na permanência universitária dessas mulheres, o acesso formal aos direitos não garante sua efetivação plena. Conclui-se que a monoparentalidade feminina, além de uma configuração familiar, é uma experiência social atravessada por desigualdades estruturais que condicionam o exercício da cidadania e o acesso aos direitos. Os achados reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres e às famílias monoparentais femininas, sobretudo no campo da assistência estudantil, da proteção social e do enfrentamento às violências de gênero.

Palavras-chave: monoparentalidade feminina. violência de gênero. direitos sociais. assistência estudantil. interseccionalidade. maternidade.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the relationship between female-headed single-parent families, gender-based violence, and access to social rights, based on the experiences of female students at the State University of Montes Claros (Unimontes) who are beneficiaries of the State Student Assistance Program (Peaes). The study is grounded in the understanding that female-headed single-parent families constitute a social phenomenon shaped by gender, race, and class inequalities, which directly affect the living conditions of women and their children. Based on Critical Social Theory and an intersectional perspective, the research draws upon authors who discuss patriarchy, the sexual division of labor, gender violence, citizenship, and social rights. Methodologically, this study adopts both qualitative and quantitative approaches, combining a literature review, documentary analysis of Peaes childcare assistance application forms, and questionnaires containing open- and closed-ended questions administered to female students from female-headed single-parent families. The final sample consisted of 13 participants. The findings indicate that motherhood, combined with insufficient support networks, the absence or fragility of paternal involvement, economic constraints, and multiple forms of violence, significantly affects access to education, employment, and social rights. The narratives analyzed demonstrate that, although public policies and student assistance programs play a fundamental role in supporting these women's permanence in higher education, the formal recognition of rights does not guarantee their full realization. The study concludes that female-headed single-parenthood should not be understood merely as a family arrangement, but as a social experience shaped by structural inequalities that condition the exercise of citizenship and access to social rights. The findings reinforce the need to strengthen public policies aimed at women and female-headed single-parent families, particularly in the areas of student assistance, social protection, and the prevention of gender-based violence.

Keywords: female-headed single-parenthood. gender-based violence. social rights. student assistance. intersectionality. motherhood.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação do ciclo da violência contra a mulher 42

Gráfico 1 – Distribuição dos estudantes contemplados pelo auxílio-creche do Peaes segundo gênero e configuração familiar (2025) 75

Fluxograma 1 – Distribuição dos estudantes participantes do Peas segundo a presença de filhos e a solicitação do creche-auxílio/2025 77
Fluxograma 2 – Distribuição das famílias solicitantes do auxílio-creche do Peaes segundo configuração familiar e raça/cor (2025) 78
Fluxograma 3 – Distribuição territorial das acadêmicas pertencentes a famílias monoparentais femininas contempladas pelo auxílio-creche do Peaes (2025) 79

Quadro 1 – Caracterização geral das participantes da pesquisa 89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da renda das acadêmicas pertencentes a famílias monoparentais femininas contempladas pelo auxílio-creche do Peaes (2025) 81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **18**

CAPÍTULO 1 - A MÃE, O PATRIARCADO E O DESAFIO DAS NORMAS SOCIAIS **29**

1.1 Filho da mãe: reflexões sobre a violência e o patriarcado **30**

1.2 O Estado, os Direitos e as Mulheres: Caminhos e Contradições da Cidadania **47**

CAPÍTULO 2 - DESATANDO OS NÓS DA PESQUISA: CAMINHOS, ENCONTROS E MARCADORES SOCIAIS **59**

2.1 Atravessando a encruzilhada: Percurso Metodológico **60**

2.2 Onde os Nós se Encontram: Interseccionalidade e as Mulheres do Peaes **72**

CAPÍTULO 3 - ELA VAI VIVER SÓ? EXPERIÊNCIAS, TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS **86**

3.1 Quem São Elas? Caracterização das Participantes da Pesquisa **87**

3.2 Nem Triste, Nem Louca, Nem Má: As Experiências das Mulheres tecendo suas trajetórias **100**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **117**

REFERÊNCIAS **128**

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO **132**

APÊNDICE B - FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO **139**

INTRODUÇÃO

O título desta pesquisa é uma homenagem à música *Triste, Louca ou Má* [1], da banda Francisco el Hombre. A frase contida na música: "Ela desatinou, desatou nós, vai viver só" pode ilustrar o momento em que uma mulher rompe com os vínculos opressores em relacionamentos, desatando as amarras que a prendem, mesmo que essa decisão acarrete posteriormente implicações sociais negativas. Essa trajetória é uma realidade comum em muitas famílias monoparentais femininas. Ao longo do trabalho, convido você a fazer pausas, para que juntos vamos cantarolar e refletir sobre trechos dessa canção.

A presente pesquisa questiona sobre o acesso das mulheres em famílias monoparentais femininas aos seus direitos sociais, para elucidar, iniciamos dialogando sobre que tipo de mulher e família é essa de quem estamos falando. Durante a nossa jornada, as mulheres leitoras desse texto esbarrarão com outras mulheres, nas esquinas em uma longa avenida[2], onde nesse cenário, diversas ruas (ou dores) nos atravessam, algumas categorias, servirão como placas para nos direcionar durante essa jornada, dentre as principais, é necessário explicar, desde já que a categoria "mulher" neste trabalho é compreendida como uma construção histórica, social e política, atravessada por relações de poder que operam nas dimensões de gênero, classe e raça.

Nesse sentido, ao tratar de "mulheres", este estudo se refere a sujeitas situadas em contextos específicos de vulnerabilização, especialmente aquelas inseridas em arranjos monoparentais femininos, cujas experiências evidenciam de forma mais contundente os efeitos das desigualdades estruturais. Trata-se, portanto, de uma categoria analítica que não possui o desejo de deslegitimar as diferenças, mas que conduz à melhor compreensão de como determinadas formas de violência e exclusão incidem de maneira sistemática sobre as mesmas.

Entendendo um pouco sobre a categoria mulher, outro passo é discutir sobre essa família e qual é esse arranjo familiar em que essa mulher se encontra, pois a gênese do conceito de família perpassa por variadas modificações ao longo dos anos, assim como a sociedade de maneira geral. No entanto, ainda persiste no ideal societal um modelo familiar

[1] *Triste, Louca ou Má*, música do álbum *Soltasbruxa* (2016), da banda Francisco, El Hombre, trata da crítica aos padrões sociais que limitam a liberdade feminina. A canção questiona os rótulos impostos às mulheres que não se encaixam nas expectativas tradicionais e celebra a autonomia e identidade da mulher. A letra, com forte mensagem feminista, foi analisada sob a ótica de Simone de Beauvoir, refletindo sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea (JUS, 2021). A banda, formada por músicos de origem mexicana e brasileira, utiliza um mix de estilos latinos e brasileiros para transmitir suas mensagens sociais e políticas.

[2] A autora Kimberle Crenshaw utiliza uma metáfora de intersecção, que dialoga acerca dos atravessamentos e avenidas nas vidas das mulheres, vide capitulo 2, subitem 2.1 desta pesquisa.

burguês, baseado em uma lógica moralista, hierárquica, que remonta ao *pater familias* (o pai como chefe da família) e ao *pater potestas* (poder absoluto do pai sobre a família), vigente desde a sociedade romana. Esse modelo, associado à ascensão do capitalismo, consolidou a ideia de família estruturada (composta por pai, mãe e filhos), dentro de uma lógica patriarcal que ainda perdura.

O patriarcado se fortalece à medida que as mulheres mantêm seu papel de subordinação ao homem, conforme apontam autores como Narvaz (2006). Embora o patriarcado seja anterior ao capitalismo, ele é legitimado e perpetuado pela sociedade capitalista burguesa, que mantém o domínio sócio-histórico do homem sobre a mulher.

Esse domínio se reflete na atualidade, sobretudo quando discutimos as condições de vida de famílias monoparentais femininas. Nesse contexto, as questões que permeiam a discussão da violência de gênero são as relações sociais de poder e as normas que moldam os papéis masculinos e femininos, em um sistema que impõe a subordinação das mulheres. Essa subordinação está vinculada a uma série de mecanismos sociais e culturais que vão desde a divisão sexual do trabalho até as formas de controle sobre o corpo feminino, como a violência e são usadas para manter os padrões sociais impostos

Atualmente, a violência contra a mulher tornou-se tão recorrente que é considerada uma questão de saúde pública. A crescente emergência de intervenção do Estado, frente aos números alarmantes de agressões e mortes de mulheres por questões de desigualdade de gênero, resultou em legislações como a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), além de articulações voltadas à prevenção e proteção das mulheres.

Este trabalho argumenta que, embora essas medidas de proteção sejam essenciais, elas precisam ser fortalecidas e sua real efetividade precisa ser analisada. Sem a garantia de acesso aos direitos sociais e condições mínimas de dignidade, as mulheres tendem a permanecer em ciclos de violência, sendo a dependência econômica um dos principais fatores que perpetuam relacionamentos abusivos, conforme discutem Biroli (2018) e Collin (2019). A pesquisa reflete sobre como e até que ponto a violência impacta o acesso das mulheres aos seus direitos sociais.

O interesse por este tema surgiu a partir de uma análise de dados obtidos no meu trabalho de conclusão de curso, no qual indaguei o acesso (ou a falta dele) das crianças de determinada escola de ensino infantil à pensão alimentícia em famílias monoparentais femininas, bem como as motivações das mães para não acessarem esse direito. Observou-se

no princípio de levantamento de dados da pesquisa, que as famílias monoparentais femininas apresentavam o perfil de menor renda entre os demais grupos.

Embora o foco inicial fosse discutir o direito das crianças, o questionário aplicado às as mães evidenciou fragilidades em suas condições de acesso aos próprios direitos. Todas as entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo de violência. Esse achado extrapolou os objetivos iniciais e sinalizou a necessidade de aprofundar as discussões sobre a vida das mulheres em famílias monoparentais femininas.

As discussões sobre os direitos das crianças e adolescentes continuam sendo um tema pelo qual tenho grande afinidade, mas a reflexão sobre como uma mulher, que não tem acesso a seus próprios direitos fundamentais, pode ser responsabilizada integralmente e, muitas vezes, unilateralmente, por garantir os direitos de outra pessoa (seu filho), mediante a lei, me trouxeram angústia e questionamentos, especialmente quando essa mulher luta por sua própria sobrevivência em contextos de violência, me intriga, por fim, a reflexão sobre até que ponto a responsabilidade estatal tem sido transferida para o campo individual, podendo gerar mais uma sobrecarga às mulheres.

Para a realização dessa pesquisa, é importante destacar que a proximidade com as discussões que permeiam questões relacionadas aos direitos, gênero e à condição de crianças e adolescentes não se dissocia da minha formação inicial em Serviço Social e minha atividade laboral como assistente social na proteção social especial da Política de Assistência Social. Assim, a pesquisa segue diretrizes metodológicas aplicadas nessa área do conhecimento, decorrente da análise crítica e totalitária dos sujeitos sob à perspectiva marxista e um dos métodos de análise escolhidos para o direcionamento dos estudos dessa pesquisa é a teoria social crítica.

A escolha da teoria social crítica como um dos referenciais deste estudo está relacionada à compreensão de que as experiências das mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas não podem ser analisadas de forma isolada das estruturas sociais que produzem desigualdades. Conforme discutem Kincheloe e McLaren (2006), esse entendimento permite problematizar as relações de poder que atravessam a vida social e influenciam o acesso aos direitos. Nesse sentido, a investigação busca compreender como gênero, classe social, raça, violência e acesso às políticas públicas se articulam na produção das condições de vida das participantes da pesquisa.

A pesquisa também se fundamenta nas contribuições da teoria feminista crítica e interseccional, dialogando com autoras como Crenshaw (1989), Angela Davis (2016), bell

hooks (2019), Heleieth Saffioti (1995), Judith Butler (2003), Flávia Biroli (2018), além das contribuições de Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2003) para a compreensão das especificidades das desigualdades de gênero e raça no contexto brasileiro. Em comum, essas autoras demonstram que as experiências das mulheres não podem ser compreendidas a partir de uma única categoria de análise, uma vez que gênero, raça e classe se articulam de maneira simultânea na produção das desigualdades sociais.

Nesse prisma, a interseccionalidade constitui um dos principais referenciais teórico-metodológicos desta pesquisa, por possibilitar a compreensão das múltiplas formas de opressão que atravessam a vida das mulheres em famílias monoparentais femininas. Essa visão permite analisar como diferentes marcadores sociais se entrecruzam, produzindo experiências específicas de vulnerabilidade, exclusão e acesso desigual aos direitos sociais. Para mulheres negras, pardas e pertencentes às classes trabalhadoras, essas desigualdades tendem a se intensificar, revelando a necessidade de uma análise que ultrapasse explicações isoladas sobre gênero, raça ou classe.

De maneira complementar, Patricia Hill Collins (2000) contribui para ampliar o potencial analítico da interseccionalidade ao articulá-la à teoria social crítica. Para a autora, as relações de poder operam de forma interdependente e estruturam experiências sociais distintas, tornando insuficiente a análise fragmentada das desigualdades. Nessa direção, a interseccionalidade permite identificar processos de opressão e compreender os mecanismos que os reproduzem e as possibilidades de enfrentamento dessas estruturas. Assim, este estudo adota a interseccionalidade como eixo metodológico e analítico central para a compreensão das experiências vivenciadas pelas mulheres participantes da pesquisa.

A noção de violência, nesta pesquisa, ultrapassa a dimensão física ou momentânea, sendo compreendida como uma prática estruturante das relações sociais. Pierre Bourdieu (1998), ao discutir a violência simbólica, destaca como certos modos de dominação são naturalizados e internalizados pelos próprios sujeitos, reproduzindo desigualdades sociais de forma silenciosa e cotidiana. A violência simbólica, pode atuar por meio das estruturas de linguagem e até mesmo nas normas sociais. Já os escritos de Marilena Chauí (2011) complementam essa análise, visto que a autora traz que a violência contra a mulher é expressão de uma cultura patriarcal que a transforma em objeto da ordem masculina, reiterando que a dominação de gênero é sustentada por mecanismos institucionais e simbólicos que perpetuam o silenciamento e a invisibilização das mulheres.

Somada à apreensão da violência sob a ótica da interseccionalidade proposta por Patricia Hill Collins (2000), que desenvolve o conceito de *matriz de dominação*, evidencia-se que os sistemas de opressão baseados em raça, classe, gênero e sexualidade não operam de forma isolada, mas interdependente, formando uma teia complexa que estrutura as relações sociais. Pensar também em raça torna-se essencial, principalmente quando se analisam as opressões elencadas a partir de uma perspectiva interseccional.

Lélia Gonzalez (1984) demonstra como o racismo e o sexismo se articulam na vivência das mulheres negras brasileiras, destacando que sua condição social não pode ser compreendida apenas pela variável de gênero.

Sueli Carneiro (2003), por sua vez, argumenta que as hierarquias sociais no Brasil se estruturam a partir de um racismo fundante, que subalterniza e invisibiliza os saberes, práticas e existências das mulheres negras.

Ao decorrer da pesquisa, aparecerá o termo "expressões da questão social", o mesmo também possui embasamento teórico para sua escolha; essa terminologia é muito utilizada no Serviço Social por se tratar da matéria-prima que dá nossa atuação; esse conceito foi elaborado por Iamamoto (2007). A autora compreende essas expressões como manifestações históricas das desigualdades produzidas pela sociabilidade capitalista, materializadas em fenômenos como o desemprego, a precarização do trabalho, a fome, a exclusão educacional e a violência.

Para Iamamoto (2007), essas expressões são contraditórias e indissociáveis do modo de produção capitalista, pois resultam de uma sociedade fundada na desigualdade, ao mesmo tempo em que mobilizam respostas estatais e sociais para sua gestão. Essa natureza contraditória é quem dá base para a estrutura atual das Políticas Públicas que no Brasil estão completamente relacionadas à garantia dos direitos sociais, temática que também é discutida por José Vicente Faleiros (2004) em sua obra. Assim, a condição de vida das mulheres em famílias monoparentais, marcada por múltiplas privações e violências, deve ser compreendida como uma expressão concreta da questão social, que exige análise crítica e interseccional.

Compreender esse contexto que atravessa a vida das mulheres permite aproximar o olhar das protagonistas desta pesquisa: as mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas. De modo geral, esse arranjo familiar caracteriza-se pela presença de apenas um dos genitores como principal responsável pelo cuidado, proteção e sustento dos filhos. Entretanto, conforme destacam Abrahão (2003), Oliveira e Carvalho (2018) e Babiuk (2013), a monoparentalidade feminina não pode ser reduzida a uma definição demográfica ou familiar.

Trata-se de uma configuração social atravessada por desigualdades de gênero, classe e raça, na qual as mulheres frequentemente assumem, de forma concentrada, responsabilidades econômicas, afetivas e de cuidado. Nessa ótica, compreender a monoparentalidade feminina exige ultrapassar definições meramente descritivas e considerar as condições concretas que moldam a vida dessas mulheres e influenciam seu acesso aos direitos sociais.

Com base nos estudos de Oliveira (2018) e Babiuk (2013), observa-se que a monoparentalidade feminina no Brasil está profundamente marcada pelas desigualdades de gênero, raça e classe, refletindo a ausência da corresponsabilização paterna e a concentração das responsabilidades materiais e afetivas sobre as mulheres.

Oliveira (2018) salienta que essas famílias, frequentemente inseridas em contextos de vulnerabilidade social, são responsabilizadas de forma individualizada pelo cuidado e sustento dos filhos, enquanto o acesso a políticas públicas e mecanismos de proteção social permanece insuficiente para responder às suas necessidades específicas.

Essa realidade torna-se ainda mais evidente quando analisada à luz das contribuições de Biroli (2018), que demonstra como a divisão sexual do trabalho e a responsabilização feminina pelo cuidado produzem impactos diretos sobre a autonomia econômica das mulheres e suas possibilidades de participação social. Assim, a ausência de políticas públicas adequadas, associada à precarização das condições de vida e às desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira, contribui para ampliar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas, especialmente em situações de vulnerabilidade social.

É importante ressaltar novamente que o objetivo desta pesquisa é analisar como a violência impacta no acesso aos direitos que garantem melhores condições de vida das mulheres em famílias monoparentais femininas, com um enfoque crítico sobre as múltiplas desigualdades que essas mulheres enfrentam, especialmente nas esferas de gênero, classe e raça.

O estudo buscará compreender as barreiras estruturais e as violências que limitam o acesso dessas mulheres aos direitos fundamentais, bem como as implicações das políticas públicas voltadas para esse público. Destaca-se que o objetivo do trabalho é diagnosticar as condições de opressão e promover análises que possam contribuir para o fortalecimento das estratégias de intervenção pública.

O percurso metodológico desta pesquisa foi construído a partir da articulação entre revisão bibliográfica, análise documental e coleta de dados junto às participantes,

compreendendo que a produção do conhecimento exige o diálogo permanente entre teoria e realidade social. Nessa direção, a revisão bibliográfica constituiu etapa fundamental para o aprofundamento da temática, permitindo a aproximação crítica com os debates sobre patriarcado, maternidade, monoparentalidade feminina, violência de gênero, direitos sociais e permanência estudantil. Ancorada em uma abordagem quanti-qualitativa, a pesquisa buscou identificar indicadores e características das participantes e compreender os significados, experiências e desafios que atravessam suas trajetórias.

A investigação foi desenvolvida no âmbito da Política de Assistência Estudantil da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, tendo como público as acadêmicas pertencentes a famílias monoparentais femininas que solicitaram o auxílio-creche por meio do Programa de Assistência Estudantil (Peaes). No período analisado, foram identificadas 23 acadêmicas com perfil compatível aos critérios estabelecidos para a pesquisa. Inicialmente, a proposta previa a participação das estudantes com menor renda declarada nos formulários institucionais. Entretanto, diante da baixa adesão aos convites encaminhados, foi necessário ampliar o público inicialmente previsto, resultando na participação de 11 acadêmicas.

A escolha desse campo de pesquisa está diretamente relacionada à minha inserção profissional e acadêmica junto ao Observatório da Política de Assistência Estudantil, iniciativa desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), da qual participo como pesquisadora desde dezembro de 2024. Essa vinculação possibilitou maior aproximação com as discussões referentes à permanência estudantil e aos desafios vivenciados por estudantes em situação de vulnerabilidade social, especialmente mulheres responsáveis pelo cuidado de seus filhos.

Entretanto, a escolha desta temática não pode ser compreendida apenas por critérios institucionais ou acadêmicos. Trata-se de uma investigação permeada por experiências, encontros e inquietações construídas ao longo da minha trajetória pessoal, profissional e formativa. As mulheres que participaram desta pesquisa, as que integraram os processos de seleção da assistência estudantil, as colegas de universidade, as amigas que compartilham comigo as alegrias e os desafios da maternidade, as mulheres da minha família, a mulher que amo e tantas outras que cruzaram meu caminho contribuíram, de diferentes formas, para a construção deste trabalho. Embora a autoria formal desta dissertação seja individual, suas reflexões são resultado de um processo coletivo de escuta, convivência e aprendizado.

Reconhecer esses atravessamentos não significa abdicar do rigor científico, mas compreender que a produção do conhecimento ocorre a partir de sujeitos historicamente situados. Assim, esta pesquisa assume como ponto de partida a compreensão de que as experiências das mulheres mães universitárias não podem ser reduzidas a números ou categorias abstratas, exigindo um olhar atento às múltiplas dimensões que constituem suas vidas e às formas pelas quais gênero, maternidade, classe social, raça e acesso a direitos se entrelaçam na construção de suas trajetórias.

A escolha do ensino superior como campo de investigação decorre da compreensão de que a universidade ocupa lugar estratégico nos processos de ampliação da autonomia e do acesso a direitos. Para mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas, a permanência universitária frequentemente representa a possibilidade de qualificação profissional, ampliação de renda e construção de projetos de vida menos marcados pela dependência econômica. Entretanto, o ingresso na educação superior não elimina as desigualdades que atravessam suas trajetórias. Ao contrário, muitas dessas mulheres passam a enfrentar o desafio de conciliar maternidade, trabalho, responsabilidades domésticas e vida acadêmica, evidenciando a necessidade de políticas públicas que garantam condições efetivas de permanência.

O Observatório da Política de Assistência Estudantil desempenhou papel fundamental no desenvolvimento desta pesquisa, fornecendo os dados utilizados na etapa quantitativa do estudo. A partir dessas informações, foi possível realizar o recorte inicial das estudantes inscritas no Programa de Assistência Estudantil (Peaes), identificando aquelas que solicitaram o auxílio-creche e que atendiam aos critérios definidos para a investigação. Esses dados subsidiaram a etapa qualitativa da pesquisa, desenvolvida por meio da aplicação de formulários semiestruturados junto às participantes.

As acadêmicas foram convidadas a participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), encaminhado por correio eletrônico. O instrumento de coleta de dados foi composto por questões abertas e fechadas, possibilitando tanto o levantamento de informações objetivas quanto a compreensão das experiências, percepções e vivências das participantes acerca da maternidade, do acesso aos direitos sociais, da permanência no ensino superior e das situações de desigualdade e violência presentes em suas trajetórias. Todo o processo observou os princípios éticos que orientam a pesquisa científica, assegurando o sigilo, a confidencialidade das informações e a preservação da identidade das participantes.

O trabalho está organizado em três capítulos que se articulam na compreensão das múltiplas dimensões que atravessam a vida das mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas, partindo da análise das estruturas sociais que produzem desigualdades até o encontro com as experiências concretas das participantes da pesquisa.

O Capítulo 1, intitulado *A Mãe, o Patriarcado e o Desafio das Normas Sociais*, apresenta os fundamentos teóricos que sustentam a investigação. Na seção *Filho da Mãe: Reflexões sobre a Violência e o Patriarcado*, são discutidas as construções históricas e sociais que sustentam o patriarcado, a divisão sexual do trabalho, a maternidade como instituição social e as múltiplas formas de violência que atravessam a vida das mulheres. Em seguida, a seção *O Estado, os Direitos e as Mulheres: Caminhos e Contradições da Cidadania* problematiza a constituição dos direitos sociais e das políticas públicas destinadas às mulheres, analisando os limites e as potencialidades da cidadania em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero, raça e classe.

O Capítulo 2, denominado *Desatando os Nós da Pesquisa: Caminhos, Encontros e Marcadores Sociais*, traz o percurso metodológico e os referenciais que orientam a produção e análise dos dados. Na seção *Atravessando a Encruzilhada: Percurso Metodológico*, são descritos os procedimentos metodológicos adotados, os instrumentos de coleta de dados e os fundamentos teórico-metodológicos que orientam a pesquisa. Já em *Onde os Nós se Encontram: Interseccionalidade e as Mulheres do Peaes*, são trabalhados os dados quantitativos oriundos do Programa Estadual de Assistência Estudantil (Peaes), permitindo a caracterização inicial das participantes e a análise dos marcadores sociais de gênero, raça, renda, território e composição familiar, à luz da perspectiva interseccional.

Por fim, o Capítulo 3, intitulado *Ela Vai Viver Só? Experiências, Trajetórias e Resistências*, dedica-se ao aprofundamento qualitativo da pesquisa. Na seção *Quem São Elas? Caracterização das Participantes da Pesquisa*, são abordados os elementos que permitem compreender as especificidades das mulheres que compõem o estudo. Posteriormente, em *Nem Triste, Nem Louca, Nem Má: As Experiências das Mulheres tecendo suas Trajetórias*, são analisadas as respostas obtidas por meio dos formulários aplicados às participantes, buscando compreender como as desigualdades de gênero, raça e classe se manifestam em suas vivências cotidianas, em suas relações familiares, em suas trajetórias educacionais e no acesso aos direitos sociais. A partir de seus relatos, a pesquisa busca aprofundar a compreensão sobre os impactos das múltiplas expressões da questão social na vida dessas mulheres, evidenciando

os limites, desafios e contradições presentes na efetivação dos direitos formalmente garantidos

Destaco que esta pesquisa não pretende dar um ponto final de discussão, mas sim um ponto de partida, pois ainda há muito a ser trabalhado, debatido e refletido. A pesquisa, assim como a realidade, está em constante construção e precisa ser realizada por diversas mãos, especialmente pela comunidade, para além dos conceitos e limites dos muros da academia.

Ao direcionar o olhar para mulheres mães inseridas em famílias monoparentais femininas no contexto da assistência estudantil, esta pesquisa busca contribuir para uma agenda ainda pouco explorada nos estudos sobre permanência universitária. Embora existam avanços nas discussões sobre acesso ao ensino superior, permanecem insuficientes as análises que consideram, de forma articulada, maternidade, monoparentalidade, violência e acesso aos direitos sociais. Nesse aspecto, o estudo pretende compreender uma realidade específica e oferecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à permanência e à proteção social dessas mulheres.

Reconhecemos que cada mulher que, de alguma forma, atravessou esta pesquisa, seja nas citações bibliográficas, nas participações nas avaliações e contribuições, nos ensinamentos das salas de aula, nas orientações individuais, na troca de olhares de proteção quando nos esbarramos em uma rua deserta, nas mulheres que atendo diariamente em situação de violência[3] doméstica, na mulher que me deu a vida, nas mulheres mencionadas nas reportagens sobre feminicídios ou tentativas de feminicídios, e aquelas que, embora não citadas, fazem parte dos números que sustentam as pesquisas aqui apresentadas, são colaboradoras essenciais deste trabalho.

Homens, como pesquisadores, autores, familiares e amigos também atravessam a elaboração dessa pesquisa, destaco meu orientador e professores do PPGDS. No entanto, o verdadeiro destaque das contribuições vem dessas mulheres, cujas vivências e histórias são o coração deste trabalho. Embora os espaços acadêmicos sejam cruciais, os saberes e as narrativas dessas mulheres devem ser o centro da reflexão, pois são elas que verdadeiramente iluminam os caminhos para a mudança. Que este estudo, portanto, não se limite a uma simples leitura, mas se transforme em um convite para nos juntarmos à luta da defesa intransigente da vida e do direito das mulheres.

[3] Nesta pesquisa, optamos pelo uso da expressão “mulheres em situação de violência” e não “vítimas de violência”, expressão mais adequada, que se sustenta pela compreensão crítica do sujeito social e das relações de poder que estruturam a violência de gênero, visto que a noção de “vítima”, embora amplamente difundida no vocabulário jurídico e policial, principalmente, pode colocar a mulher em uma posição passiva ou de fragilidade permanente, desconsiderando aspectos sociais e estruturais importantes que as impedem de romper com ciclos de violência.

CAPÍTULO 1 - A MÃE, O PATRIARCADO E O DESAFIO DAS NORMAS SOCIAIS

"Um homem não te define, sua casa não te define, sua carne não te define"[4]

Este capítulo apresenta as bases teóricas necessárias à compreensão das famílias monoparentais femininas como configurações familiares atravessadas por relações históricas de gênero, classe e raça. Parte-se do entendimento de que a família não constitui uma instituição natural, homogênea ou imutável, mas uma construção social que assume diferentes formas conforme as transformações econômicas, políticas e culturais de cada período histórico.

Inicialmente, a discussão recupera a construção social da maternidade e dos papéis atribuídos às mulheres no interior da família, problematizando a naturalização do cuidado, do trabalho doméstico e da responsabilização feminina pelos filhos. Nesse percurso, são analisadas as relações entre patriarcado, divisão sexual do trabalho, ausência ou desresponsabilização paterna e violência, reconhecendo que as experiências das mulheres não são homogêneas e assumem contornos distintos conforme suas condições materiais de vida.

Em seguida, o debate desloca-se do espaço privado da família para o campo público da cidadania, dos direitos sociais e da atuação do Estado. Busca-se compreender como o reconhecimento jurídico das diferentes configurações familiares convive com obstáculos concretos à efetivação dos direitos, especialmente para as mulheres responsáveis pelo cuidado e pelo sustento dos filhos. Assim, o capítulo oferece os fundamentos para analisar de que maneira as violências e desigualdades estruturais podem limitar o acesso das mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas às políticas públicas e aos direitos sociais.

---

[4] Nesta primeira pausa em que lemos e entoamos trechos da canção, convido você a permanecer por alguns instantes com essa afirmação. Ao longo deste capítulo, discutiremos como o patriarcado produz expectativas sobre o que uma mulher deve ser, como deve viver e quais lugares deve ocupar na sociedade. A canção nos lembra que a identidade feminina não pode ser reduzida às relações afetivas, ao espaço doméstico ou ao próprio corpo. Se mulheres não são definidas por essas dimensões, por que ainda insistimos em medir nosso valor por elas? Talvez essa seja uma das questões que vão nos intrigar junto às reflexões apresentadas.

1.1 Filho da mãe: reflexões sobre a violência e o patriarcado

Utilizando a linguagem informal brasileira, a expressão “filho de uma mãe”, título deste tópico, é frequentemente empregada como substituto de expressões mais pejorativas. Em momentos de raiva ou descontentamento, as pessoas recorrem a essa frase para expressar suas emoções, muitas vezes, sem refletir criticamente sobre seu significado e suas implicações.

Embora, de forma literal, todos nós sejamos “filhos de uma mãe”, o uso da frase como xingamento revela como o machismo e o patriarcado se manifestam de maneira sutil e cotidiana, especialmente por meio da linguagem. Antes mesmo de produzir violência física, o machismo age de forma simbólica em diversos espaços e a linguagem é um dos seus principais instrumentos.

Neste tópico, a expressão “filho de uma mãe” será analisada em dois contextos: primeiro, como uma forma de desqualificação velada das mulheres; segundo, como um elemento que ilustra a punição moral imposta às famílias monoparentais femininas na sociedade patriarcal. Este recorte sustenta o debate de que as mulheres são constantemente violentadas, ainda que não de forma física.

Duas palavras, comumente usadas para reforçar essa ofensa, merecem ser citadas, com a devida licença ao leitor: “puta” e “égua”. Para suavizar o impacto dessas expressões, a palavra “mãe” é frequentemente empregada em seu lugar. Isso demonstra como dentro de uma lógica machista e patriarcal, sem consideração pela diversidade de gênero e sexualidade, naturaliza-se o papel da mulher como alvo de desqualificação. No sentido pejorativo, o Dicionário Aurélio (2025) define “puta” como mulher prostituta, sem pudor ou libertina e “égua”, além de ser a fêmea do cavalo, também é sinônimo de “meretriz”.

Ao discutir a performatividade de gênero, Butler (2003) problematiza a ideia de que as categorias “homem” e “mulher” correspondam a identidades naturais ou biologicamente determinadas. Para a autora, tais categorias são continuamente produzidas e reiteradas por meio de normas sociais, discursos e práticas que regulam comportamentos e definem quais formas de existência são consideradas legítimas. Nessa direção, a linguagem assume papel central, uma vez que participa da produção e da manutenção dessas normas, contribuindo para a punição simbólica daqueles sujeitos que se afastam das expectativas socialmente estabelecidas.

O uso da linguagem para reproduzir o machismo é apenas uma das formas pelas quais o patriarcado se ancora para punir as mulheres, visto que a linguagem descreve a realidade,

produz e legitima normas sociais. Principalmente quando reproduz padrões machistas, como expressões que inferiorizam mulheres ou naturalizam papéis de submissão, reforça uma hierarquia de gênero que sustenta o patriarcado.

Nesse prisma, a violência contra as mulheres se manifesta por meio de agressões físicas ou de episódios explícitos de discriminação e está presente nas próprias normas sociais que organizam as relações cotidianas. Como observa Saffioti (1995):

> Isto significa que as normas sociais que regulam a convivência de homens e mulheres, de brancos e negros, de pobres e de ricos e pobres, contém violência. Assim, a mera obediência às regras sociais conduz à violência de gênero, de raça/etnia, de classe. Este constitui mais um forte elemento para afirmar que a violência de gênero é estrutural (Saffioti, 1995 p. 30).

A reflexão da autora permite compreender que a violência de gênero decorre de atitudes individuais e está inscrita nas formas socialmente legitimadas de organização da vida coletiva. Ao naturalizar hierarquias entre homens e mulheres, raça e classe, a sociedade reproduz mecanismos de dominação que se apresentam como regras comuns de convivência, ocultando seu caráter violento e desigual. Dessa forma, expressões linguísticas, expectativas sociais e padrões familiares não atuam de maneira isolada, mas integram uma estrutura mais ampla de poder que sustenta o patriarcado e legitima a subordinação feminina.

Martha Giudice Narvaz e Sílvia Helena Koller (2006) permitem compreender que, embora o patriarcado não tenha origem no capitalismo, ele encontra nesse sistema condições favoráveis para sua reorganização e permanência, passando a operar de modo articulado às exigências da sociedade burguesa. Nesse cenário, a família deixa de ser apenas um espaço de convivência e passa a assumir uma função estratégica na reprodução social, o que contribui para a consolidação de um determinado arranjo familiar como referência normativa. Assim, a consolidação da família nuclear heterossexual como referência social não decorreu de um processo natural, mas de condições históricas específicas que a transformaram em parâmetro de normalidade para a organização da vida familiar, perpetuando a estrutura machista e patriarcal legitimada pelo “pátrio poder”, desde a sociedade romana até os dias atuais.

No Brasil, esse processo pode ser situado entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, período marcado por transformações significativas na organização econômica, política e social do país. Conforme observa Carvalho (2001), a constituição do Estado nacional brasileiro ocorreu em meio a mudanças que redefiniram as formas de sociabilidade, as relações de autoridade e os modelos de organização familiar socialmente valorizados. Embora diferentes arranjos familiares coexistissem na realidade cotidiana, a família nuclear

heterossexual, organizada em torno da autoridade masculina e da divisão hierarquizada dos papéis de gênero, passou a ocupar lugar privilegiado no imaginário social e nas instituições.

As transformações associadas à urbanização, à expansão do trabalho assalariado e ao avanço das relações capitalistas de produção contribuíram para reorganizar as dinâmicas familiares e as formas de participação de homens e mulheres na vida econômica. Entretanto, tais mudanças não significaram a superação das desigualdades de gênero. Como argumenta Hirata (2014), as relações sociais são atravessadas simultaneamente por gênero, classe e raça, elementos que se articulam na produção e reprodução das desigualdades. Nesse contexto, consolidou-se uma divisão sexual do trabalho que atribuiu aos homens maior reconhecimento social no trabalho remunerado, enquanto às mulheres permaneceram associadas às responsabilidades relacionadas ao cuidado, ao trabalho doméstico e à reprodução da vida cotidiana.

Dessa maneira, a constituição do modelo familiar dominante pode ser compreendida como resultado de mudanças econômicas ou demográficas e como expressão de relações de poder que naturalizaram funções distintas para homens e mulheres. A centralidade atribuída à figura masculina como provedor e à mulher como responsável pelo cuidado constituiu um dos mecanismos por meio dos quais as desigualdades de gênero foram historicamente reproduzidas e legitimadas na sociedade brasileira.

A valorização da família como núcleo privilegiado de regulação social também foi apropriada por diferentes projetos políticos conservadores ao longo da história. Dialogando com as reflexões de Foucault (1976) sobre disciplina e controle dos corpos e com as análises de Pateman (1993) acerca das relações de poder que estruturam a ordem patriarcal, é possível compreender como determinadas concepções de família foram mobilizadas como instrumentos de normatização social e manutenção de hierarquias de gênero. Esses modelos de família, ao se tornarem hegemônicos, refletiram a necessidade de manutenção de estruturas de poder e dominação, com a família como um núcleo central na regulação da sociedade e da moralidade, com o objetivo de utilizar esse modelo familiar como instrumento de regulação social e moralização dos indivíduos.

Carvalho (2001), ao analisar o período do Império Brasileiro, chama atenção para a influência de referências europeias e para as mudanças nas relações de poder que acompanharam a formação do Estado nacional. Tais transformações favoreceram a difusão de um modelo específico de família: a família nuclear heteronormativa, estruturada em torno da figura masculina como provedor e autoridade, e da mulher vinculada às funções de cuidado e

organização do espaço doméstico. Esse padrão, embora não tenha sido universal em sua aplicação, passa a ser progressivamente legitimado como ideal, sobretudo nos centros urbanos em expansão, onde o homem era alocado para o trabalho externo remunerado, e a mulher ao trabalho doméstico não pago.

Assim, a hierarquia familiar colocava a mulher como cuidadora do lar, do marido e dos filhos, enquanto os homens detinham o controle das decisões familiares e do espaço público. Em relação à expressão "filho de uma mãe", além de seu uso como insulto misógino, ela também reflete a conveniência da estrutura patriarcal em atribuir à mulher a responsabilidade exclusiva pelos filhos.

Dessa maneira, ao dialogar com as autoras e autores citados, é possível compreender que o modelo de família nuclear emerge em um contexto específico de transformações econômicas e políticas e se articula ao patriarcado para manter determinadas formas de organização social, nas quais a desigualdade de gênero é continuamente reproduzida e naturalizada.

Sousa (2016) afirma que as "obrigações sócio-históricas" atribuídas às mulheres no âmbito doméstico não foram diluídas com o tempo. O cuidado com o lar e com os filhos ainda é, prioritariamente, uma responsabilidade das mulheres. Biroli (2018) pondera que o trabalho doméstico constitui uma forma de exploração da mão de obra feminina não remunerada, apropriada individualmente pelo marido e coletivamente pela sociedade, que libera os homens dessas obrigações.

Narvaz (2006) reforça que essa atribuição de responsabilidades se soma a outras "obrigações" impostas pela sociedade patriarcal. Muitas mulheres, além de sustentar o lar, permanecem encarregadas sozinhas do cuidado da casa e da família, perpetuando, assim, a dominação masculina. Questionar esse padrão implica ser rotulada de "má mulher", pois a maternidade é ainda vista como instintiva e biológica. Simone de Beauvoir (1949) observa:

> Repetem à mulher desde a infância que ela é feita para engendrar e cantam-lhe o esplendor da maternidade; os inconvenientes de sua condição — regras, doenças etc. — o tédio das tarefas caseiras, tudo é justificado por esse maravilhoso privilégio de pôr filhos no mundo (Beauvoir, 1949, p. 256).

No capítulo *mãe* de seu livro, Beauvoir (1949) problematiza a forma como a sociedade atribui às mulheres uma suposta vocação natural para a reprodução e para o cuidado. Ao discutir temas como maternidade, sexualidade e aborto, a autora evidencia que tais experiências podem ser compreendidas como fatos biológicos e como construções sociais atravessadas por valores morais, religiosos e políticos que historicamente limitaram a

autonomia feminina. Trata-se de um processo contínuo e socialmente inculcado nas mulheres desde a infância, muitas vezes reforçado por outras mulheres, perpetuando a lógica do pátrio poder, assim como o diálogo de performatividade de gênero da autora Judith Butler citado anteriormente.

Vera Iaconelli (2023) reflete que a construção social dos papéis de gênero evidencia a imposição histórica de uma ordem patriarcal que perpetua as desigualdades de poder. Segundo a autora, a ideia de que a "preciosa semente masculina" não pode ser desperdiçada e a associação do instinto materno às mulheres reforçam os papéis rígidos e predeterminados que a sociedade exige de homens e mulheres.

Dialogando com as reflexões de Iaconelli (2023), é possível compreender que as narrativas que associam as mulheres à maternidade como destino inevitável não se sustentam em características naturais, mas em construções históricas reiteradas por instituições sociais, culturais e religiosas. Esses discursos contribuem para consolidar expectativas rígidas sobre o papel feminino e para legitimar formas de controle sobre os corpos e as trajetórias das mulheres.

Ao atribuir às mulheres uma suposta vocação natural para a maternidade e o cuidado, tal enunciado contribui para legitimar a ideia de que a reprodução deve permanecer sob regulação social e, sobretudo, sob controle masculino, reforçando hierarquias de gênero que se apresentam como naturais, mas que são socialmente produzidas.

Esse processo de naturalização das diferenças de gênero reflete desigualdades historicamente construídas e atua na sua contínua reprodução, ao organizar expectativas sociais, delimitar funções e restringir possibilidades de existência. Nesse aspecto, a maternidade deixa de ser compreendida como uma experiência humana plural e passa a ser instrumentalizada como mecanismo de regulação moral e social, alinhado à manutenção de estruturas patriarcais.

É importante compreender também o trabalho como uma categoria central, articulada às relações de gênero e à organização familiar, contribuindo para a construção de uma ordem social que naturaliza essas desigualdades. Como já indicava Marx (2013), ao analisar o modo de produção capitalista, o trabalho não se limita à produção de bens, mas constitui a base sobre a qual se estruturam as relações sociais, influenciando diretamente as formas de organização da vida cotidiana, inclusive a família.

No contexto brasileiro, embora a urbanização tenha raízes ainda no período colonial, é a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, com o avanço da industrialização,

que essas transformações se intensificam. Nesse cenário, o trabalho produtivo desloca-se progressivamente para fora do espaço doméstico, acompanhando as exigências do capitalismo industrial. Essa reorganização não ocorre de forma neutra. Ao contrário, como analisa Saffioti (1976), ela se estrutura a partir de uma divisão sexual do trabalho, que atribui aos homens o lugar da produção e da provisão econômica, enquanto às mulheres é destinada a esfera da reprodução social, do cuidado e da manutenção da vida cotidiana.

Hirata e Kergoat (2007) reforçam que essa divisão sustenta a desigualdade de gênero ao naturalizar funções socialmente construídas, ocultando seu caráter histórico. Como aponta Mioto (2015), a família passou a ser vista como uma unidade social e unidade econômica, responsável pela distribuição de bens e serviços. Essa mudança gerou novas formas de hierarquia dentro do núcleo familiar, criando desigualdades entre os membros que recebem salário e os que não recebem, além de diferenças nas formas de obtenção de renda.

As mulheres, que antes exerciam um papel central na produção doméstica, passaram a ser mais frequentemente afastadas dessa função, enquanto o trabalho fora de casa se tornou uma atividade cada vez mais valorizada e remunerada, predominando a ideia de que o trabalho industrial e o trabalho fora do ambiente familiar eram mais importantes, concepção que ainda se perpetua nos dias atuais. Desse modo, a configuração descrita por Mioto (2015) é resultado de um processo histórico mais amplo, no qual as transformações econômicas, as relações de trabalho e as construções de gênero se articulam para produzir e sustentar desigualdades no interior da família e na sociedade como um todo.

Esse novo arranjo econômico modificou as funções e os papéis dentro da família, marcando uma evidente distinção entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado, o que levou a uma transformação significativa nas dinâmicas familiares. Nesse contexto de mudanças, Davis (2016, p. 45) nos leva a refletir sobre a era pré-industrial, quando a economia era centrada na casa e o trabalho das mulheres era essencial no contexto doméstico. As atividades desempenhadas pelas mulheres integravam diretamente a produção econômica familiar, tornando mais visível sua contribuição para a reprodução material da vida.

Após a leitura do texto anterior, faremos nossa primeira pausa para um trecho da música que apadrinha esse trabalho. O trecho apresentado na imagem à direita ecoa com força a análise histórica e social supracitada sobre a construção da maternidade e dos papeis de gênero, revelando como as mulheres continuam submetidas a um conjunto de expectativas rígidas e normativas. Ao afirmar que será qualificada de forma negativa quem recusar a "receita cultural" do cuidado doméstico e familiar, a letra denuncia a naturalização de funções

atribuídas às mulheres desde a infância, bem como a punição social imposta àquelas que ousam desviar-se desse modelo.

A análise de Michel Foucault contribui para compreender que a sexualidade, os corpos e as formas consideradas legítimas de organização da vida privada não correspondem a realidades naturais ou imutáveis, mas são historicamente produzidos por discursos, saberes e relações de poder. Embora sua obra não constitua propriamente uma teoria feminista, sua compreensão do poder como uma relação que atravessa instituições, práticas e normas sociais oferece elementos importantes para questionar a naturalização de determinados modelos familiares.

Em outro contexto teórico e histórico, Judith Butler, em *Problemas de gênero* (1990/2003), apropria-se criticamente de contribuições foucaultianas para demonstrar que o gênero também não representa uma essência anterior às relações sociais, sendo continuamente produzido por práticas reiteradas e regulado por normas que estabelecem quais identidades, sexualidades e relações são socialmente reconhecidas. Nessa perspectiva, a família nuclear heterossexual deixa de ser compreendida como um modelo natural e universal e passa a ser analisada como uma construção histórica sustentada pela matriz heteronormativa, que legitima algumas formas de parentesco enquanto subalterniza ou invisibiliza outras. Entretanto, essa problematização não surge de forma descontextualizada.

Esse debate se torna mais evidente a partir das transformações sociais ocorridas ao longo da segunda metade do século XX, especialmente no contexto de ampliação de direitos civis, mudanças nas relações de gênero e reconfiguração das estruturas familiares. Nessa ótica, como destaca Luana Melo (2021), a família passa a ser compreendida sob um novo paradigma, no qual a afetividade e os vínculos ganham centralidade. O casamento deixa de ser a única forma legítima de constituição familiar, abrindo espaço para outros arranjos, como a união estável e diferentes configurações familiares.

Entretanto, essas mudanças não significam a superação das desigualdades. A ampliação da participação feminina no trabalho remunerado não foi acompanhada pela redistribuição equivalente das responsabilidades domésticas, produzindo um acúmulo de funções que permanece presente na vida cotidiana das mulheres, ocorre com uma desproporcionalidade evidente das responsabilidades domésticas, consolidando a chamada dupla jornada de trabalho, na qual as mulheres acumulam funções de trabalho doméstico, e remunerado, demonstrando como as estruturas de poder que sustentam o patriarcado continuam operando.

Assim, as expressões cotidianas como “filho de uma mãe”, utilizadas como forma de ofensa, revelam a persistência de uma lógica simbólica que associa a responsabilidade parental quase exclusivamente às mulheres, ao mesmo tempo em que contribui para a desresponsabilização masculina. Ao tensionar a naturalização dessas normas, Butler permite compreender que tais práticas fazem parte de um conjunto mais amplo de dispositivos de regulação.

Trazendo então o movimento de diálogo entre as reflexões teóricas já elencadas, que explicam e apresentam diretrizes que podem contribuir para os resultados de pesquisas sobre a responsabilidade masculina acerca dos cuidados com seus dependentes, já no nascimento das crianças, os dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) mostram que, em 2023, dos 2,5 milhões de nascimentos no Brasil, 172,2 mil não tiveram o nome do pai na certidão de nascimento, um aumento de 5% em relação a 2022 (162,8 mil). A Defensoria Pública de Minas Gerais divulgou que, em 2024, mais de 8 mil crianças foram registradas apenas com o nome da mãe.

Esse número elevado de crianças sem o registro paterno pode gerar a reflexão sobre onde estava o pai durante o período gestacional da mulher, ou seja, no processo de apoio e cuidado à pessoa que estava gestando o filho. Além disso, como essas crianças potencialmente já nascem em um contexto de violação de direitos, considerando a previsão legal no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no art. 27, que garante o direito da criança e do adolescente de ter seu registro civil com a identificação de seus pais, assegurando o direito à filiação.

Os dados apresentados sugerem que a ausência paterna pode ser compreendida como uma questão individual e expressão de relações sociais que historicamente atribuem às mulheres a responsabilidade prioritária pelo cuidado desde a registrar seus filhos, assim a crescente incidência de famílias monoparentais femininas, deve ser compreendida como uma falha estrutural e como um fenômeno que expõe os próprios mecanismos de funcionamento de uma estrutura social, como apresentada, historicamente constituída como misógina, heterocisnormativa e patriarcal. Trata-se, portanto, de uma evidência das formas pelas quais a desigualdade de gênero é continuamente produzida e sustentada no cotidiano.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2022, 14,7% das famílias brasileiras eram monoparentais femininas, em contraste com apenas 2,3% chefiadas por homens, o que revela a persistência de uma lógica que atribui às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado e sustento dos filhos. Essa assimetria não se

limita ao âmbito privado, mas se articula com condições mais amplas de vulnerabilidade econômica e social, que atingem de forma mais intensa aquelas que acumulam funções produtivas e reprodutivas.

Nesse contexto, a desresponsabilização masculina aparece como parte de um arranjo social, que historicamente autoriza e naturaliza a ausência paterna, ao mesmo tempo em que reforça a centralidade da mulher no cuidado. Mais do que demonstrar a dimensão quantitativa do fenômeno, esses dados evidenciam a permanência de desigualdades que atravessam as experiências das mulheres responsáveis pelo cuidado dos filhos. A seguir, aprofundaremos esta discussão, explorando os desafios enfrentados por essas mulheres na gestão da parentalidade e do cuidado em um contexto marcado por estruturas patriarcais e por uma divisão desigual das responsabilidades familiares, mas antes outra pausa de análise para associar a canção deste trabalho.

Nos Estados Unidos, conforme a análise realizada por Souza e Back (2019) sobre a canção *Triste, Louca ou Má*, as mulheres que optaram por viver sozinhas são chamadas de maneira pejorativa de *sad, mad or bad*, traduzindo para a língua portuguesa como o título da música que está como plano de fundo deste trabalho. É comum que as mulheres sejam rotuladas como amarguradas por não possuírem um vínculo afetivo com um homem, em uma sociedade que considera a superioridade masculina e as coloca como dependentes para sua sobrevivência. Esse estigma reflete a persistência de uma visão patriarcal que coloca a mulher em uma posição de dependência afetiva e econômica, muitas vezes negando sua autonomia e liberdade de escolha.

De acordo com Abrahão (2003, p. 35), alguns fatores que contribuem para a formação de famílias monoparentais são a viuvez, o divórcio e a dissolução da união estável. Vale destacar que esse perfil de família difere do conceito de "*mãe solo*, pois mulheres casadas ou inseridas em um relacionamento podem exercer a maternidade sozinhas. Esse fenômeno é bastante comum, já que as responsabilidades atribuídas aos filhos são desproporcionais entre homens e mulheres. Assim, uma mulher em um relacionamento pode ser a única provedora do cuidado com as crianças, enquanto o companheiro se esquiva das suas responsabilidades, agindo como uma mãe solo mesmo estando acompanhada.

Nessas condições, é complexo para as mulheres decidirem romper o relacionamento. Para Babiuk (2015), essa escolha pode estar relacionada a situações que se tornam insustentáveis, como episódios de violência, abandono ou infidelidade. Contudo, a violência doméstica nem sempre se apresenta de forma explícita e a decisão de romper o vínculo pode

vir acompanhada de incertezas econômicas, afetivas e do peso moral que a sociedade frequentemente atribui às mulheres que deixam seus relacionamentos.

Os dados da violência de gênero no Brasil reforçam essa problemática. Segundo o Mapa da Segurança Pública 2025, foram registrados 1.459 feminicídios em 2024, representando um aumento de 0,69% em relação a 2023, quando ocorreram 1.449 casos. Em média, quatro mulheres foram assassinadas por dia no país em razão de sua condição de gênero, em contextos de violência doméstica, familiar ou motivados por discriminação contra as mulheres. Além disso, os dados revelam uma tendência de crescimento gradual dos feminicídios desde 2020, evidenciando a permanência das desigualdades de gênero e das múltiplas formas de violência que atravessam a vida das mulheres. Os dados mostram também que a violência letal contra as mulheres ocorre predominantemente no âmbito das relações de gênero, sendo os parceiros e ex-parceiros os principais autores desses crimes.

A violência doméstica e o feminicídio são expressões extremas dessa dinâmica desigual, em que as mulheres, em sua maioria, não têm o apoio de uma estrutura social que promova a equidade e a responsabilização compartilhada. Esses dados revelam a falência de um sistema familiar que sobrecarrega as mulheres e ressaltam a urgência de um modelo de sociedade mais igualitário, no qual o compromisso parental e a proteção da mulher sejam deveres igualmente assumidos por homens e mulheres.

Compreender a violência e suas múltiplas formas visa entender a lógica de dominação e funciona como um instrumento para a preservação da vida da mulher. A violência não ocorre de uma única maneira, sendo multifacetária, e pode progredir de uma verbalização até o ato físico da agressão. Conforme o conceito apresentado como diretriz para leitura da obra de Marilena Chauí (2021, p. 5),

> 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa).

À luz da definição, a discussão proposta na leitura de Chauí (2021), é possível compreender que a violência ultrapassa a dimensão do ato físico e se manifesta como uma estrutura relacional, que envolve coerção, violação e negação da liberdade dos sujeitos. Ao dialogar com essa visão, o debate apresentado expõe que a violência contra as mulheres se

insere em um conjunto mais amplo de práticas sociais que operam por meio da opressão, da intimidação e da naturalização das desigualdades. Nessa direção, quando articulada à análise marxista, essa compreensão permite identificar que tais formas de violência são também funcionais à reprodução do sistema capitalista, que se sustenta na manutenção de hierarquias estruturais.

A concentração dos meios de produção e a consequente subordinação de determinados grupos sociais produzem desigualdades materiais e demandam mecanismos contínuos de controle sejam eles simbólicos ou físicos para sua perpetuação. Assim, a violência de gênero, ao incidir de maneira específica sobre os corpos femininos, revela-se como uma expressão concreta dessas relações de poder, operando tanto no âmbito privado quanto no público, e reafirmando uma ordem social marcada pela exploração, pela dominação e pela negação de direitos. Silva (2019) pondera que esse caráter impositivo da violência se apresenta nas formas de exploração do trabalho e na opressão das mulheres, especialmente as mulheres negras e periféricas, que se encontram em uma posição ainda mais vulnerável dentro dessa estrutura capitalista.

Além disso, a violência se manifesta de formas mais explícitas e se infiltra nas relações cotidianas e nas dinâmicas sociais, culturais e familiares. A violência simbólica, conceito elaborado por Bourdieu (2001), por exemplo, é um mecanismo sutil de controle que se manifesta nas relações de gênero e nas desigualdades que as mulheres enfrentam, mesmo dentro de seus próprios lares. Essa violência é produto de comportamentos individuais e de uma estrutura social que sustenta a opressão e a desigualdade, fazendo com que ela seja reproduzida, inclusive, pelas próprias vítimas. A reprodução do machismo, muitas vezes de maneira involuntária, nas relações cotidianas, se dá em decorrência da internalização de normas patriarcais, que se perpetuam por meio das relações de classe e de gênero.

O reflexo disso, na prática, são milhares de mulheres com suas vidas em risco eminente, os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), publicado em 2023, apontam que 32,4% das mulheres no Brasil sofreram violência ao longo da vida por parceiro ou ex-parceiro, superando a média global de 27%, evidencia a gravidade da situação e o quanto o Brasil ainda enfrenta desafios significativos no combate à violência doméstica[5]. Esse número reforça a prevalência do problema e a complexidade da violência, que se manifesta de várias

[5] Mulheres em situação de violência podem denunciar e buscar apoio por meio dos seguintes canais: Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher), Disque 100 (Disque Denúncia Nacional de Direitos Humanos), Polícia Militar (190) em casos de emergência, e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). Esses canais são essenciais para garantir a segurança e o suporte às mulheres em situação de violência.

formas múltiplas, como física, psicológica, sexual e patrimonial, criando um ciclo difícil de romper, em que as mulheres frequentemente ficam presas a relações abusivas.

Este parágrafo é redigido em meio à recorrência de casos de violência que chocam e evidenciam a materialidade concreta das relações sociais discutidas até aqui. Antes mesmo da ampla repercussão nacional do caso ocorrido em 28 de julho de 2025, na cidade de Natal (RN), em que uma mulher foi brutalmente agredida com 60 socos pelo companheiro dentro de um elevador sem sequer conseguir prestar depoimento diante da gravidade das lesões, um episódio local já anunciava, de forma contundente, essa mesma lógica de violência.

Trata-se do feminicídio de Zélia Mariely Rodrigues dos Santos, ocorrido em maio de 2025, na cidade de Montes Claros (MG), local onde está sendo realizada essa pesquisa, no interior de um supermercado, no qual a vítima foi assassinada a facadas pelo ex-companheiro, posteriormente condenado a mais de 45 anos de prisão. A nomeação aqui não é casual: trata-se de um gesto político e ético que recusa o apagamento e inscreve sua memória no próprio corpo do texto, tensionando a naturalização dessas violências.

Ao serem tomados em conjunto, esses casos se apresentam como expressões de uma violência que, conforme Chauí (2021), se estrutura nas relações sociais marcadas pela opressão, pela intimidação e pelo uso da força como forma de controle. A brutalidade dos atos, que transita entre a agressão física e a supressão da própria vida, revela a permanência de uma ordem que autoriza, de maneira explícita ou simbólica, a violação dos corpos femininos.

Dessa maneira, a escrita deste texto, situada no mesmo tempo histórico em que tais violências ocorrem, não pode se dissociar da urgência que elas impõem: compreender essas manifestações como parte de uma estrutura mais ampla, que articula patriarcado, desigualdade e violência, é também um passo fundamental para a defesa e preservação da vida das mulheres.

Esses números indicam ainda que, apesar da relação afetiva entre a mulher e o homem, o sentimento pode não superar a relação de dominação entre os gêneros, sendo, portanto, o parceiro o principal fator de risco para uma mulher. Ciente disso, no campo do direito, algumas legislações foram implementadas no Brasil para garantir melhor proteção à vida das mulheres

Por meio da Lei nº 11.340/2006, foi instituída a Lei Maria da Penha no Brasil, efetivada após 15 anos sem respostas das duas tentativas de homicídio que ocorreram contra a sra. Maria da Penha Maia Fernandes. A institucionalização dessa lei se deu, sobretudo, pela

mobilização de movimentos sociais e da sociedade civil, causando repercussão internacional. Nesse período (2001), o Estado Brasileiro, por meio do Relatório n° 54/01, foi pressionado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos a regulamentar e punir crimes de violência doméstica e familiar.

Com o passar dos anos, alguns avanços foram somados à Lei Maria da Penha, como a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), que classifica o assassinato de mulheres em razão de gênero como homicídio qualificado. Em 2021, a Lei nº 14.188/2021 incluiu no Código Penal a violência psicológica contra a mulher como crime, ampliando o debate sobre os tipos de violência e aprofundando a crítica aos relacionamentos violentos nos quais as mulheres estão frequentemente inseridas.

No entanto, as violências que podem atravessar as mulheres são múltiplas. Além das violências previstas na Lei Maria da Penha, como a Patrimonial, Sexual, Psicológica, Moral e Física, essas variantes de violência podem se somar entre si, aprofundando ainda mais os agravantes. Collin (2019) também explica que existem violências estruturais e culturais que colocam as mulheres em lugares de pouca visibilidade.

Os estudos sociais têm avançado significativamente na compreensão das dinâmicas dos relacionamentos violentos, especialmente ao analisar os padrões recorrentes que marcam esses contextos. O conceito de *ciclo da violência*, proposto pela psicóloga Lenore Walker, oferece uma lente crucial para entender o processo de perpetuação da violência doméstica, ao descrever suas três principais fases: tensão, violência e lua de mel (Maekawa, 2022).

Figura 1 – Representação do ciclo da violência contra a mulher



Fonte: Maekawa (2022).

Esse ciclo inicia com a fase de tensão, em que pequenos conflitos, discussões e atitudes controladoras começam a se acumular, criando um ambiente instável e estressante, mas sem uma manifestação de violência explícita. Em seguida, surge a fase de violência, na qual os episódios agressivos acontecem, seja fisicamente, psicologicamente ou sexualmente. Após o ato violento, entra a fase de lua de mel, caracterizada por arrependimento, promessas de mudança e um retorno temporário à calma, o que cria um falso senso de segurança para a vítima e a faz acreditar que a violência não se repetirá. Essa fase de reconciliação serve, muitas vezes, para reforçar o vínculo emocional e dependência psicológica entre as partes envolvidas, dificultando o rompimento da relação abusiva (Maekawa, 2022).

Bourdieu (2001) explicita uma forma de violência velada muito importante para as análises deste trabalho, denominada violência simbólica, que é "aquela que se exerce apenas com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem, sem, necessariamente, delas tomarem consciência". Esse tipo de violência pode ser apropriado para a manutenção das estruturas sociais, como o patriarcado, que naturaliza as desigualdades para garantir sua reprodução. Essa dinâmica afeta diretamente as famílias monoparentais femininas, criando uma grande tensão social e, ao mesmo tempo, revelando falhas estruturais graves que dificultam a garantia dos direitos das mulheres.

Somado a este cenário, as mulheres sabem que o rompimento do relacionamento, mesmo que violento, acarretará uma sobrecarga que pode comprometer os cuidados com os filhos, precipuamente no aspecto financeiro. Por isso, muitas vezes, elas se sujeitam a permanecer em relacionamentos violentos. Isso é apontado por Flávia Biroli (2018) em um trecho em que ela afirma:

> Assim, se as mulheres casadas são as que sofrem diretamente a 'opressão comum' fundada na divisão do trabalho, as restrições sofridas pelas divorciadas e pelas solteiras com filhos expõem o caráter sistêmico e institucionalizado da opressão: elas vivenciam os custos ampliados da ruptura com os padrões de dependência vigentes, sendo essa ruptura voluntária ou não. Em suma, é justamente o caráter institucional da exploração no casamento que torna potencialmente ruim a situação das mulheres fora dele, a ponto de o casamento aparecer como um mal menor — como 'a melhor carreira, economicamente falando'. Trata-se de uma dinâmica que define padrões conjugais, afetivos e ocupacionais e incide na construção dos direitos (Biroli, 2018, p. 23).

A partir da fala de Biroli (2018), é possível compreender que as mulheres que se divorciam ou que são solteiras e têm filhos enfrentam desafios ainda mais intensos, pois ao romperem com o padrão tradicional do casamento e da dependência econômica,

especialmente em relação ao marido, elas revelam as falhas sistêmicas e institucionais que sustentam a desigualdade de gênero. Essas mulheres, ao buscarem autonomia e independência, são forçadas a enfrentar custos financeiros, sociais e emocionais elevados. O preconceito social, geralmente aliado ao estigma de *mãe solo*, agrava ainda mais sua condição de vulnerabilidade, que pode ser observado em diferentes níveis.

Um exemplo recorrente acontece no mercado de trabalho, por exemplo, mulheres identificadas como *mães solo* frequentemente enfrentam maior dificuldade de inserção e permanência, seja pela ausência de redes de apoio para o cuidado infantil, seja pela percepção, por parte de empregadores, de que seriam menos "disponíveis" ou "produtivas". No âmbito institucional, a insuficiência de políticas públicas como creches em tempo integral, redução de carga horária, extensão do período de licença maternidade e mecanismos eficazes regulatórios que prevê a responsabilização paterna, são condições que intensificam a sobrecarga cotidiana.

Já no plano simbólico, o estigma social associado à maternidade fora do modelo conjugal tradicional se manifesta por meio de julgamentos morais, culpabilização e isolamento social, que recaem quase exclusivamente sobre as mulheres. Dessa maneira, o que Biroli (2018) evidencia é que a condição dessas mulheres não é resultado de escolhas individuais, mas expressão de uma estrutura que distribui de maneira desigual responsabilidades, direitos e reconhecimento.

Além disso, a falta de apoio financeiro, o que, muitas vezes, se traduz em uma sobrecarga de responsabilidades, coloca essas mulheres em uma posição de extrema precariedade. Elas são desproporcionalmente responsáveis pelo cuidado dos filhos, pela manutenção do lar e pela sobrevivência da família, frequentemente sem o suporte institucional necessário para garantir sua dignidade e qualidade de vida.

Essa realidade mostra que a estrutura patriarcal condiciona o papel da mulher dentro do casamento e reforça um sistema de opressão institucionalizada, que marginaliza as mulheres que optam por seguir um caminho diferente, perpetuando a desigualdade e a exclusão. O rótulo de *mãe solo*, nesse sentido, nomeia uma condição e opera como um marcador social que reforça hierarquias e legitima práticas de exclusão, contribuindo para a manutenção de um cenário de vulnerabilidade que é, antes de tudo, socialmente produzido.

Para Antônia Oliveira (2018), independentemente da condição de gênero, a monoparentalidade, em que o genitor é o único provedor da casa, já causa empobrecimento nas famílias. Quando esse perfil é composto por famílias monoparentais femininas, o fenômeno da pauperização é ainda mais acentuado, uma vez que as mulheres enfrentam, além

das dificuldades econômicas, as desigualdades e os preconceitos historicamente impostos pela sociedade patriarcal. Portanto, as condições de violência e desigualdade tornam-se mais evidentes nesses arranjos familiares.

É nesse entrecruzamento entre desigualdade econômica, sobrecarga de responsabilidades e permanência de estruturas patriarcais que se torna possível perceber que a violência atua como um elemento que incide diretamente sobre as condições de vida dessas mulheres, limitando seu acesso a direitos e oportunidades.

Compreender essa dinâmica implica deslocar o olhar para além da constatação das vulnerabilidades, buscando analisar de que maneira essas violências se estruturam e operam no cotidiano. Nessa ótica, a presente pesquisa se orienta pela análise dos impactos da violência no acesso aos direitos que garantem melhores condições de vida às mulheres em famílias monoparentais femininas, considerando as múltiplas desigualdades que as atravessam, principalmente nas dimensões de gênero, classe e raça.

A dificuldade das mulheres fora do casamento em acessar condições favoráveis de vida reflete as desigualdades estruturais que permeiam a sociedade patriarcal. Como aponta Collin (2019), a violência é uma expressão concreta dessas relações de poder, profundamente enraizadas na estrutura social. Muitas mulheres enfrentam a sobrecarga de obrigações, com pouco ou nenhum apoio de seus ex-parceiros, especialmente no que se refere ao cuidado e à legitimação dos direitos dos filhos. Ademais, dependendo do motivo do rompimento do vínculo afetivo, essas mulheres podem ser vítimas de diferentes formas de violência, que se manifestam desde a violência física até a psicológica, sexual e patrimonial.

Esse ciclo de violência, frequentemente invisível, se infiltra nas relações cotidianas, agravado por preconceitos sociais que impõem um estigma sobre a mulher. As violências, muitas vezes reproduzidas pelas próprias vítimas, se tornam parte de uma estrutura social que sustenta a opressão e a desigualdade, principalmente entre as mulheres, que ficam presas a relações abusivas sem apoio adequado para romper com o ciclo. Lopes e Bento (2024) destacam que "*as mulheres, muitas vezes, se veem sozinhas com todas as obrigações impostas sobre elas, agravadas pelo preconceito, o que as coloca em uma situação de extrema vulnerabilidade dentro dessa estrutura patriarcal*".

Portanto, nessa conjuntura, não se pode afirmar que às mulheres estejam colocadas apenas duas possibilidades de escolha, tampouco que tais escolhas se apresentem de forma livre e equivalente. Ao contrário, é preciso reconhecer que se trata de um campo profundamente desigual, no qual diferentes mulheres ocupam posições distintas de

vulnerabilidade. Para algumas, sobretudo aquelas atravessadas por condições mais severas de precarização, seja pela classe, raça ou ausência de redes de apoio, a própria possibilidade de escolha se encontra drasticamente limitada, ou mesmo inexistente. Nesse aspecto, a permanência em relações marcadas pela violência pode ser compreendida como resultado de condições materiais e simbólicas que restringem as possibilidades de ação.

De um lado, a permanência pode estar vinculada à dependência econômica, à responsabilização quase exclusiva pelo cuidado dos filhos e à ausência de suporte institucional efetivo. De outro, o rompimento, ainda que represente uma tentativa de afirmação da autonomia, não garante, por si só, condições dignas de existência, podendo expor essas mulheres a outras formas de violência e precariedade. Como problematiza Butler (2019), ao discutir a noção de vidas precárias, nem todas as vidas são igualmente reconhecidas como dignas de proteção, o que faz com que determinados corpos estejam mais expostos à violência e à desassistência. Assim, a ideia de escolha, nesse contexto, precisa ser tensionada, uma vez que ela se constitui dentro de limites impostos por estruturas que distribuem desigualmente a vulnerabilidade.

É nesse sentido que se torna necessário deslocar a análise de uma perspectiva individualizante para uma compreensão estrutural dessas experiências. As situações vivenciadas pelas mulheres sejam na permanência, seja no rompimento de relações não podem ser reduzidas a decisões isoladas, pois estão inscritas em um sistema que organiza e reproduz desigualdades. Assim, a violência deixa de ser um evento pontual e passa a ser compreendida como parte de uma lógica mais ampla, que mantém mulheres em posições subalternas e condiciona suas possibilidades de existência. O enfrentamento dessa realidade, portanto, exige não apenas a ampliação das condições concretas de escolha, mas a transformação das estruturas que produzem e sustentam tais desigualdades

A análise desenvolvida até aqui expõe que a violência contra as mulheres, sobretudo aquelas inseridas em famílias monoparentais femininas, não pode ser compreendida de forma dissociada das estruturas sociais, econômicas e simbólicas que a sustentam. Ao revelar como a violência simbólica, material e institucional se articula na produção e manutenção das desigualdades, torna-se necessário avançar para um nível de investigação que permita apreender essas dinâmicas em sua materialidade concreta. Assim, mais do que uma discussão teórica, impõe-se a necessidade de compreender como tais processos se manifestam nas experiências vividas por essas mulheres, considerando suas condições objetivas de existência.

É nesse movimento que o presente trabalho se encaminha para o próximo tópico, no qual serão delineados os caminhos metodológicos que orientam a pesquisa. A partir de uma abordagem teórico-crítica e interseccional, busca-se descrever e analisar como a violência incide sobre o acesso aos direitos sociais, especialmente no contexto das mulheres em famílias monoparentais. Para tanto, serão apresentados no próximo capitulo os dados iniciais que permitem traçar o perfil das participantes, evidenciando, ainda que de forma preliminar, as condições de vida e os principais desafios enfrentados. Desse modo, a transição para a discussão metodológica representa o aprofundamento da análise, ao deslocar o olhar para os sujeitos concretos e suas experiências, articulando teoria e realidade na construção do conhecimento.

1.2 O Estado, os Direitos e as Mulheres: Caminhos e Contradições da Cidadania

A discussão tecida até esse momento traz importantes reflexões que nos auxiliam no direcionamento da resposta à nossa indagação principal desse trabalho: de que forma a violência vivida pelas mulheres em famílias monoparentais femininas pode interferir no acesso aos seus direitos sociais? Em continuidade à discussão da pesquisa, entendemos que podemos olhar para a violência como o resultado de uma estrutura social que afeta diretamente a autonomia e a dignidade das mulheres e, consequentemente, das mães público-alvo desta pesquisa. Desse modo, é possível que esse contexto produz impactos no acesso aos direitos, sobretudo quando se trata de mulheres inseridas em situações de violência.

Neste tópico refletiremos sobre o acesso aos direitos sociais observando, principalmente, como o Estado e as políticas públicas respondem a essa demanda quando acionada pelas mulheres, transitando do ambiente privado do lar para o cenário público dos direitos e da cidadania. Assim, para o aprofundamento dessa análise retomaremos a discussão de dois eixos centrais, pensar sobre o processo de construção de direitos sociais e a cidadania das mulheres e, posteriormente, no próximo capítulo, como a interseccionalidade contribui para ampliar os horizontes das discussões acerca de como alguns atravessamentos podem marginalizar ainda mais essa mulher e, consequentemente, essa estrutura familiar.

Em geral, em se tratando dos direitos e suas garantias no Brasil, este processo se deu em um contexto de intensa manifestação popular, na qual diversos movimentos sociais, políticos e intelectuais desempenharam um papel imprescindível na definição dos princípios fundamentais que orientariam a nova carta magna. Esse movimento representa um marco

histórico na consolidação da democracia no Brasil, sendo um reflexo direto da luta pela redemocratização após um período de regime militar, entre os anos de 1964 e 1985. Em seguida, foi realizada a construção da Constituição de 1988, conhecida como *Constituição Cidadã*, que é resultado dos movimentos da sociedade civil por uma maior participação política e pela reconstrução dos direitos civis e sociais que haviam sido cerceados durante o período autoritário.

Ainda que esta discussão esteja centrada na realidade brasileira , o processo de redemocratização e elaboração da Constituição de 1988 não podem ser compreendidos sem considerar o contexto internacional, sobretudo a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).Esse documento serviu de fundamento ético e jurídico para muitas das legislações constitucionais ao redor do mundo, dentre elas, a constituição brasileira de 1988. A DUDH estabeleceu os direitos fundamentais da pessoa humana ao afirmar que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.

Pensar na elaboração de legislações e políticas públicas que considere a diversidade do território brasileiro é necessário para maior acesso aos direitos humanos. Nesse cenário, embora as legislações brasileiras passam constantemente por alterações conforme o aprofundamento dos estudos e mudanças sociais, a Constituição de 1988 garantiu, pela primeira vez, uma série de direitos que se relacionam diretamente com a dignidade humana, tais como: os direitos à educação, à saúde, à liberdade de expressão e ao trabalho. Além disso, a Constituição de 1988 ampliou o conceito de cidadania, ao reconhecer os direitos civis, políticos, direitos sociais, econômicos e culturais, em consonância com o que foi proposto pela DUDH, especificidades já apresentadas no início do texto constitucional:

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Brasil, 1988, Preâmbulo).

Contudo, a concretização desses direitos tem enfrentado desafios e críticas ao longo das décadas seguintes. Em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas, a efetividade dos direitos fundamentais permanece limitada pela insuficiência das políticas públicas, pela persistência de desigualdades estruturais e pela resistência a medidas voltadas à distribuição mais justa dos recursos. Soma-se a isso a tensão própria da

tradição liberal entre a igualdade formalmente reconhecida e as desigualdades materiais existentes. Posteriormente, essa contradição foi aprofundada pelo avanço do neoliberalismo, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, com a centralidade atribuída ao mercado, a redução da responsabilidade estatal e a restrição dos investimentos e das políticas de proteção social.

O reconhecimento da pluralidade das configurações familiares, entretanto, não pode permanecer restrito ao campo simbólico ou jurídico. Para que essas famílias sejam efetivamente reconhecidas como sujeitos de direitos, torna-se necessário assegurar condições materiais que lhes permitam acessar a riqueza socialmente produzida. Nesse sentido, Coutinho (1999, p. 42) compreende a cidadania como uma capacidade historicamente conquistada de apropriação dos bens sociais e de realização das potencialidades humanas abertas pela vida em sociedade. A cidadania, portanto, não é concedida de forma definitiva pelo Estado, mas resulta de processos históricos de luta, sobretudo daqueles protagonizados pelas classes e pelos grupos subalternizados.

Essa compreensão permite analisar criticamente a distância existente entre o reconhecimento formal das diferentes configurações familiares e as condições concretas oferecidas para sua existência. Embora as famílias monoparentais femininas sejam juridicamente reconhecidas, esse reconhecimento não assegura, por si só, o acesso adequado à renda, à moradia, à educação, à saúde, à assistência social e aos serviços de cuidado. Para Coutinho (1999, p. 50), os direitos sociais possibilitam aos cidadãos participar da riqueza material e cultural produzida coletivamente, sendo o conteúdo desses direitos definido historicamente pelas lutas sociais. Desse modo, as políticas sociais não devem ser compreendidas como concessões estatais, mas como respostas construídas a partir de disputas coletivas pela ampliação da cidadania.

Todavia, a universalização da cidadania encontra limites nas relações sociais capitalistas. Coutinho (1999, p. 53) argumenta que a ampliação dos direitos constitui um processo contraditório, marcado por avanços e recuos, pois se confronta com a lógica de acumulação do capital. Essa contradição torna-se especialmente evidente na experiência das famílias monoparentais femininas, sobre as quais recaem responsabilidades de cuidado e manutenção econômica sem a correspondente garantia de proteção pública. Quando o Estado não assegura políticas de renda, educação infantil, moradia, trabalho e assistência estudantil, necessidades socialmente produzidas são transferidas para a esfera privada e tratadas como

responsabilidades individuais das mulheres. Assim, a insuficiência da proteção social não apenas dificulta o exercício da maternidade, mas também restringe a cidadania dessas mulheres e de seus filhos.

Em termos políticos, a Constituição de 1988 também representa um compromisso com a democracia participativa, na qual o Estado deveria exercer o papel de promotor ativo da justiça social. Entretanto, essa concepção de cidadania plena tem sido constantemente tensionada por forças políticas conservadoras, que buscam limitar a ampliação dos direitos sociais em nome da manutenção dos privilégios, e permanência da lógica capitalista de exploração da mão de obra de trabalho, para acúmulo de capital.

Em síntese, a construção da Constituição de 1988 é resultado das demandas históricas da sociedade brasileira por direitos fundamentais, refletindo as diretrizes da DUDH. No entanto, como aponta a teoria política crítica, a verdadeira universalização dos direitos e a construção de uma cidadania efetiva enfrentam obstáculos que exigem o reconhecimento formal dos direitos e um processo contínuo de luta e resistência contra as forças que buscam reverter essas conquistas.

Para as mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas, a distância entre o reconhecimento formal dos direitos e sua efetivação cotidiana expõe os limites da cidadania construída após 1988, que vai além das garantias formais e se traduz em uma realidade de igualdade e dignidade para todos, se as leis criadas e políticas públicas ofertadas não compreenderem que a realidade social, políticas e econômicas é dinâmica e que marcaram a história do Brasil, com uma profunda desigualdade social e de renda, com a herança da escravidão e da discriminação racial, a concentração fundiária, as disparidades regionais e dos territórios entre as diferentes áreas do país que possui considerável expansão territorial, a presença de povos indígenas e comunidades tradicionais com suas diversidades em seu modo de viver, os desafios relacionados ao acesso universal à educação, saúde e moradia, além do importante processo de redemocratização após o regime militar (1964-1985), serão pouco eficientes para abarcar a verdadeira necessidade da população.

Nesse aspecto, tendo em vista que atualmente os direitos são formalmente reconhecidos, regulamentados pela legislação, mas que, muitas vezes, permanecem distantes da realidade vivida por grupos sociais marginalizados, para Iamamoto (2001, 2007), a questão

social expressa as desigualdades produzidas pela sociabilidade capitalista e manifesta-se por meio da pobreza, da precarização do trabalho, da violência, da exclusão social e das dificuldades de acesso aos direitos. Assim, a existência formal dos direitos não elimina as condições concretas que impedem determinados grupos de usufruí-los plenamente. No caso das mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas, as expressões da questão social assumem contornos específicos, articulando desigualdades de classe, gênero e raça que incidem diretamente sobre suas condições de vida e sobre suas possibilidades de acesso às políticas públicas.

Nessa direção, Iamamoto (2001, 2007) salienta que a questão social não se manifesta de forma homogênea para toda a população. Embora tenha origem nas contradições estruturais entre capital e trabalho, suas expressões assumem diferentes contornos a depender das condições históricas e sociais dos sujeitos que as vivenciam. Desemprego, pobreza, insegurança alimentar, precarização do trabalho, violência e dificuldades de acesso às políticas públicas constituem algumas de suas manifestações mais visíveis. Entretanto, tais expressões não podem ser analisadas isoladamente, pois se articulam a outros processos de desigualdade que atravessam a sociedade brasileira, como as relações de gênero, raça e território.

Sob essa perspectiva, os direitos sociais e as políticas públicas assumem um papel fundamental no enfrentamento das expressões da questão social, uma vez que buscam responder às necessidades produzidas pelas próprias desigualdades presentes na sociabilidade capitalista. Contudo, como observa Iamamoto (2007), a ampliação formal dos direitos não elimina automaticamente as condições que geram a exclusão social. Ao contrário, a permanência de profundas desigualdades econômicas, raciais e de gênero demonstra que o reconhecimento jurídico dos direitos nem sempre se converte em acesso efetivo. Assim, torna-se necessário analisar a existência das garantias legais e as condições concretas que permitem ou impedem que determinados grupos sociais usufruam desses direitos em seu cotidiano.

Essa afirmação aponta uma contradição intrínseca no sistema político e jurídico, ou seja, embora a Constituição Federal de 1988 tenha representado um grande avanço no reconhecimento formal dos direitos, a prática continua sendo marcada por disparidades profundas. No caso de diversas “minorias sociais”, a etimologia de “minoria” é desafiada, pois esses grupos, como mulheres, negros, indígenas e pessoas LGBTQIA+, representam, na

verdade, a maioria da população brasileira, mas enfrentam enormes barreiras no acesso a direitos básicos como educação, saúde, segurança e trabalho.

Esse paradoxo é refletido nas discussões de Botelho e Schwarcz (2012), que ressaltam a importância da cidadania como um processo de reconhecimento das diferenças e de respeito à pluralidade. A cidadania, em sua acepção mais ampla, requer a consideração das condições históricas e sociais de grupos marginalizados. A equidade, portanto, implica a adoção de medidas que considerem as desigualdades estruturais que afetam diferentes grupos de forma distinta. Destarte, a análise de Botelho e Schwarcz sugere que a cidadania plena só será conquistada quando forem superadas essas desigualdades históricas.

No que diz respeito à violência de gênero, como analisado pelas autoras, a estrutura patriarcal eurocêntrica perpetua a exclusão de mulheres e outros grupos marginalizados. Esse modelo, que coloca o homem branco, heterossexual e de classe média como o padrão de "normalidade", desconsidera as realidades vividas por quem não se encaixa nesse estereótipo. A violência de gênero, nesse contexto, é tanto uma expressão dessa desigualdade quanto um mecanismo para mantê-la. A violência sexual, o feminicídio e outras formas de violência doméstica, portanto, não são apenas manifestações de uma cultura patriarcal, mas também produtos de um sistema que marginaliza mulheres e minorias em um sentido estrutural.

O movimento das Mulheres Negras, por exemplo, traz à tona questões de interseccionalidade que são essenciais para entender a complexidade da cidadania no Brasil. A luta das mulheres negras, que é pela igualdade de gênero e pela justiça racial, denuncia a opressão múltipla e sistêmica que enfrentam. Esses movimentos sublinham que a cidadania, como concebida na Constituição de 1988, precisa ser revisitada para integrar as diversas camadas de opressão que afetam diferentes grupos sociais, não apenas as desigualdades de gênero, mas também as de classe e raça.

As discussões de Carole Pateman e Joan Scott se tornam fundamentais nesse debate, pois ambas oferecem críticas contundentes às concepções tradicionais de cidadania. Pateman (1993), em *O Contrato Sexual*, argumenta que a noção de contrato social, central nas teorias políticas modernas, foi estruturada de tal maneira que invisibiliza as mulheres e suas condições subalternas. A autora questiona os fundamentos das teorias clássicas do contrato social, desenvolvidas por pensadores como Hobbes, Locke e Rousseau, demonstrando que a ideia de liberdade e igualdade entre os indivíduos foi construída a partir de um sujeito universal que, na prática, correspondia ao homem. Nesse processo, as mulheres foram

excluídas da condição plena de cidadãs, permanecendo vinculadas à esfera privada e submetidas às relações de autoridade estabelecidas no interior da família.

Segundo Pateman (1993), o contrato social que deu origem às democracias modernas é sustentado por um contrato anterior e oculto: o contrato sexual. Enquanto o primeiro estabelece relações de liberdade e igualdade entre os homens, o segundo legitima o poder masculino sobre as mulheres, naturalizando sua posição de subordinação. Dessa maneira, a autora expõe que a separação entre esfera pública e esfera privada constitui um mecanismo político que historicamente destinou aos homens o espaço da cidadania, da participação política e da autonomia econômica, ao passo que reservou às mulheres as responsabilidades relacionadas ao trabalho doméstico, ao cuidado e à reprodução da vida social.

Scott (2002), por sua vez, em *A Cidadã Paradoxal*, questiona a ambiguidade da cidadania feminina, mostrando que, apesar de as mulheres estarem formalmente incluídas na cidadania moderna, elas continuam a ser excluídas das esferas de poder e decisão, sendo constantemente relegadas à periferia da política e da sociedade. Para a autora, a própria construção da cidadania moderna foi marcada por uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que os ideais democráticos proclamavam igualdade e universalidade, as mulheres eram identificadas como sujeitos diferentes, vinculadas ao espaço doméstico, à maternidade e ao cuidado, características frequentemente utilizadas para justificar sua exclusão dos espaços públicos e políticos.

Scott (2002) demonstra que a história da cidadania feminina foi marcada por uma permanente tensão entre igualdade e diferença. Quando reivindicavam igualdade, as mulheres eram confrontadas com argumentos que destacavam suas supostas particularidades biológicas e sociais; quando reivindicavam o reconhecimento dessas diferenças, corriam o risco de reforçar estereótipos que sustentavam sua subordinação. Nesse aspecto, a autora aponta que a exclusão das mulheres decorre da ausência de direitos formais e da forma como as relações de poder produzem significados sobre o que é ser mulher e sobre quais espaços sociais lhes seriam considerados legítimos.

Essa reflexão contribui significativamente para compreender a realidade das mulheres contemporâneas, especialmente aquelas que acumulam responsabilidades relacionadas ao cuidado e à reprodução social. Embora tenham conquistado direitos civis, políticos e sociais ao longo das últimas décadas, muitas continuam enfrentando obstáculos para exercer plenamente sua cidadania. A sobrecarga do trabalho doméstico, a desigual divisão das responsabilidades familiares, a violência de gênero e as dificuldades de acesso a

oportunidades econômicas e educacionais demonstram que a igualdade jurídica não foi suficiente para eliminar as desigualdades historicamente construídas entre homens e mulheres.

Essas obras, ao analisarem as limitações e contradições da cidadania, proporcionam um arcabouço teórico para refletir sobre a cidadania no Brasil, que, apesar de garantida constitucionalmente, ainda está longe de ser universalmente acessível e plenamente vivenciada por todos os grupos sociais. A verdadeira cidadania só será alcançada quando houver a efetiva eliminação das desigualdades estruturais que perpetuam a marginalização de determinados grupos, algo que requer não apenas mudanças legais, mas uma transformação profunda das relações de poder na sociedade.

A necessidade de retirar o debate sobre a opressão de gênero da invisibilidade do lar que mostra a sua face mais violenta em crimes devastadores como o feminicídio de Zélia Mariely Rodrigues dos Santos em Montes Claros/MG e trazê-lo para o espaço público exige que se olhe de perto para o papel do Estado. Quando a música que acompanha este trabalho denuncia a intromissão da sociedade que dita regras sobre os corpos e os caminhos das mulheres, ela liga-se diretamente ao que Marilda Iamamoto (2001) chama de expressões da "questão social". Para a autora, a questão social não é um mero conjunto de problemas morais ou falhas de gestão; ela é o reflexo vivo das desigualdades geradas pela própria estrutura do sistema em que vivemos, em que o lucro se sobrepõe às pessoas.

No Brasil, essa exploração tem uma marca de gênero muito visível: obrigar a mulher a assumir sozinha a responsabilidade pelos cuidados da casa e dos filhos, sem receber nada por isso, é uma das formas mais sutis e cruéis dessa desigualdade. Sob a desculpa do amor e de um suposto "instinto materno", a sociedade aproveita-se deste trabalho invisível para manter a engrenagem funcionando, sem que o mercado ou o Estado paguem o seu valor real. A pobreza e a sobrecarga que afetam as mães que sustentam as suas famílias sozinhas nascem, portanto, dessa divisão injusta.

É neste cenário de conflitos que surgem as políticas públicas e os direitos sociais. José Vicente Faleiros (2004) alerta que precisamos entender a natureza contraditória da política social. Ela não nasce da bondade do Estado, nem é apenas uma ferramenta para controlar os cidadãos. Na verdade, ela é o resultado da luta e da pressão dos movimentos sociais, incluindo os movimentos de mulheres contra as tentativas do Estado de acalmar os conflitos e manter as coisas como estão.

Ao procurarem ajuda nos serviços de assistência social, as mães solo enfrentam exatamente essa dualidade explicada por Faleiros (2024): ao mesmo tempo que o Estado

oferece apoios básicos e necessários para a sobrevivência, ele também ativa mecanismos de fiscalização e julgamento sobre as suas vidas, tentando moldá-las a um padrão de "mãe ideal" que serve aos interesses do sistema.

Essa mistura de apoio e controle quebra a ideia tradicional de como a cidadania se construiu. Ao estudar a história dos direitos, Marshall (1967) apontou um caminho linear: primeiro nasceram os direitos civis (liberdade individual), depois os políticos (direito ao voto) e, por fim, os sociais (bem-estar e segurança). Contudo, a história das mulheres seguiu o caminho inverso.

Para o público feminino, o Estado começou por garantir certas proteções "sociais" ligadas à maternidade e à infância muito antes de lhes dar direitos civis básicos como a liberdade para gerir os próprios bens ou trabalhar sem autorização do marido, algo que no Brasil durou até meados do século XX ou direitos políticos. A cidadania descrita por Marshall (1967), quando aplicada às mulheres, revela-se dependente e vigiada, em que o Estado funciona como um "substituto do marido", mantendo a lógica de submissão.

Para entender e transformar essa realidade, as ideias de Nancy Fraser (2019) são fundamentais. A autora defende que a justiça social depende de dois pilares que não podem ser separados: a redistribuição e o reconhecimento. No caso das famílias monoparentais femininas, as injustiças econômicas exigem políticas sérias de redistribuição de recursos (renda, creches, empregos dignos). No entanto, Fraser (2019) mostra que estas medidas financeiras não chegam se não houver reconhecimento. O preconceito cultural, os julgamentos morais que rotulam a mãe solo como culpada por uma "família desestruturada" e as ofensas do cotidiano na linguagem são injustiças que marginalizam as mulheres. A verdadeira libertação exige acabar com estes rótulos, garantindo que o apoio do Estado não seja um motivo de humilhação ou de fiscalização moral da pobreza.

Essa mesma dualidade também se expressa no campo jurídico. Juristas feministas como Silvia Pimentel, Leila Linhares Barsted e Carmen Hein de Campos demonstram que o Direito, historicamente apresentado como neutro, universal e imparcial, foi construído a partir de referenciais masculinos que contribuíram para a reprodução das desigualdades de gênero. Nessa ótica, a legislação pode ser vista como instrumento de garantia de direitos e como expressão das disputas sociais e políticas travadas por grupos historicamente excluídos.

Conforme destacam essas autoras, importantes avanços normativos voltados à proteção das mulheres, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), surgiram do resultado da mobilização dos movimentos

feministas e de mulheres, que pressionaram o Estado brasileiro a reconhecer a violência de gênero como uma grave violação de direitos humanos (Pimentel; Pandjiarjian, 2002; Barsted, 2011; Campos, 2011).

Ao refletir sobre a necessidade de políticas que articulem redistribuição e reconhecimento, torna-se indispensável observar experiências concretas voltadas às mulheres que conciliam maternidade, estudo e trabalho. Nancy Fraser (2019) argumenta que a justiça social exige tanto a redistribuição de recursos quanto o reconhecimento das desigualdades socialmente produzidas. Essa visão torna-se especialmente relevante quando analisamos a realidade de mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas, que frequentemente enfrentam obstáculos econômicos, sociais e culturais para acessar e permanecer em espaços educacionais.

No âmbito da educação superior, a permanência estudantil constitui uma importante estratégia para a democratização do acesso à universidade. Entretanto, como destaca Zago (2006), garantir o ingresso não significa assegurar condições efetivas de permanência, sobretudo para estudantes oriundos das classes populares. Quando observamos a realidade das mulheres mães, os desafios tornam-se ainda mais complexos, uma vez que a trajetória acadêmica passa a ser atravessada por demandas relacionadas ao cuidado dos filhos, à organização da vida doméstica e, muitas vezes, à necessidade de inserção simultânea no mercado de trabalho.

Nesse contexto, programas de assistência estudantil assumem papel estratégico na redução das desigualdades educacionais.

Conforme aponta Imperatori (2017), a assistência estudantil deve ser compreendida como parte do processo de efetivação do direito à educação, constituindo uma política pública voltada à permanência e ao sucesso acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), o Programa Estadual de Assistência Estudantil (Peaes) representa uma importante iniciativa nesse sentido, oferecendo suporte para que estudantes em situação de vulnerabilidade possam dar continuidade à sua formação acadêmica.

Considerando que as participantes desta pesquisa integram esse universo, a análise de suas trajetórias permite refletir sobre os alcances e os limites das políticas de assistência estudantil voltadas à permanência no ensino superior. Embora programas como o Peaes sejam importantes mecanismos de acesso a direitos, as experiências das mulheres mães expressam

que as barreiras enfrentadas no ambiente acadêmico ultrapassam as dificuldades financeiras e estão profundamente relacionadas às desigualdades de gênero que estruturam a vida social.

Nesse debate, as contribuições de Hirata (2014) e Kergoat (2009) tornam-se centrais ao demonstrar que a divisão sexual do trabalho continua atribuindo às mulheres a responsabilidade prioritária pelas atividades de cuidado e reprodução social. Essa distribuição desigual das responsabilidades impacta diretamente as possibilidades de permanência e conclusão dos estudos, sobretudo para aquelas que exercem a maternidade sem a presença de uma rede de apoio suficiente ou sem a corresponsabilização paterna.

Sob essa perspectiva, políticas de apoio ao cuidado infantil, como os auxílios-creche e demais ações de assistência estudantil, não podem ser entendidas apenas como benefícios complementares. Elas constituem estratégias concretas para enfrentar desigualdades historicamente produzidas e que limitam o acesso das mulheres a direitos fundamentais. Ao reconhecer que o cuidado possui uma dimensão coletiva e social, tais políticas contribuem para tensionar a lógica que o mantém como responsabilidade exclusiva das famílias e, particularmente, das mulheres.

Essa discussão adquire contornos ainda mais complexos quando observada a partir das famílias monoparentais femininas. Nessas configurações familiares, as responsabilidades econômicas, emocionais e de cuidado concentram-se, em grande medida, sobre uma única pessoa, ampliando as dificuldades de acesso e permanência nos espaços educacionais. Destarte, as reflexões de Fraser (2019) auxiliam na compreensão de que a garantia de direitos exige a articulação entre redistribuição e reconhecimento, uma vez que a transferência de recursos, isoladamente, não é capaz de responder às desigualdades vivenciadas por diferentes grupos de mulheres.

Todavia, a existência de políticas e marcos legais não garante, por si só, a superação das desigualdades. Como observa Carmen Hein de Campos (2011), a efetivação dos direitos frequentemente encontra obstáculos nas práticas institucionais, marcadas por preconceitos, estigmas e processos de revitimização que dificultam o acesso das mulheres à proteção estatal. Assim, a garantia de direitos depende da criação de políticas públicas e da capacidade das instituições de reconhecerem as especificidades das situações vividas pelas mulheres e de responderem a elas de forma qualificada.

No caso das mulheres mães participantes desta pesquisa, o acesso à assistência estudantil representa mais do que a obtenção de um benefício financeiro. Trata-se de uma condição que pode ampliar possibilidades de permanência acadêmica, fortalecer processos de

autonomia e reduzir parte das desigualdades que atravessam suas trajetórias. Entretanto, essas experiências revelam que as desigualdades não se manifestam de maneira homogênea entre todas as mulheres. Ao contrário, são atravessadas por marcadores sociais que produzem diferentes formas de vulnerabilidade e exclusão.

É nesse ponto que a perspectiva interseccional se torna indispensável. Compreender as experiências das mulheres apenas a partir da categoria gênero é insuficiente para apreender a complexidade das desigualdades presentes em suas trajetórias. Raça, classe social, território, maternidade e outras dimensões articulam-se de maneira simultânea, produzindo condições distintas de acesso a direitos e oportunidades. Desse modo, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica fundamental para compreender como diferentes sistemas de opressão se articulam e para construir respostas institucionais mais sensíveis às desigualdades concretamente vivenciadas. É sobre essa perspectiva que se debruça a próxima seção.

CAPÍTULO 2 - DESATANDO OS NÓS DA PESQUISA: CAMINHOS, ENCONTROS E MARCADORES SOCIAIS

"Ela desatinou, desatou nós" [6]

Este capítulo apresenta os caminhos teóricos e metodológicos percorridos para a realização da pesquisa, compreendendo que as escolhas metodológicas não são neutras, mas estão relacionadas ao problema investigado, às condições concretas do campo e à perspectiva crítica que orienta o trabalho. A pesquisa foi construída com o propósito de compreender as experiências de mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas, considerando as desigualdades de gênero, classe e raça que atravessam suas trajetórias e suas possibilidades de acesso aos direitos sociais.

Nesse percurso, são apresentadas a teoria social crítica e a interseccionalidade como orientações que permitem relacionar as experiências individuais das participantes às estruturas sociais, econômicas e institucionais nas quais estão inseridas. Essas perspectivas contribuem para evitar interpretações individualizantes da monoparentalidade, da pobreza, da sobrecarga materna e das dificuldades de permanência universitária, permitindo reconhecê-las como expressões de relações sociais mais amplas.

O capítulo também contextualiza a assistência estudantil e o Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES), descreve os critérios de definição das participantes e apresenta os instrumentos utilizados na produção dos dados. São explicitadas, ainda, as adequações realizadas durante o percurso da investigação, entre elas a substituição das entrevistas pelo formulário, decisão relacionada às próprias dificuldades de participação manifestadas pelas acadêmicas diante das responsabilidades de cuidado e da sobrecarga cotidiana. Dessa forma, os limites encontrados no campo não são tratados apenas como obstáculos operacionais, mas também como elementos reveladores da realidade investigada.

---

[6] Chegamos à segunda pausa. Até aqui, caminhamos por trilhas que nos permitiram compreender algumas das estruturas que sustentam as desigualdades vivenciadas pelas mulheres. Agora, o convite é olhar com mais atenção para os nós que atravessam essas experiências e que, muitas vezes, se apresentam como parte natural da vida social. Gênero, raça, classe, maternidade e acesso a direitos não atuam de forma isolada; cruzam-se, sobrepõem-se e produzem realidades singulares, marcadas por diferentes formas de privilégio e opressão. Desatar nós é um exercício que exige sensibilidade, escuta e disposição para enxergar para além do que está imediatamente visível. Afinal, quantas amarras permanecem ocultas quando observamos uma trajetória a partir de uma única lente? Quantas histórias deixam de ser contadas quando ignoramos os cruzamentos que constituem a vida das mulheres? É justamente nesses encontros, nessas encruzilhadas e nessas múltiplas camadas da experiência social que esta etapa da pesquisa se debruça.

2.1 Atravessando a encruzilhada: Percurso Metodológico

A proteção às mulheres começa antes da violência acontecer, por isso a criação de formas de prevenção e proteção às mulheres já é uma pauta amplamente discutida para promover e garantir seu direito à vida. Atualmente, existe previsão legal por meio da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica, dentre eles podemos citar: as campanhas de enfrentamento à violência doméstica e familiar, como o Agosto Lilás, além de iniciativas nas instituições de ensino, como o "Maria da Penha na Escola".

Também há órgãos de proteção, como as Delegacias Especializadas e a Patrulha de Violência Doméstica (PVD), serviços de acolhimento como a Casa Esperança em Montes Claros e serviços especializados para atendimento e promoção de direitos, como os Centros de Referência da Mulher e a Casa da Mulher Brasileira.[7]

Embora a ampliação dos mecanismos de enfrentamento à violência represente uma conquista importante para a proteção das mulheres, a interrupção da violência não encerra, por si só, os processos de vulnerabilização vivenciados por elas. A reconstrução da vida após situações de violência depende também do acesso a condições materiais de existência, renda, educação, moradia, trabalho e redes de proteção capazes de sustentar processos de autonomia. É nesse ponto que a discussão sobre direitos sociais se torna central para esta pesquisa.

A proteção não pode ser vista de forma isolada, sendo necessário garantir que as mulheres tenham condições de viver com dignidade, com acesso a oportunidades e direitos que lhes assegurem uma existência livre de violência e discriminação. A construção das suas vidas, após a violência, exige que as políticas públicas e sociais intervenham nas situações de risco imediato e proporcionem os recursos necessários para o pós, além de trabalhar na prevenção para que a situação nem aconteça.

Essas famílias, no entanto, estão inseridas em uma lógica patriarcal e capitalista. Por isso, muitas vezes, não acessam os direitos devido à grande opressão vivida, à

[7] A proteção às mulheres contra a violência, no Brasil, é assegurada por diversas iniciativas. As campanhas de prevenção, como o *Agosto Lilás*, visam sensibilizar a sociedade sobre a importância do enfrentamento à violência doméstica. O programa *Maria da Penha na Escola* busca educar jovens sobre os direitos das mulheres e a prevenção da violência. As Delegacias Especializadas e a Patrulha de Violência Doméstica (PVD) são órgãos de segurança pública que atuam diretamente no acolhimento e proteção de mulheres em situação de violência. A Casa Esperança em Montes Claros oferece abrigo temporário e apoio psicológico a vítimas de violência doméstica, enquanto os Centros de Referência da Mulher e a Casa da Mulher Brasileira oferecem suporte jurídico, psicológico e social, promovendo a autonomia e a defesa dos direitos das mulheres.

descredibilidade e até mesmo para evitar reviver situações de violência. Conforme Ayala (2019), sem um investimento real do Estado, não é possível que todas as pessoas acessem os direitos com mínima equidade. A autora ainda apresenta que o Estado, sendo liberal, tende a sobrepor os interesses do mercado às necessidades básicas individuais.

A reflexão sobre as origens dos direitos sociais e das políticas públicas, especialmente em relação às mulheres, é fundamental para compreender as barreiras e negligências que as afetam. As contribuições de Faleiros (2004) e Marshall (1967) permitem compreender que as políticas sociais ocupam posição contraditória nas sociedades capitalistas. Ao mesmo tempo em que constituem mecanismos de proteção e ampliação de direitos, também são formuladas dentro de limites impostos pelas relações econômicas e pelas disputas políticas presentes em cada contexto histórico.

Ainda assim, Joan Scott (2005), em *O Enigma da Igualdade*, problematiza a noção de igualdade formal como solução suficiente para as desigualdades de gênero. A autora argumenta que a igualdade constitui um conceito paradoxal, uma vez que, ao mesmo tempo em que busca garantir direitos universais, tende a desconsiderar as diferenças históricas e sociais que marcam a experiência das mulheres. Assim, a conquista de direitos formais não elimina automaticamente as desigualdades estruturais, a autora salienta que a existência de direitos formalmente reconhecidos não elimina, necessariamente, as desigualdades produzidas por relações históricas de poder.

Essas críticas e reflexões ampliam o entendimento das limitações do modelo atual de acesso aos direitos, conforme discussão elencada no capítulo anterior, supera o reconhecimento formal dos direitos, e vai além, ao questionar se realmente seria possível garantir a igualdade substantiva para as mulheres. Dessa maneira, fica manifesto que o não acesso aos direitos faz com que as mulheres vivenciem uma cidadania incompleta. O conceito de cidadania, conforme abordado por Marshall (1967), envolve direitos civis, políticos e sociais, mas, quando esses direitos são negados, às mulheres se veem em uma condição de subordinação e exclusão, impossibilitadas de exercer plenamente sua cidadania. O acesso aos direitos sociais, portanto, é fundamental para romper com ciclos de pobreza extrema e exclusão social nas famílias, oferecendo a essas mulheres a oportunidade de resgatar sua dignidade e autonomia.

Assim, a igualdade de acesso aos direitos sociais, como a assistência estudantil, é um benefício a ser concedido e uma ferramenta fundamental para promover maior equidade de acesso às mulheres. Somente por meio de um acesso equitativo e estruturado a esses direitos,

aliado a políticas públicas que levem em consideração as desigualdades preexistentes, será possível romper, de fato, com os ciclos de exclusão social e possibilitar o quer seria mais próximo de uma cidadania plena para as mulheres.

> [...] a assistência estudantil perpassa todas as áreas dos direitos humanos, uma vez que compreende ações que envolvem ideais condições de saúde, acesso aos instrumentais pedagógicos para formação profissional, acompanhamento das necessidades educativas especiais, além de necessidades básicas dos estudantes, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (Imperatori, 2017, p. 295).

Portanto, a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001, e a regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) em 2010, por meio do Decreto nº 7.234, foram marcos importantes no processo de garantia de direitos. O Pnaes, que visa democratizar as condições de permanência na educação superior pública federal, minimizar as desigualdades sociais e regionais e promover a inclusão social por meio da educação, tornou-se um direito social. Além disso, a Portaria Normativa nº 25, de 2010, estendeu o programa para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (Pnaest), com o objetivo de apoiar a permanência de graduandos nas universidades estaduais.

Desde a Constituição Federal de 1988, o acesso à educação passou a ser um direito social, e a assistência estudantil se fortaleceu como um mecanismo para garantir a inclusão e a permanência dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES). Conforme a proposta da pesquisa, e a compreensão da importância do acesso aos direitos sociais para garantir a dignidade da pessoa humana, tornou-se essencial buscar entender como a violência pode ser um fator importante para violar os direitos das mulheres, especialmente as mães solo, que são as responsáveis pelo sustento do cuidado e financeiro de suas famílias.

Nesse direção, surge a questão: como a violência vivenciada por essas mulheres pode interferir na efetivação de seus direitos sociais? Para tanto, faz-se necessário definir diretrizes para a realização da pesquisa. A pesquisa utilizará abordagens quantitativas e qualitativas. Triviños (1987), em sua obra *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*, afirma que esse tipo de abordagem pode ser caracterizado como:

> [...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participaram no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.) (Triviños, 1987, p. 132).

Assim, a escolha das famílias monoparentais femininas como público específico para a realização da pesquisa se faz de maneira intencional. Góes *et al*. (2006) refletem que, para além de descrever a realidade social, a pesquisa qualitativa em conjunto com a teoria crítica promove "a conscientização e a exposição das formas de conhecer e de julgar o conhecimento discursivo". Assim, considerando as variadas formas de violência que podem ter acometido essas mulheres até a composição de sua família com essa estrutura, e levando em conta as imposições de gênero e a baixa renda financeira, trata-se de um perfil prioritário para o acesso a políticas públicas de equidade e aos direitos sociais mínimos.

Outros autores, como Minayo (2009), mostraram que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, dos valores e das atitudes. Destaca que sua utilização associada à abordagem quantitativa, como um método misto para a pesquisa, pode ser uma forma de aprimorar a aprendizagem e a qualidade da pesquisa em desenvolvimento, buscando aproximar-se cada vez mais da realidade dos sujeitos. Mesmo dando ênfase à abordagem qualitativa, o estudo também se apropriará da abordagem quantitativa, que permite identificar o perfil do público participante da pesquisa, sendo esta voltada às mulheres mães solo.

Decorrente da perspectiva do Serviço Social, após o movimento de reconceituação entre as décadas de 1960 e 1970, quando a profissão previu o rompimento das práticas assistencialistas e conservadoras, a ênfase recaiu sobre o uso de estudos e pesquisas a partir de uma análise crítica.

A Teoria Social Crítica se difere da teoria tradicional, pois, conforme Viegas (2002), os pesquisadores que se apropriam dessa abordagem não podem se contentar com uma posição meramente compreensiva. Para isso, o exercício da práxis é fundamental para a utilização dessa perspectiva, pois a teoria e a prática estão intimamente relacionadas. Desse modo, essa perspectiva poderá contribuir para a análise dos fenômenos que atravessam essas mulheres, com o intuito de gerar reflexões e questionamentos que possam colaborar para a transformação pessoal e social dos envolvidos.

Ademais, Kincheloe e Mclaren (2006) defendem a importância da utilização da teoria crítica, poiso pensamento sempre está ligado e mediado pelas relações de poder e considerando a dinâmica da sociedade patriarcal diante das mulheres, essa afirmação manifesta como essa construção social pode ser opressora. Por fim, os autores também apresentam que:

> [...] As pesquisas em educação desenvolvidas a partir da Teoria Crítica primam tanto pela produção de conhecimento como pela promoção de intervenções críticas. Elas precisam ser concebidas como provocadoras da [autorreflexão], o que significa que as pesquisas na área da educação podem fomentar experiências educativas que incentivam a autonomia do sujeito e, ao mesmo tempo, podem possibilitar o fortalecimento de posturas críticas e de resistência na sociedade atual tão marcada pela desigualdade social (Goés *et al*., 2006 p. 119).

Essa abordagem contribui significativamente para a análise da pesquisa, ao destacar que as condições do tempo contemporâneo resultam de um acúmulo histórico originado em uma sociedade. O estudo e demais análises só serão possíveis por meio da realização de estudos bibliográficos que serão realizados durante todo o processo de pesquisa, em que será possível apresentar as contribuições de outros autores e pesquisadores que enriqueceram o debate, permitindo aprofundar as discussões. Destarte, autores como Lakatos e Marconi (2001, p. 183) definem a pesquisa bibliográfica, como aquilo já produzido e tornado público e que

> '[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]'. Em suma, todo trabalho científico, toda pesquisa, deve ter o apoio e o embasamento na pesquisa bibliográfica, para que não se desperdice tempo com um problema que já foi solucionado e possa chegar a conclusões inovadoras.

As contribuições de Hooks (2013) e Davis (2016) auxiliam na compreensão de que a produção do conhecimento está diretamente relacionada às disputas sociais e às estruturas de poder. Logo, suas reflexões contribuem para analisar as experiências das participantes para além da dimensão individual, reconhecendo que suas trajetórias são atravessadas por relações históricas de gênero, raça e classe.

As ponderações de Davis (2016) ajudam a compreender a educação como espaço de produção de consciência crítica e enfrentamento das desigualdades sociais. Ao discutir as relações entre raça, gênero e classe, a autora manifesta que o acesso ao conhecimento pode desempenhar papel importante nos processos de resistência e ampliação das possibilidades de participação social de grupos historicamente marginalizados. A educação, quando aplicada com uma abordagem crítica, torna-se uma poderosa ferramenta para questionar e desestabilizar as relações hierárquicas de gênero, raça e classe que perpetuam a exclusão e marginalização de diversos grupos sociais.

A opção pela perspectiva teórico-crítica decorre da compreensão de que as experiências das mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas não podem ser

analisadas de forma isolada ou desvinculada das estruturas sociais que produzem desigualdades. Nesse estudo, essa abordagem possibilita compreender como gênero, classe social, maternidade e acesso aos direitos sociais se articulam na trajetória das acadêmicas participantes. Associada à perspectiva interseccional, permite analisar as condições objetivas de permanência no ensino superior e os processos sociais que produzem diferentes formas de vulnerabilidade e exclusão.

Nessa direção, a teoria crítica somada à análise interseccional oferece uma lente mais rica e aprofundada para compreender a complexidade das questões sociais envolvidas. Este trabalho, ao utilizar a perspectiva teórico-crítica, se conecta com o movimento mais amplo de questionamento e transformação das estruturas sociais, buscando não apenas entender, mas também promover um debate que favoreça as mulheres.

Destaca-se que, durante o processo de escrita desta dissertação, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa como apoio à organização da escrita e revisão preliminar de trechos específicos. Todo o conteúdo foi submetido à análise crítica da autora, que realizou as adequações necessárias, assumindo integralmente a responsabilidade pelas interpretações, argumentos e conclusões apresentadas.

A opção pela perspectiva teórico-crítica dialoga com a proposta interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes, especialmente por possibilitar a análise das desigualdades sociais a partir da articulação entre gênero, raça, classe e acesso a direitos. O PPGDS busca integrar diferentes áreas do conhecimento, proporcionando aos pesquisadores as ferramentas necessárias para analisar as complexas relações sociais que envolvem as desigualdades estruturais. Nesse contexto, a utilização da metodologia teórico-crítica se encaixa perfeitamente, pois oferece um espaço para explorar como as desigualdades, especialmente de gênero, estão entrelaçadas com outras dimensões da sociedade, como a classe social e as relações de poder.

A interseccionalidade, como conceito central nas discussões do PPGDS, é um campo de análise que permite considerar as múltiplas identidades e experiências das pessoas, especialmente das mulheres, dentro do contexto das desigualdades. Essa abordagem é fundamental para entender como fatores como raça, classe social e gênero se cruzam e influenciam a vivência de mulheres em diferentes cenários sociais.

Autoras como Hooks (2013) e Davis (2016) já discutem amplamente a relevância de se considerar essas diferentes dimensões para a construção de políticas públicas e práticas sociais mais inclusivas e justas. A aplicação dessa perspectiva neste trabalho permitirá

explorar de maneira crítica e profunda como a violência vivida por mulheres, especialmente as mães solo, interfere diretamente na efetivação de seus direitos sociais.

Desse modo, a metodologia teórico-crítica fortalece as análises do presente estudo, ao propor uma reflexão crítica sobre as questões de gênero e as múltiplas formas de opressão que as mulheres enfrentam, considerando, simultaneamente, as implicações da classe social e da raça. Isso, por sua vez, contribui para a construção de um entendimento mais amplo da situação das mulheres monoparentais e da violência que as atravessa, permitindo a formulação de propostas de políticas públicas mais eficazes e equitativas,

A escolha do objeto desta pesquisa também se relaciona à trajetória pessoal e acadêmica da pesquisadora, conforme explicitado na apresentação deste trabalho. Reconhecer essa proximidade não significa tomar a experiência pessoal como evidência empírica, mas explicitar o lugar a partir do qual as perguntas e as escolhas teóricas foram construídas. Essa compreensão aproxima-se da noção de conhecimentos situados de Haraway (1995), segundo a qual toda produção de conhecimento parte de uma posição social e histórica específica.

Nesse sentido, adotou-se uma postura de reflexividade crítica, por meio da qual a pesquisadora buscou examinar continuamente como sua relação com o tema poderia interferir na produção e na interpretação dos dados. Conforme Mountian (2017), a reflexividade e a situacionalidade são fundamentais às metodologias críticas e interseccionais. Para preservar o rigor da investigação, a experiência da pesquisadora foi distinguida do material empírico, e as análises foram fundamentadas nas respostas das participantes, nos objetivos do estudo e no referencial teórico adotado, considerando também diferenças e contradições entre as experiências relatadas.

O *lócus* da pesquisa será a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), localizada em Montes Claros, Minas Gerais. A escolha da Unimontes como ambiente de pesquisa se dá pela relevância da instituição no contexto regional e pela sua atuação no apoio à permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade, por meio do Programa de Assistência Estudantil.

As mulheres que atendem ao perfil socioeconômico exigido pelo programa, com destaque para as mães solo, serão as principais participantes desta pesquisa. A análise das informações obtidas por meio do Programa Estadual de Assistência Estudantil (Peaes) e do Observatório da Política de Assistência Estudantil permitiu uma identificação mais precisa das participantes e possibilitará um acompanhamento mais eficaz ao longo da pesquisa.

No entanto, vale ressaltar que, além do recorte de gênero, que já foi apresentado anteriormente, o recorte de racialidade também é um fator relevante nesta análise. Mulheres negras, indígenas e periféricas enfrentam, frequentemente, um acúmulo de desigualdades, que são tanto de gênero quanto de raça, configurando uma interseção de opressões que deve ser considerada para uma compreensão mais completa de suas realidades.

Assim, o recorte de gênero será retomado para assegurar que as especificidades das mulheres em situação de vulnerabilidade sejam devidamente analisadas, incluindo as particularidades de raça e classe social, que moldam as experiências dessas mulheres no acesso a direitos e serviços públicos, como a assistência estudantil. Essa articulação com o Observatório da Política de Assistência Estudantil é um fator-chave para a realização do estudo, pois permite o acesso a dados atualizados sobre o perfil dos estudantes, facilitando a seleção das participantes que melhor atendem ao perfil da pesquisa.

A participação da pesquisadora nas atividades do Observatório da Política de Assistência Estudantil possibilitou acesso aos dados institucionais utilizados nesta investigação, contribuindo para a identificação das estudantes que compõem o universo da pesquisa ao fornecer informações detalhadas sobre as condições socioeconômicas dos discentes, contribuindo para a formulação de estratégias de apoio que garantam a permanência e a inclusão dos estudantes na educação superior. Esse acesso a informações detalhadas será utilizado para refinar a seleção das participantes, garantindo que o estudo seja representativo e alinhado aos objetivos propostos.

Além da análise documental dos formulários de solicitação do auxílio-creche, esta pesquisa utilizou como instrumento de coleta de dados um formulário composto por questões abertas e fechadas, elaborado especificamente para atender aos objetivos da investigação. O instrumento foi estruturado em blocos temáticos destinados à caracterização socioeconômica das participantes, à compreensão de suas trajetórias familiares e acadêmicas, à identificação das redes de apoio existentes, às experiências relacionadas à monoparentalidade feminina e às percepções acerca do acesso aos direitos sociais. As questões fechadas possibilitaram a sistematização de informações objetivas e a identificação de tendências entre as participantes, enquanto as questões abertas permitiram acessar narrativas, significados e experiências que dificilmente poderiam ser apreendidos apenas por meio de dados quantitativos.

Inicialmente, o desenho metodológico previa a realização de entrevistas semiestruturadas, considerando seu potencial para aprofundar as narrativas e compreender de forma mais detalhada as experiências das participantes. Entretanto, diante do tempo

disponível para execução da pesquisa e do cumprimento dos prazos estabelecidos para a conclusão do curso de mestrado, optou-se pela utilização exclusiva de formulários com questões abertas e fechadas. Essa adequação metodológica permitiu alcançar os objetivos propostos sem comprometer a qualidade das informações coletadas, garantindo às participantes maior flexibilidade para responderem ao instrumento em momentos compatíveis com suas rotinas.

O levantamento inicial identificou que 23 acadêmicas haviam solicitado e obtido deferimento do auxílio-creche no âmbito do Programa de Assistência Estudantil. Para a primeira etapa da coleta de dados, foram encaminhados convites a 12 acadêmicas selecionadas a partir do critério de menor renda declarada nos formulários institucionais. Contudo, apesar das diversas tentativas de contato realizadas, apenas cinco acadêmicas se disponibilizaram a participar da pesquisa. Ressalta-se que nenhuma participante manifestou recusa formal à participação, sendo observada, predominantemente, a ausência de retorno aos convites encaminhados.

Durante esse processo, algumas das acadêmicas que responderam aos contatos relataram as dificuldades de encontrar tempo para participar da pesquisa em razão das responsabilidades cotidianas relacionadas ao trabalho, aos estudos e, sobretudo, ao cuidado dos filhos. Essa situação, longe de constituir apenas um obstáculo metodológico, revelou-se um importante elemento de análise, uma vez que a própria dificuldade de participação evidenciou a sobrecarga que marca a experiência dessas mulheres. A escassez de tempo, a necessidade permanente de conciliar múltiplas demandas e a centralidade do cuidado infantil apareceram não apenas nas respostas ao formulário, mas também nas condições concretas de acesso à própria pesquisa.

Diante desse cenário, e considerando que o levantamento identificou a existência de 23 acadêmicas inseridas em famílias monoparentais femininas vinculadas ao Programa de Assistência Estudantil, optou-se pela ampliação do público inicialmente previsto, convidando-se outras estudantes que atendiam aos critérios estabelecidos para a pesquisa. Como resultado, a amostra final foi composta por 13 participantes.

Em observância aos preceitos éticos que orientam as pesquisas envolvendo seres humanos, todas as participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo informações sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados, a garantia de sigilo e anonimato, bem como a possibilidade de desistência da participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Após a leitura e esclarecimento

das informações apresentadas, todas as acadêmicas manifestaram concordância e formalizaram sua participação por meio da aceitação do referido termo.

Com o objetivo de preservar o anonimato das acadêmicas, foram atribuídos pseudônimos inspirados em elementos relacionados à tecitura, aos fios e aos tecidos. A escolha dialoga com a perspectiva adotada nesta dissertação, que, por meio de uma análise interseccional, compreende as trajetórias das mulheres como experiências atravessadas por múltiplos nós sociais, afetivos, econômicos e institucionais. Assim como um tecido é constituído por diferentes fios que se entrelaçam, as experiências das participantes são produzidas pela articulação entre gênero, maternidade, classe social, acesso a direitos e redes de cuidado.

Os pseudônimos escolhidos remetem a elementos da costura e da tecelagem, simbolizando tanto as amarras historicamente impostas às mulheres quanto sua capacidade cotidiana de construir, recompor e sustentar a vida. Desse modo, além de garantir o sigilo ético das participantes, a nomenclatura adotada integra-se à metáfora que acompanha toda a pesquisa: compreender os nós que atravessam suas trajetórias e os caminhos possíveis para desatá-los.

Importa destacar que essa adequação metodológica não representa um encerramento das possibilidades investigativas sobre a temática. Ao contrário, os resultados produzidos por esta pesquisa poderão subsidiar estudos futuros, incluindo entrevistas em profundidade e outras abordagens qualitativas capazes de ampliar a compreensão das trajetórias de mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas. Nesse aspecto, compreende-se esta dissertação como parte de um processo contínuo de construção do conhecimento, cujas reflexões poderão contribuir tanto para o aprofundamento do debate acadêmico quanto para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à permanência estudantil, à proteção social e à garantia de direitos para mulheres mães.

Embora o acesso à educação constitua um direito social assegurado constitucionalmente, às condições concretas para sua efetivação permanecem desiguais entre os diferentes grupos sociais. Em uma sociedade marcada por profundas disparidades de renda, gênero e raça, o ingresso e a permanência no ensino superior tornam-se desafios ainda maiores para mulheres que acumulam responsabilidades relacionadas ao trabalho, à maternidade e ao cuidado familiar. Nesse cenário, a educação superior passa a assumir um papel fundamental não apenas na formação profissional, mas também na ampliação das possibilidades de autonomia e mobilidade social.

> O acesso ao ensino superior é almejado por grande parte da sociedade, nela inserem-se jovens, adultos e até idosos, para os jovens e adultos a graduação passa a ser mais que um sonho, torna-se uma necessidade. Dela depende a melhora na qualidade de vida, a conquista de bens são consequências de um trabalho que exige uma graduação (Santos, 2012, p. 48 *apud* Souza; Almeida, 2019, p. 25).

A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) se destaca como um importante centro de produção de conhecimento e formação profissional em um contexto social e territorial, com seu *campus* sede localizado na cidade de Montes Claros, em Minas Gerais. Reconhecida como universidade estadual desde 1994, por meio da Portaria nº 1.116, a Unimontes tem desempenhado um papel imprescindível no desenvolvimento educacional, cultural e socioeconômico, não apenas para o Norte de Minas, mas também para outras regiões do estado, conforme descrito no Regimento Geral da universidade de 1999.

Além do *campus* sede em Montes Claros, a Unimontes conta com 11 *campi* espalhados por diversas regiões, incluindo o noroeste de Minas e os vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Com essa abrangência geográfica, a Unimontes atende a 342 municípios e impacta uma população de mais de dois milhões de habitantes, tornando-se uma referência no desenvolvimento de várias áreas do conhecimento, como educação, saúde, ciências sociais, ciências humanas, além das ciências exatas e tecnológicas.

A Unimontes, como uma universidade situada no norte de Minas Gerais, exerce uma função socioeducativa crucial ao incorporar estudantes de baixa renda no processo de democratização do ensino superior. A implementação de políticas públicas de assistência estudantil tem sido um dos pilares para garantir a permanência dos estudantes na universidade, o que reforça a importância de ações que contribuam para o acesso e sucesso acadêmico dos estudantes, consolidando a Unimontes como um agente transformador nas regiões que atende.

Em razão da abrangência da Universidade e aos recursos previstos para investimentos na Assistência Estudantil ainda não serem suficiente para contemplar todos os estudantes solicitantes, com base na lista de espera de estudantes deferidos que não conseguiram ser contemplados pelos auxílios, um dos principais critérios do Edital é o rendimento *per capita* familiar, sendo ele igual ou inferior a um salário mínimo e meio vigente, conforme o art. 2º, §2º, inciso II, da Lei Estadual nº 22.570, de 5 de julho de 2017. Desse modo, é definido um critério de classificação crescente, em que os estudantes com as menores rendas são contemplados primeiro.

Para melhorar o acesso dos estudantes a esse direito e a melhor aplicação dos recursos pela Universidade, além de construir maior solidez nas justificativas para ampliação e

prezando pela maior qualidade de vida dos estudantes, a Universidade foi contemplada pelo Observatório da Política de Assistência Estudantil e da Qualidade de Vida do Estudante, instituído em 2024. Essa atividade de pesquisa recebe fomento da agência de pesquisa Fapemig para a execução de suas atividades, e entre as pesquisadoras me incluo como participante.

Assim, com as análises que ainda estão sendo construídas e elaboradas pelo Observatório, alguns dados preliminares das possíveis participantes desta pesquisa foram levantados para subsidiar este trabalho. Cabe destacar que, ao preencherem o formulário socioeconômico do Edital Peaes, os estudantes assinaram um termo de autorização para o uso dos dados para fins de pesquisa, e que este trabalho é um dos produtos previstos no Observatório, no próximo capítulo aprofundaremos a discussão a partir do levantamento dos dados iniciais, antecedendo a análise mais individual que vai ser dar com a aplicação do formulário semiestruturada.

Embora os dados socioeconômicos produzidos pelo Peaes e pelo Observatório da Política de Assistência Estudantil e da Qualidade de Vida do Estudante permitam uma importante aproximação com a realidade vivenciada pelas estudantes da Unimontes, a simples descrição dessas informações não é suficiente para compreender a complexidade das desigualdades que atravessam suas trajetórias. As condições de vulnerabilidade identificadas não se explicam apenas pela dimensão econômica, mas são produzidas e aprofundadas por múltiplos fatores sociais, históricos e culturais que atuam de forma simultânea sobre a vida dessas mulheres.

Destarte, torna-se necessário avançar para uma perspectiva analítica capaz de compreender como diferentes marcadores sociais se articulam na produção das desigualdades e no acesso aos direitos. Questões relacionadas ao gênero, à raça, à classe social, à maternidade, ao território e às configurações familiares se entrelaçam, produzindo experiências distintas de inclusão, exclusão e vulnerabilidade. Assim, a compreensão da realidade das mulheres em famílias monoparentais femininas exige um olhar que ultrapasse análises fragmentadas e reconheça a complexidade das relações sociais que estruturam suas experiências.

Nessa direção, o próximo tópico será dedicado à discussão da interseccionalidade como ferramenta teórica e metodológica fundamental para a compreensão dessas múltiplas determinações. A partir dessa perspectiva, serão apresentados e analisados dados gerais extraídos dos formulários socioeconômicos do Peaes, buscando identificar quem são essas

estudantes, quais condições sociais marcam suas trajetórias e de que maneira diferentes formas de desigualdade se manifestam em suas experiências cotidianas.

A partir dessa caracterização inicial, torna-se possível compreender quem são as mulheres que acessam o auxílio-creche da Unimontes e quais desigualdades atravessam suas trajetórias. Esse movimento constitui um passo fundamental para a análise das experiências narradas pelas participantes, desenvolvida na etapa seguinte da pesquisa.

2.2 Onde os Nós se Encontram: Interseccionalidade e as Mulheres do PEAES

Ao longo das discussões desenvolvidas até aqui, buscou-se compreender como as desigualdades de gênero, a violência e as limitações no acesso aos direitos sociais são produzidas e reproduzidas na sociedade brasileira, especialmente na vida das mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas. Contudo, embora as reflexões teóricas permitam identificar estruturas amplas que sustentam essas desigualdades, torna-se necessário aproximar o olhar das experiências concretas vivenciadas por essas mulheres.

Nesse aspecto, este capítulo propõe avançar da compreensão das estruturas para a análise dos sujeitos que as experimentam cotidianamente, utilizando a perspectiva da interseccionalidade como ferramenta para compreender como diferentes marcadores sociais se articulam na produção de vulnerabilidades, oportunidades e formas de acesso aos direitos. A partir dessa abordagem, serão apresentados dados gerais das acadêmicas participantes do Programa Estadual de Assistência Estudantil (Peaes) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), que solicitaram o auxílio-creche, buscando identificar elementos que contribuam para a compreensão de suas condições de vida e das múltiplas desigualdades que atravessam suas trajetórias.

É nesse contexto que a interseccionalidade se apresenta como uma importante ferramenta teórica e analítica. Desenvolvida inicialmente pelos estudos feministas negros, especialmente a partir das contribuições de mulheres que denunciavam a insuficiência das análises centradas exclusivamente no gênero ou exclusivamente na raça, mais do que identificar categorias isoladas, essa perspectiva busca compreender como diferentes relações de poder se articulam na produção das experiências sociais.

A interseccionalidade parte do entendimento de que os sujeitos não vivenciam apenas uma dimensão de sua identidade. Uma mulher negra, mãe, estudante universitária e pertencente às classes populares não experimenta separadamente os efeitos do racismo, do sexismo ou das desigualdades econômicas. Essas dimensões se entrelaçam e produzem

condições particulares de acesso a oportunidades, direitos e recursos sociais. Desse modo, a análise interseccional permite compreender que as desigualdades operam em uma rede complexa de relações sociais que influencia diretamente as possibilidades de participação social e exercício da cidadania.

Para as mulheres em famílias monoparentais femininas, essa perspectiva torna-se especialmente relevante. As dificuldades enfrentadas por essas mulheres não decorrem exclusivamente da maternidade, da condição econômica ou das desigualdades de gênero consideradas isoladamente. Elas resultam da interação entre múltiplos marcadores sociais que atravessam suas trajetórias, influenciando o acesso à educação, ao trabalho, à renda, à proteção social e às redes de apoio. Nesse aspecto, a interseccionalidade é uma ferramenta de análise e uma forma de compreender a realidade social em sua complexidade, evitando generalizações e reconhecendo a diversidade de experiências existentes entre as próprias mulheres.

Kimberlé Crenshaw utiliza uma metáfora para ilustrar esse pensamento:

> Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções (Crenshaw 2002, p. 177).

A metáfora proposta por Crenshaw (2002) permite compreender que as desigualdades não atuam de maneira independente. Os diferentes sistemas de opressão cruzam-se continuamente, produzindo experiências específicas para sujeitos posicionados em múltiplos eixos de vulnerabilidade. Para as mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas, essa perspectiva possibilita compreender que os desafios vivenciados não decorrem exclusivamente do gênero ou da maternidade, mas da articulação entre diferentes marcadores sociais que atravessam suas trajetórias.

É importante ressaltar que, no contexto latino-americano e brasileiro, a compreensão das desigualdades que atravessam as mulheres negras já vinha sendo construída por

intelectuais como Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2003), mesmo antes da consolidação do conceito de interseccionalidade. Gonzalez (1984) aponta que as experiências das mulheres negras não podem ser compreendidas apenas a partir da categoria gênero, uma vez que o racismo estrutura[8] de forma decisiva suas condições de vida, inserção social e acesso a direitos. Ao analisar a formação social brasileira, a autora demonstra como raça, classe e gênero operam de maneira articulada na produção das desigualdades, impondo às mulheres negras formas específicas de exploração e invisibilização.

Na mesma direção, Sueli Carneiro (2003) problematiza a universalização da categoria "mulher" nos debates feministas, argumentando que as experiências das mulheres negras são atravessadas por processos históricos de exclusão que exigem uma análise capaz de considerar simultaneamente as dimensões de raça, gênero e classe. Para a autora, a luta pela ampliação da cidadania e dos direitos sociais passa necessariamente pelo reconhecimento dessas múltiplas formas de opressão, que produzem condições diferenciadas de acesso a oportunidades, proteção social e participação política.

Carla Akotirene (2018, p. 18-19) argumenta que essas avenidas não são acidentais, mas produzidas pela articulação entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Tal compreensão permite analisar as dificuldades vivenciadas pelas participantes desta pesquisa não como situações isoladas, mas como expressões de estruturas sociais que incidem simultaneamente sobre suas trajetórias acadêmicas, familiares e econômicas.

Essa compreensão dialoga com as contribuições de Kergoat (2010), para quem as relações sociais de sexo, classe e raça não atuam de forma paralela ou independente, mas se produzem mutuamente. A autora utiliza a noção de consubstancialidade para demonstrar que diferentes formas de desigualdade participam simultaneamente da construção das posições ocupadas pelos sujeitos na estrutura social. Essa reflexão contribui para compreender que as dificuldades vivenciadas pelas participantes desta pesquisa não resultam de fatores isolados, mas de processos sociais que se articulam e se reforçam continuamente.

A escolha da perspectiva interseccional para esta pesquisa decorre da compreensão de que as experiências das participantes não podem ser analisadas a partir de uma única categoria explicativa. Embora todas compartilhem a condição de mulheres, mães e estudantes

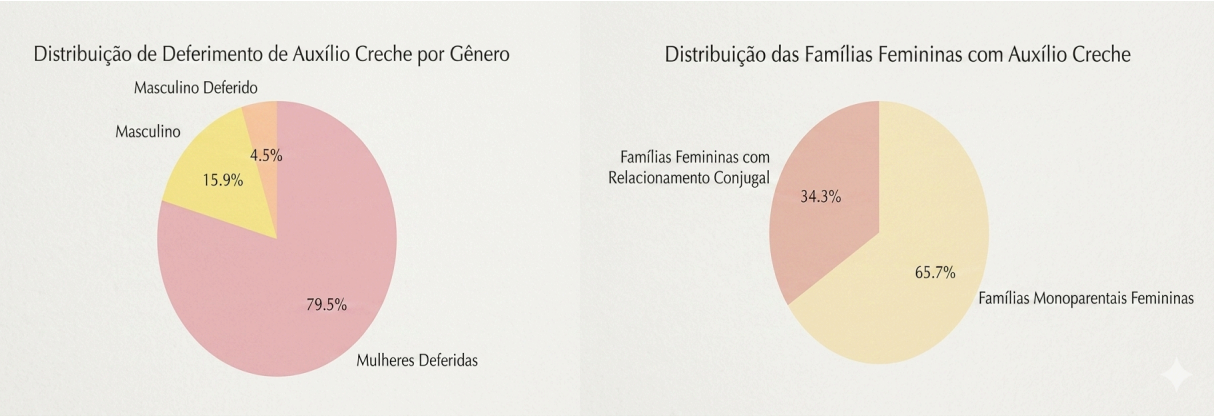
[8] O racismo estrutural refere-se à forma como as desigualdades raciais integram o próprio funcionamento da sociedade, não se restringindo a atitudes individuais ou episódios isolados de discriminação. Ele se manifesta nas instituições, nas relações econômicas, políticas e sociais, produzindo condições desiguais de acesso ao trabalho, à renda, à educação, à moradia e às políticas públicas. Dessa maneira, a população negra é sistematicamente colocada em posições de maior vulnerabilidade socioeconômica, ainda que não exista uma ação discriminatória explícita em cada situação analisada (ALMEIDA, 2019).

universitárias, suas trajetórias são atravessadas por diferentes formas de inserção social, racial, econômica e territorial. Nesse aspecto, a interseccionalidade além de referencial teórico, é uma ferramenta analítica capaz de orientar a interpretação dos dados produzidos ao longo da investigação. Ao possibilitar a leitura articulada entre gênero, raça, classe, maternidade e acesso aos direitos sociais, essa perspectiva contribui para compreender tanto as desigualdades compartilhadas quanto as especificidades presentes nas trajetórias das participantes.

Os dados apresentados a seguir permitem observar como essas relações se materializam na vida das estudantes contempladas pelo auxílio-creche. A discussão desenvolvida até aqui fornece elementos para interpretar os dados apresentados a seguir. Mais do que identificar características socioeconômicas das estudantes contempladas pelo auxílio-creche, busca-se compreender como diferentes dimensões das desigualdades sociais se manifestam concretamente em suas trajetórias acadêmicas, familiares e econômica. É justamente nesses pontos de encontro entre gênero, raça, classe, maternidade e acesso aos direitos sociais que se localizam os ‘nós’ analisados nesta pesquisa.

Segundo os dados já levantados pelo Observatório da Política de Assistência Estudantil, por meio de informações sistematizadas no Relatório Peaes – 1ª Edição 2023: Análise do Perfil Socioeconômico dos Inscritos, somadas ao acesso ao sistema Peaes, é possível aferir o perfil dos acadêmicos que efetuaram requerimento do auxílio-creche no Edital do Peaes para recebimento do benefício no primeiro semestre de 2025. A distribuição do auxílio entre os gêneros se deu conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição dos estudantes contemplados pelo auxílio-creche do Peaes segundo gênero e configuração familiar (2025)



Fonte: Observatório da Política de Assistência Estudantil e da Qualidade de Vida dos Estudantes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Dados não publicados, obtidos por meio da pesquisa do Observatório, em andamento no período de [2025].

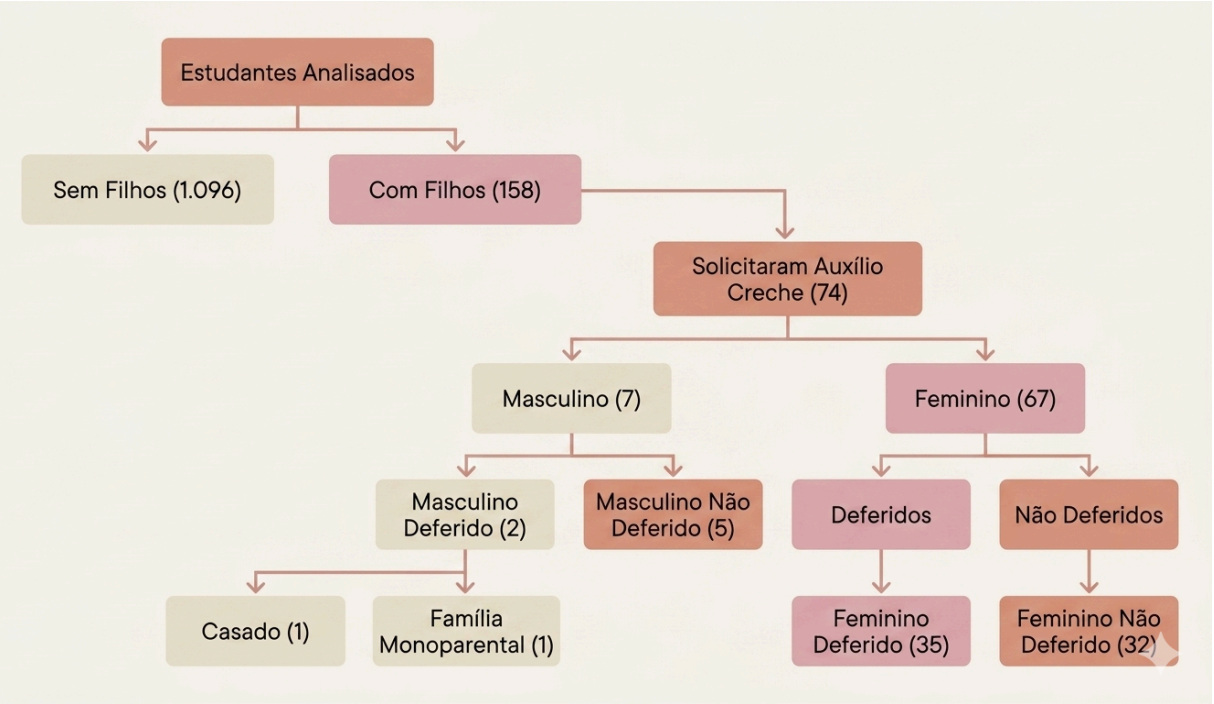
O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos estudantes contemplados pelo auxílio-creche segundo gênero e configuração familiar. No que se refere ao deferimento do benefício por gênero, observa-se que as mulheres representam a ampla maioria dos contemplados. Dos 37 auxílios deferidos, 35 foram destinados a estudantes do gênero feminino, correspondendo a 94,6% dos deferimentos, enquanto apenas 2 benefícios foram concedidos a estudantes do gênero masculino, representando 5,4% do total.

Ao considerar a totalidade dos estudantes contemplados, verifica-se que a maior parte pertence a famílias monoparentais femininas. Das 37 famílias beneficiadas pelo auxílio-creche, 23 foram classificadas nessa configuração familiar, correspondendo a 62,2% do total. As famílias com relacionamento conjugal somaram 12 casos, representando 32,4%, enquanto as famílias monoparentais masculinas corresponderam a apenas 2 casos, equivalentes a 5,4% dos beneficiários.

Os dados demonstram que tanto a demanda quanto o deferimento do auxílio-creche estão concentrados majoritariamente entre mulheres. Da mesma forma, observa-se predominância das famílias monoparentais femininas entre os beneficiários do programa, representando praticamente dois terços das famílias contempladas. Em contrapartida, as famílias monoparentais masculinas aparecem em número reduzido no conjunto analisado.

De forma geral, os resultados apontam que o auxílio-creche alcança predominantemente mulheres responsáveis pelo cuidado dos filhos, especialmente aquelas inseridas em arranjos familiares monoparentais femininos. Os dados também indicam uma participação significativamente menor de homens entre os beneficiários, tanto em relação ao número de solicitações quanto ao quantitativo de deferimentos observados no período analisado.

Fluxograma 1 – Distribuição dos estudantes participantes do Peas segundo a presença de filhos e a solicitação do creche-auxílio/2025



Fonte: Observatório da Política de Assistência Estudantil e da Qualidade de Vida dos Estudantes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Dados não publicados, obtidos por meio da pesquisa do Observatório, em andamento no período de [2025].

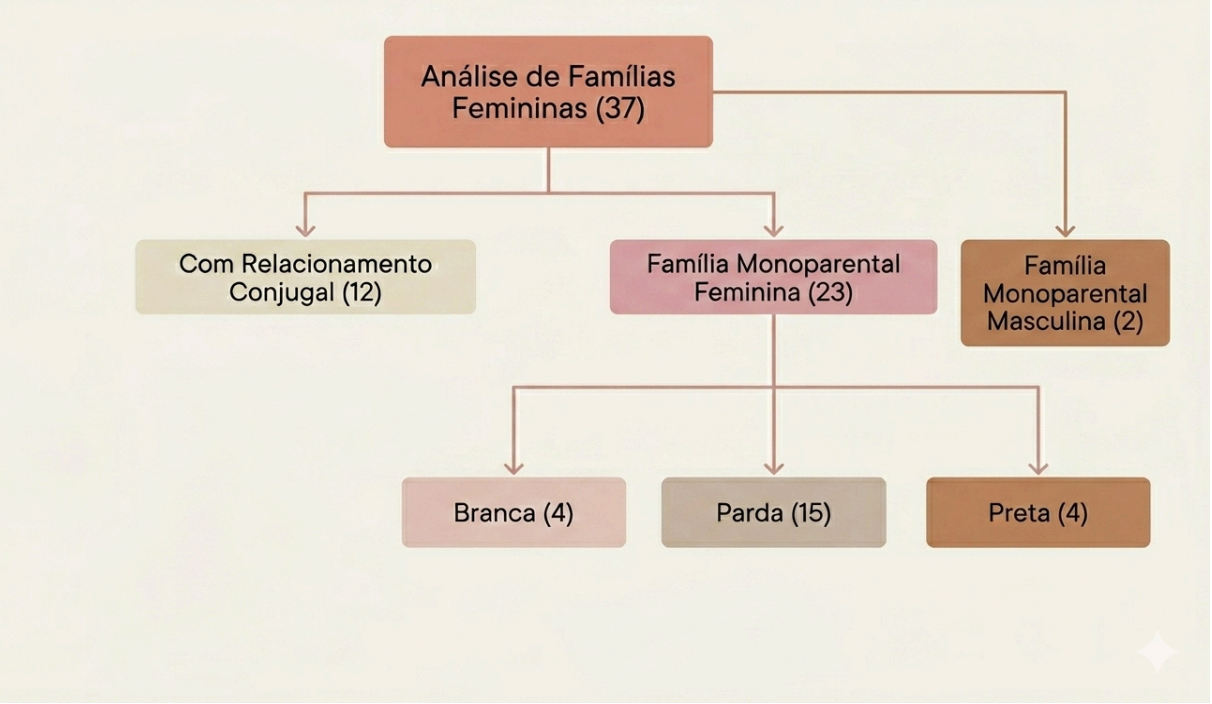
O fluxograma apresenta a distribuição dos estudantes analisados quanto à presença de filhos e à solicitação do auxílio-creche. Do total de 1.254 estudantes analisados, 1.096 declararam não possuir filhos, correspondendo à maior parcela do grupo avaliado, enquanto 158 informaram possuir filhos. Dentre os 158 estudantes com filhos, 74 realizaram solicitação do auxílio-creche previsto no Edital do Peaes, representando 46,8% desse universo. Os demais 84 estudantes com filhos não registraram solicitação do benefício.

Quanto à distribuição por gênero entre os solicitantes do auxílio-creche, observa-se que 67 estudantes pertencem ao gênero feminino, representando 90,5% das solicitações, enquanto 7 estudantes pertencem ao gênero masculino, correspondendo a 9,5% dos requerimentos. Em relação aos resultados das solicitações, dos 74 pedidos realizados, 37 foram deferidos e 37 não deferidos, resultando em uma taxa geral de deferimento de 50,0%.

Entre os estudantes do gênero masculino, foram registradas 7 solicitações, das quais 2 foram deferidas e 5 não deferidas. Os dois deferimentos masculinos correspondem a um estudante casado e a um estudante pertencente a uma família monoparental masculina. Dentre as estudantes do gênero feminino, foram registradas 67 solicitações, sendo 35 deferidas e 32 não deferidas. Desse modo, as mulheres concentraram a maior parte dos pedidos e também a maior parte dos deferimentos do auxílio-creche.

Os dados mostram que a demanda pelo benefício está majoritariamente concentrada entre estudantes do gênero feminino, que representam mais de nove em cada dez solicitações realizadas no período analisado. Além disso, observa-se que a maior parte dos estudantes analisados não possui filhos, enquanto entre aqueles que possuem filhos menos da metade solicitou o auxílio-creche disponibilizado pela instituição.

Fluxograma 2 – Distribuição das famílias solicitantes do auxílio-creche do Peaes segundo configuração familiar e raça/cor (2025)



Fonte: Observatório da Política de Assistência Estudantil e da Qualidade de Vida dos Estudantes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Dados não publicados, obtidos por meio da pesquisa do Observatório, em andamento no período de [2025].

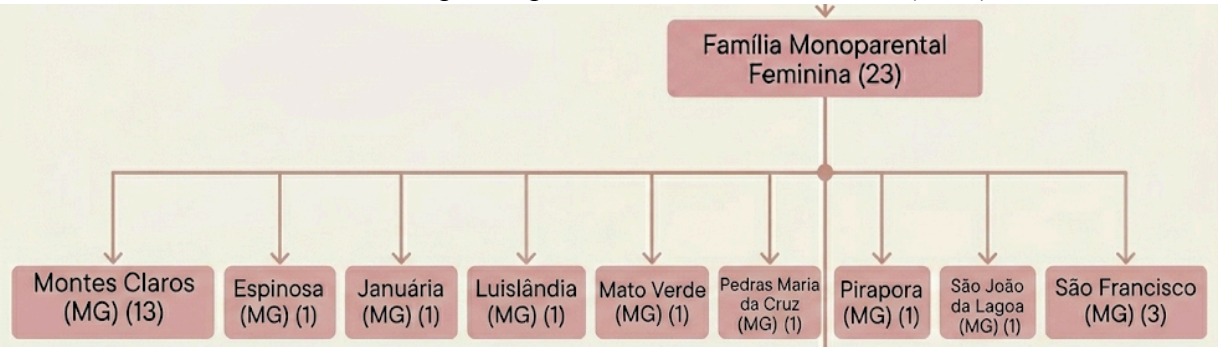
O Fluxograma 2 apresenta a distribuição das 37 famílias contempladas com o auxílio-creche no período analisado, considerando a configuração familiar e a autodeclaração racial das estudantes pertencentes às famílias monoparentais femininas. Dentre as 37 famílias analisadas, 23 foram classificadas como famílias monoparentais femininas, representando 62,2% do total. Outras 12 famílias possuíam relacionamento conjugal, correspondendo a 32,4% dos casos, enquanto 2 foram identificadas como famílias monoparentais masculinas, equivalendo a 5,4% do universo analisado.

Considerando especificamente o grupo das famílias monoparentais femininas, observa-se uma predominância de estudantes autodeclaradas pardas. Das 23 mulheres pertencentes a essa configuração familiar, 15 se declararam pardas, correspondendo a 65,2% do grupo. As estudantes autodeclaradas brancas somaram 4 casos (17,4%), enquanto as

autodeclaradas pretas também totalizaram 4 casos (17,4%). Os dados demonstram que as famílias monoparentais femininas constituem a principal configuração familiar entre os beneficiários do auxílio-creche analisados. Além disso, dentro desse grupo, verifica-se predominância de mulheres autodeclaradas pardas, seguidas por proporções equivalentes de mulheres brancas e pretas.

De forma geral, os resultados evidenciam que, entre os estudantes contemplados pelo auxílio-creche, a maior parte pertence a arranjos familiares em que a responsabilidade pelo cuidado dos filhos está concentrada nas mulheres, sendo também expressiva a participação de estudantes negras (pretas e pardas) entre as famílias monoparentais femininas analisadas.

Fluxograma 3 – Distribuição territorial das acadêmicas pertencentes a famílias monoparentais femininas contempladas pelo auxílio-creche do Peaes (2025)



Fonte: Observatório da Política de Assistência Estudantil e da Qualidade de Vida dos Estudantes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Dados não publicados, obtidos por meio da pesquisa do Observatório, em andamento no período de [2025].

O Fluxograma 3 apresenta a distribuição territorial das 23 estudantes pertencentes a famílias monoparentais femininas contempladas pelo auxílio-creche no período analisado. Os dados demonstram que as participantes estão distribuídas em diferentes municípios da área de abrangência da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), evidenciando o alcance regional da instituição.

Os dados apontam uma distribuição geográfica diversificada das participantes, abrangendo municípios de diferentes regiões do Norte de Minas. Apesar da predominância de estudantes residentes em Montes Claros, observa-se que quase metade das mulheres analisadas reside em outros municípios, demonstrando que o auxílio-creche alcança acadêmicas provenientes de distintos contextos territoriais inseridos na área de atuação da Unimontes.

De forma geral, os resultados indicam que as famílias monoparentais femininas contempladas pelo benefício não se concentram exclusivamente no município sede da universidade, mas estão distribuídas por diferentes localidades da região, refletindo a

abrangência territorial da instituição e das políticas de assistência estudantil destinadas à permanência acadêmica.

Os dados apresentados apontam que as participantes compartilham determinadas condições sociais, mas vivenciam essas condições de maneiras distintas, influenciadas por fatores relacionados à raça, ao território, à renda e às redes de apoio disponíveis. As estudantes identificadas neste levantamento são atravessadas pela condição de gênero ou pela responsabilidade do cuidado familiar e por marcadores como raça, território, classe social e acesso a políticas públicas. Assim, as experiências dessas mulheres não podem ser analisadas a partir de categorias isoladas, uma vez que os diferentes eixos de desigualdade atuam simultaneamente, produzindo condições específicas de vulnerabilidade e resistência. Sobre esse aspecto, sintetiza a autora Babiuk (2015, p. 4):

> Em famílias monoparentais, cuja provedora é mulher preta ou parda, mais subsumida pelo sistema econômico vigente e, levando em conta a discriminação e o preconceito racial, essas questões são agravadas. Obviamente as deixam em situação mais vulnerável quando se reflete que o sustento da família é advindo exclusivamente da sua renda.

A questão racial contribui diretamente para o empobrecimento da economia familiar em qualquer composição familiar, dado o contexto das desigualdades sociais derivadas do racismo estrutural que permeiam todas as esferas da sociedade. No entanto, quando se trata das famílias monoparentais femininas, tendo como genitora uma mulher negra ou parda, o impacto do empobrecimento pode ser ainda mais acentuado.

No caso das famílias monoparentais femininas, a sobreposição desses marcadores torna-se particularmente relevante. A responsabilidade exclusiva ou predominante pelo cuidado dos filhos, associada às exigências da formação acadêmica, coloca essas mulheres diante de desafios cotidianos que extrapolam a permanência universitária. O acesso à educação superior, embora represente uma importante possibilidade de ampliação de direitos e mobilidade social, não elimina as barreiras estruturais que continuam incidindo sobre suas trajetórias. Ao contrário, muitas vezes essas estudantes precisam conciliar maternidade, atividades acadêmicas, trabalho remunerado e gestão doméstica em condições marcadas pela escassez de recursos materiais e pela insuficiência das redes de apoio.

Nesse sentido, os dados apresentados até o momento revelam elementos importantes sobre quem são essas mulheres, onde vivem e quais características sociais compõem suas trajetórias. Contudo, para compreender de forma mais aprofundada os impactos dessas desigualdades em suas condições de vida, torna-se necessário observar também sua inserção

econômica. A análise da renda familiar e das condições de trabalho permitirá identificar como os marcadores anteriormente discutidos se materializam no cotidiano dessas estudantes, evidenciando de que forma as desigualdades de gênero, raça e classe influenciam suas possibilidades de permanência no ensino superior e de acesso aos direitos sociais.

Tabela 1 – Distribuição da renda das acadêmicas pertencentes a famílias monoparentais femininas contempladas pelo auxílio-creche do Peaes (2025)

Categoria	**Quantidade**	**Valor Renda Individual (R$)**
Sobrevive da renda de familiares	01	0
Recebe apenas Bolsa Família	11	0
Trabalho Rural + Bolsa Família	01	164
Trabalho Informal + Bolsa Família	01	300
Trabalho Informal + Bolsa Família	02	400
Free Lancer	01	750
Trabalho Informal	02	900
Pensão por Morte	01	642
Trabalho Formal	01	1.712
Trabalho Formal	01	2.625
Bolsista Pós-Graduação	01	3.500

Fonte: Observatório da Política de Assistência Estudantil e da Qualidade de Vida dos Estudantes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Dados não publicados, obtidos por meio da pesquisa do Observatório, em andamento no período de [2025]. **Importante**: Para elaboração dos valores obtidos na tabela, não foram somados os valores provenientes do Bolsa Família, por se tratar de um benefício social.

A análise dos dados obtidos por meio do Observatório da Política de Assistência Estudantil e da Qualidade de Vida dos Estudantes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), ainda em andamento no período de 2025, revela uma realidade socioeconômica desafiadora para as mulheres em arranjos monoparentais, especialmente aquelas que são responsáveis por seus filhos e não possuem uma fonte estável de renda.

A Tabela apresenta a composição das fontes de renda individual declaradas pelas 23 estudantes pertencentes a famílias monoparentais femininas contempladas pelo auxílio-creche. Para a elaboração dos valores apresentados, não foram considerados os recursos provenientes do Programa Bolsa Família, por se tratar de benefício de transferência de renda destinado à proteção social das famílias.

Observa-se que 12 participantes declararam não possuir renda proveniente de atividade laboral ou outra fonte individual de rendimento, sendo que 11 delas informaram receber exclusivamente o Bolsa Família e uma declarou depender integralmente da renda de familiares. Entre as estudantes que possuem alguma fonte de renda individual, identificam-se diferentes formas de inserção econômica, incluindo trabalho formal, trabalho informal, atividades autônomas e benefícios previdenciários.

Os menores rendimentos individuais declarados concentram-se entre estudantes que conciliam atividades laborais precárias com o recebimento de benefícios sociais, variando entre R$ 164,00 e R$ 400,00 mensais. Em faixas intermediárias, encontram-se rendas provenientes de trabalho informal, pensão por morte e atividades autônomas, com valores entre R$ 642,00 e R$ 900,00. Já os maiores rendimentos observados decorrem de vínculos formais de trabalho e bolsa de pós-graduação, alcançando valores de R$ 1.712,00, R$ 2.625,00 e R$ 3.500,00 mensais.

De modo geral, os dados revelam significativa heterogeneidade nas condições de renda das participantes, coexistindo situações de ausência de rendimento próprio com casos de inserção formal no mercado de trabalho. Entretanto, verifica-se que a maior parte das estudantes se concentra em faixas de renda reduzidas ou depende de benefícios sociais e do apoio familiar para sua manutenção, aspecto que será analisado em maior profundidade nas discussões subsequentes.

As atividades informais identificadas entre as participantes desta pesquisa, embora constituam uma importante estratégia de sobrevivência e manutenção familiar, revelam os limites de uma inserção laboral marcada pela precariedade. A ausência de garantias trabalhistas, proteção previdenciária e estabilidade financeira expõe essas mulheres a situações permanentes de insegurança econômica, especialmente quando consideradas as responsabilidades associadas à maternidade e ao sustento familiar. Em muitos casos, a renda obtida por meio dessas atividades é insuficiente para assegurar condições dignas de vida, tornando necessária a complementação por benefícios sociais ou o apoio de familiares.

Essa realidade mostra que a vulnerabilidade econômica não pode ser compreendida apenas a partir da insuficiência de renda. Trata-se de um fenômeno produzido por múltiplas determinações sociais que se articulam e se reforçam mutuamente. Essa compreensão dialoga com as reflexões de Lélia Gonzalez (1984), ao evidenciar que as desigualdades sociais vivenciadas pelas mulheres brasileiras não podem ser explicadas exclusivamente pela dimensão econômica. Para a autora, raça, gênero e classe constituem elementos estruturantes

da sociedade brasileira, produzindo formas diferenciadas de acesso ao trabalho, à renda e aos direitos sociais.

Nessa perspectiva, a vulnerabilidade observada entre as participantes desta pesquisa não decorre apenas da escassez de recursos financeiros, mas da inserção dessas mulheres em uma estrutura social historicamente marcada pelo racismo, pelo sexismo e pela desigualdade de classe. A dependência de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, observada em parcela significativa das participantes, bem como os relatos de ausência de renda própria e dependência de familiares, demonstram que o acesso aos meios de subsistência continua profundamente marcado por desigualdades estruturais relacionadas ao gênero, à raça e à classe social.

Os dados analisados demonstram que as condições de vulnerabilidade observadas entre as participantes não podem ser atribuídas a um único fator explicativo. A condição de mulher, mãe, estudante universitária e pertencente às classes populares produz experiências específicas de acesso à renda, ao trabalho e à proteção social, evidenciando a articulação entre diferentes mecanismos de exclusão.

Elas resultam da convergência de diferentes sistemas de poder que operam simultaneamente em suas trajetórias. Conforme argumenta Crenshaw (2002), os marcadores sociais não atuam isoladamente, mas se cruzam e produzem experiências específicas de opressão e exclusão. Assim, ser mulher, negra ou parda, mãe, em família monoparental feminina e pertencente às classes marginalizadas não representa uma simples soma de vulnerabilidades, mas uma condição social singular, produzida pela articulação entre racismo, sexismo e desigualdades econômicas.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Sueli Carneiro (2003), ao problematizar a universalização da categoria “mulher” nos estudos sobre desigualdade social. A autora argumenta que as experiências das mulheres negras são atravessadas por processos específicos de exclusão, que não podem ser plenamente compreendidos quando gênero, raça e classe são analisados separadamente. Assim, compreender a realidade das participantes desta pesquisa exige reconhecer que suas trajetórias são marcadas por múltiplas formas de subordinação que atuam simultaneamente, produzindo barreiras específicas ao acesso à renda, à educação e à proteção social.

As reflexões de Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2003) reforçam essa compreensão ao evidenciarem que as experiências das mulheres negras e pobres são atravessadas por desigualdades que não podem ser analisadas de forma

fragmentada. Enquanto Davis (2016) demonstra como a feminização da pobreza e o racismo estruturam as condições materiais de existência das mulheres negras, Gonzalez (1984) evidencia as especificidades da formação social brasileira na produção dessas desigualdades, e Carneiro (2003) destaca os mecanismos que mantêm as mulheres negras em posições historicamente desiguais de acesso à cidadania e aos direitos sociais.

Os dados analisados ao longo deste capítulo permitem visualizar, de forma concreta, aquilo que foi discutido anteriormente acerca da cidadania e dos direitos sociais. Conforme debatido no primeiro capítulo, a existência formal de direitos não garante, por si só, sua efetiva materialização na vida dos sujeitos. A Constituição Federal de 1988 ampliou significativamente o reconhecimento dos direitos sociais no Brasil; entretanto, o acesso real a esses direitos permanece condicionado pelas desigualdades historicamente construídas na sociedade brasileira. As trajetórias das estudantes aqui apresentadas revelam justamente essa tensão entre a cidadania formalmente assegurada e a cidadania efetivamente vivida.

Nesse contexto, políticas públicas como a assistência estudantil e o auxílio-creche assumem papel fundamental. Mais do que benefícios destinados à permanência universitária, constituem mecanismos de redução de desigualdades e ampliação das possibilidades de acesso a direitos. Todavia, os próprios dados demonstram que tais políticas, embora essenciais, não são suficientes para enfrentar isoladamente as múltiplas expressões da questão social que atravessam a vida dessas mulheres. A efetivação da cidadania exige ações articuladas que considerem simultaneamente as dimensões de gênero, raça, classe, território e maternidade, reconhecendo que os sujeitos acessam os direitos a partir de posições desiguais na estrutura social.

Observou-se a presença de estudantes com diferentes trajetórias acadêmicas e familiares, inseridas em distintos cursos de graduação, com predominância de egressas da escola pública e residentes em moradias alugadas ou cedidas. Os dados também apontam diferentes formas de organização do cuidado dos filhos, envolvendo familiares, instituições educacionais, cuidadoras remuneradas e, em alguns casos, a própria estudante.

Sob uma perspectiva interseccional, a caracterização das participantes contribui para a compreensão das múltiplas dimensões que atravessam suas experiências enquanto mulheres, mães e estudantes universitárias. Aspectos relacionados à raça/cor, forma de ingresso na universidade, condições de moradia, composição familiar e organização do cuidado constituem elementos importantes para a contextualização do grupo investigado e para a compreensão das condições objetivas em que suas trajetórias são construídas.

Entretanto, os dados apresentados nesta etapa possuem caráter predominantemente descritivo e referem-se às informações fornecidas pelas acadêmicas durante o processo de solicitação dos benefícios estudantis. Embora permitam identificar características gerais do grupo pesquisado, tais informações não são suficientes para compreender como essas mulheres interpretam suas experiências, percebem os desafios relacionados à maternidade e à permanência universitária, ou vivenciam o acesso aos direitos sociais em seus cotidianos.

Desse modo, a análise dos dados socioeconômicos das estudantes beneficiárias do auxílio-creche permitiu identificar tendências importantes acerca de suas condições de vida, composição familiar, pertencimento racial, inserção territorial e fontes de renda. Contudo, os números, embora fundamentais para evidenciar padrões e desigualdades, não são capazes de revelar integralmente os significados atribuídos por essas mulheres às suas experiências.

Os dados apresentados permitiram identificar características importantes das mulheres que acessam o auxílio-creche na Unimontes. Contudo, compreender os impactos da monoparentalidade feminina, da maternidade e das desigualdades sociais exige aproximar-se também das interpretações produzidas pelas próprias participantes sobre suas experiências. É esse movimento que orienta o capítulo seguinte, dedicado à análise das narrativas construídas a partir dos formulários aplicados

CAPÍTULO 3 - ELA VAI VIVER SÓ? EXPERIÊNCIAS, TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIAS

"*Eu não me vejo na palavra fêmea: alvo de caça, conformada vítima.*"[9]

Este capítulo apresenta e analisa os dados produzidos pela pesquisa, aproximando as discussões teóricas desenvolvidas anteriormente das condições concretas de vida das participantes. A análise não busca apenas descrever características individuais, mas compreender como as trajetórias dessas mulheres são constituídas em meio às desigualdades de gênero, classe e raça, às responsabilidades de cuidado e às formas de proteção ou desproteção presentes em suas relações familiares, institucionais e sociais.

Inicialmente, são apresentadas as características socioeconômicas e familiares das participantes, com atenção para a composição familiar, a renda, a moradia, o trabalho, a quantidade de filhos e as redes de apoio disponíveis. Esses dados permitem identificar as condições objetivas nas quais a maternidade, a formação universitária e a manutenção da vida familiar são conciliadas. Também possibilitam observar que a renda não atua isoladamente, pois se relaciona à disponibilidade de tempo, ao acesso ao cuidado infantil e às possibilidades de permanência na universidade.

Posteriormente, a análise concentra-se nas experiências relatadas pelas mulheres, especialmente nas situações de sobrecarga, ausência ou insuficiência do apoio paterno, dificuldades de acesso às políticas públicas, violências e estratégias construídas para assegurar o cuidado dos filhos e a continuidade da formação acadêmica. Ao articular os dados quantitativos e qualitativos, o capítulo busca evidenciar como problemas frequentemente atribuídos às escolhas individuais das mulheres são produzidos e intensificados por estruturas sociais e respostas institucionais insuficientes. É nesse encontro entre as condições materiais e

---

[9] Nesta terceira pausa, somos convidados a olhar para as mulheres que compõem esta pesquisa para além dos lugares que historicamente lhes foram atribuídos. Ao longo deste trabalho, discutimos como a sociedade frequentemente associa as mulheres à fragilidade, à submissão ou à dependência, especialmente quando ocupam a posição responsáveis de famílias monoparentais. O verso da canção nos lembra que nenhuma trajetória pode ser reduzida a uma única condição. Antes de serem números, categorias ou sujeitos de pesquisa, as mulheres que encontraremos nas próximas páginas carregam histórias, escolhas, contradições, desafios e projetos de vida. Ao seguir a leitura, talvez valha a pena refletir: quantas vezes a sociedade fala sobre essas mulheres sem, de fato, reconhecê-las em sua complexidade? O que enxergamos quando deixamos de vê-las apenas pelas ausências e passamos a percebê-las também por suas existências?

as experiências relatadas que se torna possível responder ao problema central da pesquisa.

3.1 Quem São Elas? Caracterização das Participantes da Pesquisa

As discussões desenvolvidas até aqui evidenciaram que as desigualdades sociais são produzidas por múltiplos marcadores que se articulam simultaneamente, especialmente gênero, raça e classe. Conforme apontam Gonzalez (1984), Carneiro (2003), Crenshaw (2002) e Akotirene (2018), compreender a realidade das mulheres exige considerar essas intersecções, que influenciam diretamente suas condições de vida e o acesso aos direitos sociais.

Nesse aspecto, antes de avançar para a análise das experiências relatadas pelas participantes, torna-se necessário conhecer quem são as mulheres que compõem o universo desta pesquisa. A caracterização apresentada a seguir permite identificar aspectos relacionados ao perfil social, racial, educacional e acadêmico das estudantes-mães atendidas pelo Peaes, contribuindo para a compreensão das desigualdades que atravessam suas trajetórias.

Os dados apresentados nesta seção referem-se exclusivamente às informações fornecidas pelas participantes durante o processo seletivo do auxílio-creche do Peaes em 2025. Informações relativas à renda familiar, faixa etária das crianças, pensão alimentícia e demais aspectos socioeconômicos foram aprofundados posteriormente, durante a segunda etapa da pesquisa com a resposta do formulário elaborado para aprofundamento da discussão dessa pesquisa.

Entretanto, durante a etapa de coleta de dados, observou-se uma baixa adesão das participantes inicialmente selecionadas. Foram encaminhados convites às 12 acadêmicas identificadas como público prioritário para a pesquisa, contudo, apesar das tentativas de contato realizadas, não houve retorno da maioria delas. Algumas das acadêmicas contatadas relataram, inclusive, dificuldades para participar da pesquisa em razão da sobrecarga decorrente da conciliação entre maternidade, estudos, trabalho e atividades domésticas. Embora essa questão não constitua o foco desta etapa metodológica, tal informação evidencia elementos que serão aprofundados ao longo da análise, especialmente no que se refere aos desafios enfrentados pelas mulheres na gestão cotidiana do cuidado.

Diante desse cenário, e considerando que o levantamento institucional identificou um total de 23 acadêmicas inseridas em famílias monoparentais femininas, optou-se pela ampliação do público inicialmente previsto, convidando-se outras estudantes que atendiam

aos critérios estabelecidos para a pesquisa. Como resultado, a amostra final foi composta por 13 participantes.

Com o objetivo de preservar o anonimato das acadêmicas, foram atribuídos pseudônimos inspirados em elementos relacionados à tecitura, aos fios e aos tecidos. A escolha dialoga com a perspectiva adotada nesta dissertação, e o título da pesquisa, que compreende as trajetórias das mulheres como experiências atravessadas por múltiplos nós sociais, afetivos, econômicos e institucionais. Assim como um tecido é constituído por diferentes fios que se entrelaçam, as experiências das participantes são produzidas pela articulação entre gênero, maternidade, classe social, acesso a direitos e redes de cuidado.

Os pseudônimos escolhidos remetem a elementos da costura e da tecelagem, simbolizando tanto as amarras historicamente impostas às mulheres quanto sua capacidade cotidiana de construir, recompor e sustentar a vida. Dessa forma, além de garantir o sigilo ético das participantes, a nomenclatura adotada integra-se à metáfora que acompanha toda a pesquisa: compreender os nós que atravessam suas trajetórias e os caminhos possíveis para desatá-los.

Antes de adentrar as narrativas e experiências que compõem esta investigação, torna-se importante conhecer quem são as mulheres que aceitaram compartilhar suas trajetórias. A Tabela 4 apresenta a caracterização das participantes, reunindo informações que permitem visualizar os diferentes fios que compõem o tecido social desta pesquisa.

Quadro 1 – Caracterização geral das participantes da pesquisa

Participante (Pseudônimo)	Raça/ Cor	Área de Formação	Ingresso	Escolaridade Básica	Nº de Filhos	Rede de Cuidado	Auxílios Solicitados
Trama	Parda	Ciências da Saúde	Ampla Concorrência	Escola pública	01	Avó paterna	Creche e Inclusão Digital
Renda	Parda	Ciências da Saúde	Reserva de Vagas	Escola pública	02	Escola e berçário	Creche e Inclusão Digital
Linho	Parda	Linguística, Letras e Artes	Ampla Concorrência	Escola pública	01	Escola	Moradia e Creche
Fibra	Preta	Linguística, Letras e Artes	Reserva de Vagas	Escola pública	02	Babá	Moradia e Creche
Costura	Parda	Ciências Humanas	Ampla Concorrência	Escola pública	02	Amiga	Moradia e Creche
Chita	Parda	Educação Profissional/Técnica	Ampla Concorrência	Escola pública e particular com bolsa	01	Babá	Moradia e Creche
Seda	Preta	Ciências Humanas	Reserva de Vagas	Escola pública	01	Babá	Moradia e Creche
Algodão	Branca	Ciências da Saúde	Ampla Concorrência	Escola pública	01	Babá	Inclusão Digital e Creche
Fita	Branca	Ciências da Saúde	Ampla Concorrência	Escola pública	01	Babá	Moradia e Creche
Bordado	Parda	Linguística, Letras e Artes	Ampla Concorrência	Escola pública	01	A própria mãe (trabalho home office)	Creche e Auxílio Pedagógico
Tear	Parda	Ciências Sociais Aplicadas	Ampla Concorrência	Escola pública	01	Babá	Creche e Transporte
Retalho	Preta	Ciências Humanas	Ampla Concorrência	Escola particular com bolsa	01	A própria mãe (ainda não possuía cuidador definido)	Moradia e Creche
Novelo	Parda	Ciências Humanas	Ampla Concorrência	Escola pública	01	Mãe	Creche e Auxílio de Acesso para Pessoa com Deficiência

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos formulários de benefícios do Programa de Assistência Estudantil (Peaes/Unimontes, 2025).

O Quadro 1 apresenta a caracterização geral das participantes da pesquisa, reunindo informações referentes à idade, raça/cor, área de formação, forma de ingresso na universidade, trajetória escolar, composição familiar, rede de cuidado e benefícios solicitados junto à Assistência Estudantil. Observa-se a predominância de mulheres pardas, ingressantes por ampla concorrência e com trajetória escolar construída majoritariamente em instituições públicas de ensino. Também se verifica a presença de estudantes vinculadas a diferentes áreas de formação, com destaque para as Ciências Humanas e Ciências da Saúde, evidenciando a diversidade de percursos acadêmicos presentes entre as participantes.

Em razão da necessidade de adequação do Quadro 1 aos limites de formatação da dissertação, algumas informações foram suprimidas e são apresentadas de forma descritiva neste texto. No que se refere à orientação sexual, todas as participantes se autodeclararam heterossexuais. Quanto à identidade de gênero, dez participantes se identificaram como mulheres cisgênero, enquanto três optaram por não declarar essa informação nos formulários institucionais. Em relação às condições de moradia, nove participantes residiam em imóveis alugados e quatro em moradias cedidas, demonstrando a centralidade das condições habitacionais no contexto de permanência estudantil dessas mulheres.

A composição da amostra também mostra a presença significativa de mulheres responsáveis pelo cuidado de seus filhos sem a participação cotidiana de parceiros no exercício dessa função. As estratégias de organização do cuidado envolveram principalmente outras mulheres, entre elas mães, avós, amigas e cuidadoras remuneradas, além de instituições educacionais e, em alguns casos, as próprias participantes. Esses elementos contribuem para contextualizar as condições objetivas de vida das acadêmicas investigadas e fornecem subsídios importantes para a compreensão das experiências que serão analisadas nas seções seguintes.

Além das informações objetivas utilizadas para a caracterização do perfil das participantes, os formulários de solicitação dos benefícios do Programa de Assistência Estudantil continham o campo *7. Informações Adicionais*, destinado ao registro de observações, justificativas e demais informações consideradas relevantes pelas próprias estudantes. O preenchimento desse espaço não era obrigatório, constituindo-se em um campo aberto para manifestação livre das acadêmicas. Ainda que não tenha sido elaborado com finalidade de pesquisa, os registros ali realizados oferecem importantes indícios acerca das condições vivenciadas por essas mulheres no cotidiano da permanência universitária.

A análise dessas informações permitiu identificar relatos recorrentes relacionados às dificuldades de conciliar maternidade, trabalho, estudos, deslocamentos e ausência de redes de apoio. *Trama*, por exemplo, destacou que residia fora de Montes Claros, realizava deslocamentos diários de ônibus, possuía um filho pequeno e encontrava-se desempregada. *Renda* apontou dificuldades financeiras associadas à ausência de rede de apoio para o cuidado de suas filhas. *Linho* relatou enfrentar dificuldades para custear simultaneamente o aluguel e as despesas com creche. Já *Fibra* justificou a solicitação dos benefícios em razão dos gastos relacionados a materiais acadêmicos, transporte, alimentação e contratação de cuidadora para os filhos.

Na mesma direção, *Costura* registrou que sua principal dificuldade consistia em encontrar alguém que pudesse cuidar dos filhos enquanto conciliava suas demais atividades. *Chita* destacou que, em razão da carga horária integral do curso, encontrava dificuldades para exercer atividade remunerada capaz de garantir o sustento da família. *Seda*, por sua vez, informou que não possuía condições financeiras para custear uma pessoa responsável pelos cuidados de seu filho durante os períodos em que permanecia no campus universitário.

Entre os registros apresentados, chama atenção o relato de *Algodão*, que utilizou o espaço para informar a irregularidade do pagamento da pensão alimentícia recebida para o filho. A participante destacou que o valor de R$ 150,00 nem sempre era repassado pelo genitor da criança, havendo meses em que o pagamento não era realizado. Acrescentou ainda que, embora compartilhasse o mesmo endereço de sua mãe, residia em uma moradia independente localizada no mesmo terreno, vivendo apenas com o filho, o que impactava diretamente sua organização financeira.

Fita justificou a solicitação dos benefícios pela necessidade de permanecer na cidade para estudar e cuidar do filho, sem possuir trabalho remunerado, dependendo do auxílio financeiro da família. *Tear* relatou dificuldades para custear o transporte e para arcar com as despesas decorrentes da necessidade de terceiros realizarem os cuidados de sua filha.

Dentre os relatos mais detalhados, destaca-se o de *Retalho*, que associou a solicitação dos benefícios à ausência de rede de apoio para conciliar maternidade, trabalho e estudos. A participante relatou que anteriormente complementava sua renda por meio da realização de serviços de cabelo e maquiagem na residência de clientes, atividade que se tornou inviável diante da impossibilidade de levar o filho consigo e da ausência de alguém que pudesse assumir seus cuidados. Em sua justificativa, ressaltou ainda que programas de assistência

estudantil possibilitam não apenas a permanência na universidade, mas também a continuidade de projetos de vida e perspectivas futuras.

Por fim, *Novelo* destacou as dificuldades decorrentes de residir em outro município e realizar deslocamentos frequentes para frequentar a universidade, além de registrar a necessidade de acompanhamento de saúde, condição que motivou a solicitação do auxílio voltado para estudantes com deficiência.

Os dados apresentados até aqui permitem identificar aspectos importantes da realidade vivenciada pelas participantes, evidenciando que a permanência no ensino superior não se constitui apenas como uma questão acadêmica, mas encontra-se profundamente atravessada pelas condições materiais de existência dessas mulheres. A predominância de moradias alugadas, a presença expressiva de estudantes responsáveis sozinhas pelo cuidado dos filhos e a necessidade de recorrer a redes externas de apoio para garantir a frequência às atividades acadêmicas revelam que o acesso à universidade está diretamente relacionado à possibilidade de acessar outros direitos sociais fundamentais.

Observa-se, ainda, que a maternidade não se apresenta como uma experiência homogênea entre as participantes. Embora compartilhem a condição de responsáveis pelo cuidado dos filhos, as estratégias mobilizadas para lidar com essa responsabilidade variam conforme as condições econômicas, a disponibilidade de redes de apoio e os recursos sociais acessados por cada mulher. Enquanto algumas conseguem contar com o auxílio de familiares, outras dependem de cuidadoras remuneradas, amigas ou instituições educacionais para garantir a continuidade dos estudos. Há também aquelas que assumem integralmente os cuidados das crianças, reorganizando suas rotinas de trabalho e estudo em função das demandas maternas.

Sob uma perspectiva interseccional, esses elementos permitem compreender que a experiência da monoparentalidade feminina é atravessada por diferentes marcadores sociais que produzem desigualdades específicas. Gênero, raça, classe social, território, acesso a políticas públicas e disponibilidade de redes de cuidado não atuam de forma isolada, mas se articulam na produção das condições concretas de vida dessas estudantes. Assim, a condição de mãe universitária não pode ser analisada apenas a partir da dimensão educacional, uma vez que ela envolve disputas cotidianas pela garantia da moradia, da renda, do cuidado e da própria permanência na universidade.

Conforme já citado, além dos dados objetivos registrados nos formulários institucionais, as participantes tiveram a possibilidade de inserir observações livres no campo

“Informações Adicionais” do processo seletivo do Programa de Assistência Estudantil. Embora destinado inicialmente à complementação das informações socioeconômicas, esse espaço permitiu que diversas estudantes registrassem aspectos de suas trajetórias que dificilmente seriam captados pelos indicadores quantitativos. As justificativas apresentadas evidenciam necessidades materiais e sentimentos, preocupações e desafios relacionados ao exercício da maternidade, à ausência de redes de apoio e às dificuldades de conciliar trabalho, cuidado e formação acadêmica.

Entretanto, embora os formulários institucionais tenham possibilitado a identificação de aspectos relevantes sobre o perfil socioeconômico das participantes e suas condições de acesso à assistência estudantil, tais informações foram produzidas em um contexto administrativo específico, voltado à solicitação e manutenção de benefícios universitários. Dessa maneira, seus conteúdos, embora fundamentais para a caracterização inicial do grupo pesquisado, mostravam-se insuficientes para apreender a complexidade das experiências vivenciadas pelas estudantes-mães no cotidiano acadêmico.

Com o intuito de aprofundar a compreensão dessas trajetórias, foi elaborado um formulário de pesquisa específico, composto por questões abertas e fechadas, estruturadas em diferentes eixos temáticos: identificação geral; composição familiar e renda; cuidado dos filhos e rede de apoio; direitos sociais e assistência estudantil; e violências e desigualdades. O instrumento buscou produzir informações que extrapolassem os dados administrativos, permitindo compreender aspectos relacionados às condições de vida das participantes, à organização dos cuidados com os filhos, às estratégias de permanência no ensino superior, ao acesso a políticas públicas e benefícios sociais, bem como às possíveis situações de violência e discriminação que atravessam suas trajetórias.

Além de possibilitar a produção de dados quantitativos sobre o perfil das respondentes, as questões abertas favoreceram a expressão de percepções, experiências e significados atribuídos à maternidade, à vida acadêmica e ao acesso a direitos. Nesse aspecto, o formulário constituiu um importante instrumento complementar de análise, permitindo articular elementos objetivos e subjetivos das vivências das participantes e ampliar a compreensão das múltiplas determinações sociais que incidem sobre a experiência de ser estudante, mãe e, em muitos casos, responsável exclusiva pelo sustento e cuidado de seus filhos.

A comparação entre as informações registradas pelas acadêmicas durante o processo seletivo do Programa de Assistência Estudantil (Peaes) e os dados produzidos por meio do formulário aplicado nesta pesquisa permitiu ampliar significativamente a compreensão acerca

das condições de vida das participantes. Enquanto o formulário institucional estava voltado à identificação das vulnerabilidades socioeconômicas para fins de concessão dos benefícios estudantis, o instrumento de pesquisa possibilitou acessar elementos relacionados às relações familiares, às redes de apoio, à garantia de direitos, às experiências de violência e às estratégias construídas para conciliar maternidade e permanência na educação superior.

Nos registros do Peaes, predominavam informações relacionadas às dificuldades econômicas enfrentadas pelas acadêmicas, especialmente aquelas vinculadas aos custos com aluguel, transporte, contratação de cuidadoras e manutenção dos filhos durante o período de estudos. As justificativas apresentadas demonstravam que a principal preocupação das estudantes estava relacionada à permanência universitária e à garantia de condições mínimas para frequentar o curso. Entretanto, o segundo formulário revelou que tais dificuldades econômicas constituem apenas uma das dimensões que atravessam suas trajetórias.

Juridicamente, a família monoparental encontra fundamento no artigo 226, § 4º, da Constituição Federal de 1988, que reconhece como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. No mesmo sentido, o artigo 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente define como família natural a comunidade formada pelos pais, ou por qualquer deles, e seus descendentes (Brasil, 1988; Brasil, 1990). Quando essa configuração é constituída pela mulher e seus filhos, sem a presença de cônjuge no núcleo familiar, caracteriza-se a monoparentalidade feminina. Essa definição jurídica assegura o reconhecimento e a proteção estatal dessa forma de organização familiar, afastando a ideia de que apenas a família conjugal poderia ser considerada legítima.

A utilização dessa categoria na presente pesquisa, entretanto, exigiu uma análise individualizada e contextualizada das participantes. A seleção inicial foi realizada com base nas informações declaradas no formulário socioeconômico do Peaes, em momento anterior à aplicação do formulário específico da pesquisa. Considerando o intervalo entre os dois instrumentos, reconhece-se que as configurações familiares não são estáticas e podem sofrer alterações em razão do início ou do término de relacionamentos, mudanças de domicílio e diferentes formas de participação dos genitores na vida dos filhos. Por essa razão, a análise não se limitou ao estado civil informado, mas considerou a composição domiciliar, a corresponsabilização pelo cuidado, a participação na manutenção dos filhos, as redes de apoio e as condições concretas em que cada mulher organizava sua vida familiar.

A comparação entre os formulários evidenciou situações mais complexas do que aquelas identificadas inicialmente. Trama e Laço declararam estar casadas ou em união estável no momento da segunda etapa da pesquisa. Renda, Fibra, Costura e Fio informaram manter relacionamento afetivo com os genitores de seus filhos, embora nem todas compartilhassem o mesmo domicílio ou se identificassem como casadas. Ressalta-se que a existência de um relacionamento afetivo, isoladamente, não equivale à presença de cônjuge no núcleo familiar nem demonstra o compartilhamento das responsabilidades parentais.

Nos casos em que foi informado casamento ou união estável, reconhece-se que a configuração familiar apresentada no segundo formulário pode não corresponder ao conceito jurídico estrito de família monoparental naquele momento. A manutenção dessas participantes na análise não pretende ampliar ou modificar essa definição jurídica, mas preservar o percurso metodológico da pesquisa e examinar as mudanças identificadas entre os dois momentos de produção dos dados. Dessa forma, as experiências foram analisadas de maneira particularizada, evitando classificar indistintamente todas as participantes sob uma mesma configuração familiar e permitindo compreender como a concentração do cuidado, a responsabilização materna, a renda e o acesso às redes de apoio se manifestavam em cada trajetória.

Esses resultados revelam um elemento importante para a compreensão da monoparentalidade feminina contemporânea. A condição de monoparentalidade não aparece associada exclusivamente à inexistência de vínculo conjugal, mas à centralização das responsabilidades de cuidado, educação e manutenção dos filhos sobre a figura materna. Mesmo quando existe um relacionamento afetivo ou conjugal, a responsabilidade cotidiana pela organização da vida familiar permanece concentrada nas mulheres, aspecto que dialoga com as discussões sobre divisão sexual do trabalho e feminização do cuidado.

Outro dado relevante refere-se à participação dos genitores na vida das crianças. No formulário do Peaes, essa questão aparecia apenas de forma indireta, por meio das justificativas relacionadas às dificuldades financeiras. Já no formulário da pesquisa foi possível identificar diferentes formas de participação paterna. Trama, Renda, Costura e Algodão relataram receber pensão alimentícia mediante acordos verbais. Em contrapartida, Linho informou que o genitor se recusa a pagar qualquer valor; Seda relatou que o pai não assumiu a paternidade da criança; Nó afirmou que o genitor não mantém contato com o filho

há anos e deixou de contribuir financeiramente; enquanto Retalho informou receber os valores apenas de forma esporádica.

As informações relativas às redes de apoio também apresentaram diferenças significativas quando comparadas aos dados institucionais. Nos formulários do Peaes, as participantes apenas identificavam quem permanecia com as crianças durante os períodos de estudo. Contudo, o formulário da pesquisa permitiu compreender como essas mulheres avaliam a efetividade desse suporte.

Embora todas as participantes tenham indicado alguma estratégia para garantir os cuidados dos filhos, apenas *Trama*, *Fita* e *Tear* consideraram possuir uma rede de apoio suficiente para conciliar maternidade e estudos. Por outro lado, Renda, Costura, Chita, Novelo e Bordado avaliaram suas redes de apoio como insuficientes. Já *Fibra*, *Linho*, *Seda* e *Algodão* indicaram que o apoio disponível atende apenas parcialmente às suas necessidades.

Outro aspecto que emergiu exclusivamente no formulário da pesquisa refere-se às experiências de violência. Enquanto essa dimensão não aparecia nos registros institucionais, *Linho*, *Chita* e *Seda* associaram o rompimento com os genitores dos filhos a situações de violência. Além disso, *Chita* declarou não reivindicar pensão alimentícia por medo, evidenciando como a violência continua produzindo efeitos mesmo após o encerramento da relação.

Também merece destaque a relação entre maternidade e ciclo de vida. A partir do cruzamento entre a idade atual das participantes e a idade dos filhos, observa-se que parte expressiva das mulheres vivenciou a maternidade ainda na adolescência ou no início da juventude. Os casos de *Fibra*, que possui um filho adolescente de 14 anos aos 31 anos de idade, *Renda*, mãe de uma criança de oito anos aos 26 anos, e *Nó*, que também se tornou mãe ainda muito jovem, evidenciam como as trajetórias educacionais dessas mulheres foram construídas simultaneamente às responsabilidades da maternidade.

Quando comparadas as participantes que declararam manter relacionamento afetivo com o genitor da criança àquelas que não mantinham qualquer vínculo conjugal ou afetivo, observam-se algumas diferenças importantes. Dentre as mulheres que permaneciam em relacionamento, identificam-se, em geral, melhores condições de renda e maior percepção de suporte familiar. *Trama*, *Fita*, e *Tear*, por exemplo, foram as únicas que declararam possuir rede de apoio suficiente. Não por acaso, todas mantinham relacionamento estável ou conjugal e apresentavam rendas familiares superiores às observadas na maior parte do grupo.

De maneira semelhante, as rendas mais elevadas da pesquisa concentram-se justamente entre *Fita*, cuja renda familiar ultrapassa três salários mínimos, e *Trama* e *Tear*, que declararam rendimentos entre dois e três salários mínimos. Em contrapartida, as menores rendas foram identificadas entre *Chita*, *Seda*, *Algodão*, *Retalho*, *Fibra* e *Novelo*, todas com rendimentos iguais ou inferiores a um salário mínimo.

Entretanto, os dados também revelam que a existência de um relacionamento não elimina completamente as vulnerabilidades. Embora *Renda*, *Fibra* e *Costura* mantenham vínculos afetivos com os genitores, nenhuma delas considerou sua rede de apoio plenamente satisfatória. Além disso, mesmo entre as participantes casadas ou em relacionamento, prevalece a percepção de que os direitos delas e dos filhos são apenas parcialmente garantidos.

Um dado particularmente significativo refere-se à percepção sobre a garantia de direitos. Das treze participantes, apenas *Fibra* afirmou considerar plenamente garantidos os direitos dela e de seus filhos. Ainda assim, trata-se de uma participante que possui renda de até um salário mínimo e declarou que sua rede de apoio atende apenas parcialmente às suas necessidades. O dado demonstra que a percepção sobre direitos não se vincula exclusivamente à renda ou à situação conjugal, mas também às experiências individuais de acesso às políticas públicas e aos serviços sociais.

Outro aspecto que emergiu exclusivamente a partir do formulário da pesquisa refere-se às experiências de violência vivenciadas pelas participantes. Importa destacar que a questão relativa aos motivos do rompimento da relação com o genitor da criança foi direcionada apenas às acadêmicas que declararam não manter relacionamento afetivo com ele no momento da pesquisa. Desse modo, as respostas obtidas não permitem generalizações para o conjunto das participantes, mas possibilitam compreender como a violência atravessa determinadas trajetórias de maternidade e influencia as condições de acesso a direitos.

Entre as participantes que responderam à questão, *Linho*, *Chita* e *Seda* associaram o término do relacionamento a experiências de violência. Embora os formulários não tenham aprofundado a natureza dessas vivências, os relatos permitem identificar que a violência não se encerra necessariamente com o rompimento da relação, produzindo desdobramentos que repercutem diretamente nas condições materiais de vida, nas redes de apoio disponíveis e no acesso aos direitos sociais.

Nos três casos, observa-se que as participantes também enfrentam fragilidades relacionadas à responsabilização paterna. *Linho* informou que não recebe pensão alimentícia

porque o genitor se recusa a contribuir financeiramente para a manutenção da criança. *Seda* relatou que não recebe qualquer contribuição em razão de o genitor não ter assumido a paternidade do filho. Já *Chita* declarou não receber pensão alimentícia e atribuiu essa situação ao medo, elemento que sugere a permanência de impactos decorrentes da relação anteriormente vivenciada. Tais informações evidenciam que a violência pode se expressar não apenas por meio das agressões que motivaram o rompimento, mas também por meio da negligência paterna, da recusa ao cumprimento das responsabilidades parentais e das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para reivindicar judicialmente direitos já assegurados legalmente.

Observa-se ainda que nenhuma das participantes que relataram violência considerou possuir uma rede de apoio plenamente suficiente. *Linho* e *Seda* avaliaram seu suporte como apenas parcial, enquanto *Chita* afirmou não contar com apoio suficiente para conciliar maternidade, trabalho e estudos. Esse dado sugere que a violência de gênero pode produzir efeitos que extrapolam a esfera privada das relações afetivas, impactando a capacidade das mulheres de mobilizar recursos familiares, comunitários e institucionais para enfrentar as demandas cotidianas do cuidado.

Outro elemento que merece destaque refere-se à percepção sobre a garantia de direitos. As três participantes afirmaram que seus direitos e os de seus filhos são apenas parcialmente garantidos. Embora essa percepção também esteja presente entre outras acadêmicas da pesquisa, sua recorrência entre mulheres que relataram violência chama atenção para os possíveis efeitos da desigualdade de gênero sobre o acesso às políticas públicas, à justiça e à proteção social. A insuficiência de renda, a ausência de pensão alimentícia regular, a sobrecarga do cuidado e a fragilidade das redes de apoio configuram fatores que podem contribuir para a percepção de que os direitos formalmente assegurados não se materializam integralmente em suas experiências concretas.

Nessa ótica, os relatos de *Linho*, *Chita* e *Seda* reforçam a compreensão de que a violência contra as mulheres não deve ser analisada apenas como um evento isolado ou restrito ao âmbito das relações conjugais. Seus efeitos atravessam as condições de vida das mulheres e de seus filhos, interferindo na autonomia econômica, na garantia da proteção social, no exercício da maternidade e nas possibilidades de permanência na educação superior. Ao mesmo tempo, evidenciam como as desigualdades de gênero continuam estruturando a distribuição das responsabilidades parentais, produzindo situações em que as mulheres

permanecem como principais responsáveis pelo sustento e cuidado dos filhos, mesmo diante da ausência ou insuficiência da participação paterna.

Assim, embora os dados sugiram que a presença de um relacionamento estável pode estar associada a melhores condições econômicas e a uma percepção mais positiva acerca das redes de apoio, eles também demonstram que a condição conjugal, por si só, não garante acesso pleno aos direitos nem elimina as desigualdades que atravessam a experiência da maternidade. O que emerge dos relatos é que a experiência da monoparentalidade feminina se constitui muito mais pela concentração das responsabilidades de cuidado e pela gestão cotidiana da vida familiar do que pela simples presença ou ausência de um companheiro. Nessa direção, os resultados reforçam a necessidade de compreender a monoparentalidade feminina a partir de uma perspectiva interseccional, capaz de apreender as múltiplas determinações que atravessam as trajetórias dessas mulheres.

Os dados apresentados até este momento permitiram identificar aspectos centrais das condições materiais de vida das participantes, evidenciando desafios relacionados à renda, às redes de apoio, à responsabilização pelo cuidado dos filhos, ao acesso à pensão alimentícia e às repercussões das relações de gênero em suas trajetórias. Contudo, embora essas informações possibilitem compreender parte das condições objetivas que atravessam a experiência da monoparentalidade feminina, elas não são suficientes para apreender como essas mulheres interpretam, significam e elaboram tais experiências em seus cotidianos.

Nesse aspecto, as questões abertas do formulário assumem papel fundamental para a presente pesquisa, uma vez que permitem deslocar o olhar dos indicadores socioeconômicos para as narrativas construídas pelas próprias participantes sobre suas trajetórias. Se, até aqui, os dados permitiram identificar quem são essas mulheres e em quais condições constroem seus percursos acadêmicos e familiares, as respostas discursivas possibilitam compreender como elas percebem a atuação das políticas públicas em suas vidas, os impactos da maternidade sobre o acesso a oportunidades e direitos e os efeitos das diferentes formas de violência de gênero em suas experiências.

Assim, o tópico a seguir dedica-se à análise dessas narrativas, buscando compreender de que maneira as participantes atribuem sentido às suas trajetórias e como articulam, em suas experiências concretas, maternidade, acesso a direitos, violência e permanência na educação superior.

3.2 Nem Triste, Nem Louca, Nem Má: As Experiências das Mulheres tecendo suas trajetórias

Os dados apresentados até este momento permitiram compreender aspectos centrais das condições objetivas de vida das participantes, mostrando que a experiência da monoparentalidade feminina é permeada por desafios relacionados à renda, à moradia, às redes de apoio, ao acesso à pensão alimentícia e à responsabilização pelo cuidado dos filhos. Conforme exposto anteriormente, a maior parte das participantes possui rendimentos de até dois salários mínimos, depende de políticas públicas para garantir sua permanência na universidade e considera que seus direitos e os direitos de seus filhos são parcialmente garantidos. Esses elementos já indicavam que a garantia formal de direitos não se traduz, necessariamente, em acesso efetivo às condições necessárias para o desenvolvimento de trajetórias acadêmicas, profissionais e familiares menos marcadas pelas desigualdades.

Entretanto, compreender as condições materiais dessas mulheres é apenas uma das etapas necessárias para apreender a complexidade de suas experiências. Nesse aspecto, as respostas produzidas pelas participantes às questões abertas do formulário permitem avançar para uma análise que considera não apenas os indicadores objetivos, mas também os significados atribuídos por elas às próprias trajetórias. Assim, esta seção dedica-se à análise das respostas às perguntas: *Quais políticas públicas ou serviços têm sido mais importantes para você e sua família? e Em algum momento da sua trajetória como mãe, você percebeu que a maternidade influenciou negativamente no acesso a oportunidades, direitos ou serviços?*.

De forma geral, as respostas evidenciam a centralidade das políticas públicas de assistência social, saúde e educação na sustentação da vida cotidiana dessas mulheres. Bolsa Família, auxílio-creche, auxílios da assistência estudantil, escola pública, creche e Sistema Único de Saúde foram os serviços mais frequentemente mencionados. Esse resultado dialoga diretamente com Marshall (1967), ao demonstrar que os direitos sociais constituem condição fundamental para que outros direitos possam ser exercidos. No caso das participantes desta pesquisa, a permanência na educação superior se apresenta como como consequência da existência de políticas públicas que possibilitam o cuidado dos filhos, o acesso à renda e a continuidade dos estudos.

Ao destacar o Bolsa Família e o auxílio-creche como os serviços mais importantes para sua família, *Trama* evidencia a relevância da proteção social em sua trajetória. A participante relata que a maternidade influenciou diretamente suas oportunidades

profissionais, afirmando que precisou recusar uma proposta de trabalho em outra cidade porque sic. "*não conseguiria levar minha filha*". Embora a situação seja apresentada como uma escolha individual, ela revela uma realidade amplamente discutida por Biroli (2018): as responsabilidades relacionadas ao cuidado continuam sendo atribuídas prioritariamente às mulheres, restringindo suas possibilidades de inserção profissional e mobilidade social.

De forma semelhante, *Costura* atribui ao Bolsa Família, ao SUS e ao auxílio-creche papel fundamental para sua permanência acadêmica. Ao refletir sobre os impactos da maternidade em sua trajetória, relata que sic "*muitas vezes precisei abrir mão de atividades, eventos ou oportunidades por não ter com quem deixá-los*". A fala evidencia que o acesso à universidade não garante, por si só, condições de permanência. Conforme discutem Hirata e Kergoat (2007), o trabalho de cuidado permanece concentrado sobre as mulheres, produzindo limitações que extrapolam o ambiente doméstico e repercutem diretamente no acesso a oportunidades educacionais e profissionais.

Dentre os relatos analisados, a narrativa de *Renda* revela de forma particularmente expressiva as contradições que atravessam a maternidade e a permanência universitária. Ao mencionar a escola pública, a creche e os serviços de saúde como fundamentais para sua família, a participante reconhece a importância da rede pública de proteção social. Contudo, ao narrar sua trajetória, afirma que precisou interromper os estudos após a primeira gravidez, perdeu um estágio remunerado após o nascimento da segunda filha e enfrentou dificuldades para permanecer na graduação em razão das demandas relacionadas ao tratamento de saúde da criança. Sua crítica à forma como a maternidade é socialmente percebida sintetiza uma realidade compartilhada por diversas participantes ao afirmar que "*a maternidade hoje em dia é muito romantizada, porém sem rede de apoio é muito difícil continuar sendo mulher além de ser mãe*". A fala expõe a tensão entre a idealização social da maternidade e as condições concretas enfrentadas pelas mulheres para exercer simultaneamente os papéis de mãe, estudante e trabalhadora.

As reflexões de Scott (1995) contribuem para compreender essa realidade ao demonstrar que as desigualdades entre homens e mulheres são historicamente construídas e reproduzidas por meio da atribuição de papéis sociais distintos. Nas narrativas analisadas, a maternidade aparece reiteradamente associada à responsabilidade exclusiva pelo cuidado, produzindo impactos diretos sobre o acesso à educação, ao trabalho e aos direitos sociais.

As experiências de *Tear*, *Algodão*, *Retalho* e *Novelo* reforçam essa compreensão. Ao relatar sua trajetória profissional, *Tear* afirma que foi a última estudante de sua turma a

conseguir um estágio e que posteriormente perdeu uma oportunidade de trabalho porque precisava buscar a filha na escola. Segundo seu relato, a instituição preferiu desligá-la porque não poderia permanecer quinze minutos a mais no expediente. Embora a participante não utilize a categoria violência para descrever a situação, seu relato expõe como as exigências do mercado de trabalho frequentemente desconsideram as responsabilidades de cuidado assumidas pelas mulheres, produzindo formas de exclusão que afetam diretamente sua autonomia econômica.

A sobrecarga materna também aparece de forma contundente na narrativa de *Algodão*. Ao descrever sua experiência universitária, afirma que depende constantemente de terceiros para conseguir estudar e que frequentemente precisou levar a filha para a universidade, enfrentando "*estrada, frio e chuva*" com uma criança de apenas cinco meses. Sua fala expressa que o exercício do direito à educação exigiu esforços extraordinários que dificilmente seriam demandados em igual medida de estudantes que não exercem responsabilidades maternas.

Situação semelhante pode ser observada na trajetória de *Retalho*. Ao destacar a importância dos auxílios estudantis para sua permanência na universidade após a separação e o diagnóstico de autismo do filho, a participante afirma que essas políticas permitiram continuar estudando sem precisar assumir uma jornada de trabalho incompatível com as necessidades da criança. Em suas palavras, "*não tenho oito horas no dia para aceitar outro trabalho*". A fala revela como o cuidado, especialmente quando associado a demandas específicas de saúde, reorganiza profundamente a vida das mulheres, condicionando suas possibilidades de inserção profissional e de acesso à renda.

Por sua vez, *Novelo* associa diretamente a interrupção de sua trajetória acadêmica às dificuldades impostas pela maternidade e pelas condições materiais de vida. Ao relatar que precisou mudar de cidade para tentar oferecer melhores condições ao filho, afirma que acabou interrompendo a graduação e que, diante das dificuldades encontradas, passou a considerar mais viável permanecer trabalhando do que retornar aos estudos. Seu relato evidencia como a maternidade, quando atravessada por vulnerabilidades econômicas e ausência de suporte institucional, pode produzir rupturas importantes nos projetos educacionais das mulheres.

As narrativas analisadas confirmam as reflexões de Hirata e Kergoat (2007) acerca da divisão sexual do trabalho. Embora as participantes possuam trajetórias distintas, suas experiências convergem ao demonstrar que o cuidado continua sendo uma responsabilidade predominantemente feminina. O resultado é a necessidade constante de reorganizar horários,

renunciar oportunidades, interromper percursos acadêmicos e construir estratégias cotidianas para compatibilizar estudo, trabalho e maternidade.

Entretanto, os relatos também revelam que a maternidade não é percebida exclusivamente como fonte de limitações. Em diversas respostas, ela aparece simultaneamente como desafio e como motivação. *Fibra* afirma que os filhos nunca representaram obstáculos, mas incentivos para continuar avançando. De forma semelhante, *Bordado* entende que ser mãe não limitou suas oportunidades e afirma que deseja tornar-se motivo de orgulho para a filha. *Seda* também reconhece as dificuldades impostas pela maternidade, mas afirma que o filho é sua principal motivação para continuar lutando pelos objetivos que estabeleceu.

No entanto, mesmo nessas narrativas mais positivas, é possível perceber elementos que revelam as desigualdades que atravessam a experiência materna. Tanto *Fibra* quanto *Bordado* declararam possuir renda limitada e redes de apoio apenas parcial ou insuficiente. O fato de não interpretarem essas dificuldades como obstáculos não significa que elas não existam, mas demonstra como muitas mulheres desenvolvem estratégias de enfrentamento de experiências marcadas por desigualdades estruturais.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre rede de apoio, situação conjugal e percepção dos direitos sociais. Conforme demonstrado anteriormente, apenas *Trama*, *Fita* e *Tear* declararam possuir uma rede de apoio considerada suficiente para conciliar maternidade e estudos. Não por acaso, as três também apresentaram as maiores rendas identificadas na pesquisa e mantinham relacionamentos estáveis ou conjugais no momento da coleta de dados. Ainda assim, mesmo entre elas prevalece a percepção de que seus direitos e os direitos dos filhos são apenas parcialmente garantidos.

Esse resultado revela uma contradição importante. Ainda que algumas participantes disponham de melhores condições econômicas e de redes de apoio mais estruturadas, isso não se traduz automaticamente em uma percepção de acesso pleno aos direitos. Das treze participantes, apenas *Fibra* declarou considerar plenamente garantidos os direitos dela e de seus filhos. Todas as demais, independentemente da renda, da situação conjugal ou da existência de apoio familiar, compreendem que esses direitos são acessados apenas parcialmente.

Nessa direção, as narrativas analisadas permitem identificar um aspecto fundamental para esta pesquisa. Mesmo antes da questão específica sobre violência de gênero, diversas participantes já descrevem experiências que revelam mecanismos de exclusão, sobrecarga e

restrição de oportunidades. A perda de estágios, a necessidade de interromper estudos, a ausência de suporte institucional adequado, a dependência constante de terceiros para exercer direitos básicos e as renúncias impostas pelo cuidado aparecem de forma recorrente nos relatos. Embora muitas dessas experiências não sejam nomeadas pelas próprias mulheres como violência, elas evidenciam processos que limitam o acesso a oportunidades e produzem desigualdades de gênero.

Assim, as respostas analisadas demonstram que as políticas públicas desempenham papel fundamental na sustentação das trajetórias dessas mulheres, mas também revelam os limites da proteção social quando não acompanhada por transformações mais amplas nas relações de gênero. A maternidade continua influenciando o acesso ao trabalho, à educação e aos direitos sociais, produzindo renúncias e reorganizações permanentes. Nesse contexto, compreender a monoparentalidade feminina exige reconhecer que as desigualdades enfrentadas por essas mulheres não decorrem exclusivamente da insuficiência de renda, mas também da forma como a sociedade distribui as responsabilidades do cuidado e estrutura o acesso aos direitos. Esses elementos tornam-se ainda mais evidentes quando se observa a maneira como as participantes percebem as diferentes formas de violência presentes em suas trajetórias, aspecto que será aprofundado na análise da pergunta seguinte.

Se, nas análises anteriores, a violência emergia de forma indireta por meio das dificuldades relacionadas à maternidade, à ausência de redes de apoio, à insuficiência de renda e à responsabilização quase exclusiva das mulheres pelo cuidado dos filhos, a questão apresentada nesta etapa da pesquisa possibilitou abordar o tema de forma mais explícita. Para isso, as participantes foram convidadas a refletir sobre a seguinte pergunta: *"Em algum momento da sua trajetória como mulher você percebeu que a violência de gênero, simbólica ou institucional influenciou negativamente no acesso a oportunidades, direitos ou serviços? Caso se sinta confortável, fale um pouco sobre."*

A formulação da pergunta partiu da compreensão de que a violência contra as mulheres não se restringe às agressões físicas ou aos episódios mais visíveis de violação de direitos. Conforme discutem Saffioti (2015), Scott (1995) e Biroli (2018), a violência pode manifestar-se de formas diversas, incluindo dimensões simbólicas, institucionais, econômicas e psicológicas que atravessam as relações sociais e influenciam diretamente as possibilidades de acesso a direitos. Assim, buscou-se compreender não apenas a ocorrência de situações de violência, mas também como as próprias participantes interpretam suas experiências e reconhecem, ou não, os impactos dessas vivências em suas trajetórias.

Das treze participantes da pesquisa, algumas responderam de forma detalhada, outras optaram por respostas breves, enquanto parte delas preferiu não responder à questão ou afirmou não se sentir confortável para abordar o tema. Esse dado, por si só, já revela um aspecto importante da discussão. A violência de gênero é um fenômeno que frequentemente mobiliza experiências marcadas por dor, constrangimento, medo ou sofrimento, o que pode dificultar sua verbalização. Conforme aponta Saffioti (2015), o silêncio também pode constituir uma expressão dos efeitos produzidos pela violência, especialmente quando as experiências vividas permanecem naturalizadas ou não elaboradas subjetivamente.

Dentre os relatos apresentados, a narrativa de *Renda***,** destaca-se pela riqueza de detalhes e pela identificação explícita de uma experiência de violência institucional. Ao retomar acontecimentos já mencionados anteriormente, relacionados à gravidez, ao nascimento de uma filha com um tipo de doença congênita e à necessidade de permanecer em outra cidade para acompanhamento médico, a participante afirma que a universidade e os docentes tinham conhecimento de sua situação. Entretanto, em vez de construírem estratégias que possibilitassem sua permanência acadêmica, orientaram que ela interrompesse temporariamente seus estudos. Em suas palavras, os professores "*entraram em contato não pra me apoiar a continuar mas para me falar para deixar para fazer em outro momento*", justificando que ela teria melhor aproveitamento posteriormente.

O aspecto mais significativo do relato não reside apenas na interrupção da trajetória acadêmica, mas na forma como a participante percebe os impactos dessa decisão. Ao afirmar que "*em nenhum momento levaram em conta minhas questões psicológicas e sociais*", *Renda* evidencia que sua condição de mulher, mãe, estudante e cuidadora de uma criança com necessidades específicas foi invisibilizada pela instituição. A participante relata ainda que o atraso na graduação resultará na perda da possibilidade de ingressar em uma residência profissional juntamente com sua turma de origem, comprometendo oportunidades futuras de inserção profissional. Por essa razão, conclui que a suposta preocupação institucional com seu aprendizado configurou uma forma de violência institucional.

A experiência relatada por *Renda* permite problematizar os limites da igualdade formal no acesso aos direitos. Embora a universidade não tenha negado explicitamente seu direito à continuidade dos estudos, as alternativas oferecidas desconsideraram as condições concretas de sua vida. Essa situação dialoga com as reflexões de Joan Scott (1995), ao demonstrar que instituições aparentemente neutras podem reproduzir desigualdades quando ignoram as especificidades relacionadas ao gênero, à maternidade e às responsabilidades de cuidado.

Nesse caso, a violência institucional não se expressa por meio da exclusão direta, mas pela incapacidade institucional de responder adequadamente às necessidades da estudante.

Também chama atenção a narrativa de *Costura*, que apresenta uma compreensão ampliada da violência de gênero. Embora não relate um episódio específico, a participante identifica que as responsabilidades atribuídas às mulheres influenciam negativamente o acesso a oportunidades de estudo, trabalho e crescimento profissional. Segundo ela, essas situações "*refletem desigualdades de gênero ainda presentes na sociedade*", razão pela qual considera fundamentais as políticas públicas voltadas ao apoio das mulheres, especialmente das mães.

O relato de *Costura* é particularmente relevante porque desloca a discussão da esfera individual para a dimensão estrutural das desigualdades. Ao reconhecer que as limitações enfrentadas não decorrem apenas de escolhas pessoais, mas de responsabilidades socialmente atribuídas às mulheres, sua narrativa aproxima-se das reflexões de Hirata e Kergoat (2007) acerca da divisão sexual do trabalho. As autoras demonstram que o trabalho de cuidado continua sendo majoritariamente atribuído às mulheres, produzindo impactos sobre sua inserção no mercado de trabalho, suas possibilidades educacionais e sua autonomia econômica. Assim, mesmo sem utilizar diretamente a categoria violência, Costura identifica mecanismos estruturais que limitam o exercício de seus direitos.

De forma semelhante, *Chita* relata ter enfrentado questionamentos sobre sua capacidade de conciliar maternidade, estudos e trabalho. Embora sua resposta seja breve, ela revela uma experiência recorrente entre mulheres que exercem simultaneamente diferentes papéis sociais. Ao afirmar que enfrentou julgamentos por ser mulher e mãe, a participante manifesta a permanência de estereótipos que associam a maternidade a uma suposta incapacidade de responder adequadamente às exigências acadêmicas e profissionais.

Nesse caso, a violência não se manifesta por meio de agressões ou proibições explícitas, mas através de mecanismos simbólicos que colocam sob suspeita a competência feminina. Tal situação dialoga com as discussões de Bourdieu (2012) acerca da violência simbólica, compreendida como um conjunto de práticas e representações que reproduzem relações de dominação sem necessariamente recorrer à coerção física. Os julgamentos relatados por *Chita* expressam como as mulheres continuam sendo avaliadas a partir de critérios distintos daqueles aplicados aos homens, especialmente quando exercem a maternidade.

A narrativa de *Retalho* aprofunda ainda mais essa discussão ao associar diretamente as dificuldades enfrentadas à condição de mulher e mãe. Segundo a participante, "*para o homem continuar é mais fácil*", pois as mulheres carregam simultaneamente as responsabilidades relacionadas ao trabalho, aos estudos e ao cuidado dos filhos. Em uma das passagens mais expressivas de seu relato, afirma que "*a mulher tem que carregar o mundo nas costas enquanto carrega um filho no colo*".

A potência dessa afirmação reside justamente em sua capacidade de sintetizar uma realidade presente em diversas narrativas da pesquisa. *Retalho* não descreve um episódio isolado de violência, mas evidencia a forma como a organização social do cuidado produz desigualdades permanentes. Sua fala torna-se ainda mais significativa quando associada à experiência de ser mãe de uma criança com diagnóstico de autismo, condição que demanda acompanhamento constante e reorganização permanente da rotina familiar. Ao mencionar o preconceito enfrentado por mães que precisam conciliar trabalho e cuidado, a participante expõe como a maternidade pode se transformar em um fator de exclusão profissional.

Entretanto, talvez um dos aspectos mais relevantes desta análise esteja justamente nas respostas negativas ou na ausência de resposta à questão. *Algodão* e *Fita* responderam que não identificam experiências de violência de gênero, simbólica ou institucional em suas trajetórias. *Fibra* afirmou *não se sentir confortável* para responder à pergunta, enquanto *Trama, Bordado* e *Tear* optaram por não responder.

À primeira vista, essas respostas poderiam sugerir a inexistência de experiências relacionadas à violência. Entretanto, quando analisadas em conjunto com os demais dados produzidos pela pesquisa, emergem importantes contradições. *Algodão*, por exemplo, afirmou não ter vivenciado situações de violência, mas anteriormente relatou que depende intensamente de terceiros para conseguir estudar, que frequentemente precisou levar a filha para a universidade enfrentando longos deslocamentos e que a pensão alimentícia paga pelo genitor é irregular, chegando, em diversos momentos, a não ser recebida. Ainda que a participante não reconheça essas situações como violência, elas revelam processos de negligência paterna, sobrecarga feminina e fragilidade na garantia de direitos.

De forma semelhante, *Fibra* preferiu não abordar o tema, embora tenha relatado anteriormente a ausência de pensão alimentícia e uma trajetória marcada por responsabilidades assumidas de forma quase exclusiva. Já *Trama* não respondeu à questão específica sobre violência, mas relatou que precisou recusar oportunidades de trabalho em razão das responsabilidades relacionadas ao cuidado da filha. Esses elementos sugerem que

determinadas experiências podem estar tão naturalizadas que deixam de ser percebidas como expressões de desigualdade ou violência.

Essa constatação dialoga com as reflexões de Saffioti (2015) e Scott (1995), que destacam como a violência de gênero frequentemente opera de maneira silenciosa e naturalizada. Muitas vezes, as mulheres aprendem a interpretar determinadas limitações como consequências inevitáveis da maternidade ou da condição feminina, sem associá-las às estruturas sociais que produzem e reproduzem essas desigualdades.

Outro elemento que merece destaque refere-se à relação entre violência e percepção sobre a garantia de direitos. Conforme discutido anteriormente, praticamente todas as participantes consideram que seus direitos e os direitos de seus filhos são apenas parcialmente garantidos. Não por acaso, as narrativas apresentadas nesta seção apontam situações em que direitos formalmente assegurados não se materializam plenamente em suas experiências concretas. A dificuldade de acesso à permanência estudantil, a insuficiência das redes de apoio, a ausência de suporte institucional adequado, os obstáculos para inserção profissional e a responsabilização desigual pelo cuidado constituem elementos recorrentes nas falas das participantes.

Destarte, os relatos analisados permitem compreender que a violência de gênero não se restringe a episódios extraordinários ou facilmente identificáveis. Ela também se manifesta por meio de mecanismos cotidianos que limitam oportunidades, produzem sobrecarga, restringem o acesso a direitos e dificultam a construção de trajetórias acadêmicas, profissionais e familiares menos marcadas pelas desigualdades. Assim, as experiências narradas pelas participantes revelam que a violência, especialmente em suas dimensões simbólica e institucional, constitui um elemento que atravessa a monoparentalidade feminina e influencia diretamente as possibilidades de acesso e efetivação dos direitos sociais.

As análises desenvolvidas ao longo deste capítulo permitem compreender que a experiência da monoparentalidade feminina, tal como vivenciada pelas participantes desta pesquisa, não pode ser reduzida à ausência de um companheiro ou à composição específica do núcleo familiar. O que emerge das narrativas é uma realidade marcada pela concentração das responsabilidades de cuidado, pela necessidade constante de articulação entre diferentes políticas públicas e pela construção cotidiana de estratégias para garantir condições mínimas de permanência na educação superior.

Diante disso, os resultados encontrados dialogam diretamente com uma das principais discussões apresentadas ao longo desta dissertação: a compreensão de que a cidadania e o

acesso aos direitos sociais não se materializam de forma homogênea para todos os sujeitos. Conforme discutido anteriormente a partir de Marshall (1967), a cidadania social pressupõe a existência de condições concretas que permitam aos indivíduos usufruir dos direitos formalmente reconhecidos. Entretanto, as experiências relatadas pelas participantes revelam que a existência dos direitos não elimina automaticamente os obstáculos para sua efetivação.

A própria permanência universitária das participantes evidencia essa contradição. Embora todas tenham conseguido acessar o ensino superior e, em diferentes momentos, políticas de assistência estudantil, suas narrativas demonstram que permanecer na universidade exige muito mais do que desempenho acadêmico ou dedicação aos estudos. Permanecer implica encontrar alguém que cuide dos filhos durante as aulas, garantir recursos para transporte, alimentação e moradia, reorganizar horários de trabalho, administrar situações de adoecimento das crianças e enfrentar as limitações produzidas pela ausência de apoio institucional adequado. Assim, a permanência acadêmica deixa de ser apenas uma questão educacional e passa a depender diretamente da articulação entre diferentes direitos sociais.

Essa constatação reforça as discussões apresentadas por Iamamoto (2001, 2007) acerca da centralidade da questão social na produção das desigualdades contemporâneas. As dificuldades relatadas pelas participantes não decorrem exclusivamente de escolhas individuais ou da condição de serem mães. Elas são produzidas por relações sociais que distribuem de forma desigual os recursos, as oportunidades e as responsabilidades necessárias à reprodução da vida. Nesse contexto, a maternidade aparece como um elemento que potencializa vulnerabilidades já existentes, especialmente quando associada à insuficiência de renda, à fragilidade das redes de apoio e à ausência de responsabilização paterna.

Ao mesmo tempo, os relatos demonstram que as políticas públicas ocupam papel central na sustentação dessas trajetórias. Bolsa Família, assistência estudantil, auxílio-creche, escolas públicas, creches e serviços de saúde aparecem repetidamente como mecanismos fundamentais para garantir não apenas a permanência na universidade, mas a própria organização da vida cotidiana. Em diversos momentos, as participantes associam diretamente a continuidade dos estudos à existência desses serviços, evidenciando que o acesso à educação superior está profundamente vinculado ao acesso a outras políticas sociais.

No entanto, as narrativas também revelam os limites dessa proteção social. Embora reconheçam a importância das políticas públicas, as participantes continuam relatando dificuldades para acessar serviços, insuficiência das redes de apoio, barreiras institucionais e obstáculos relacionados ao mercado de trabalho. Esse cenário manifesta que as políticas

existentes, embora fundamentais, ainda operam de forma insuficiente para responder à complexidade das demandas apresentadas pelas mulheres em famílias monoparentais femininas.

Essa realidade torna-se ainda mais visível quando observamos a forma como a violência atravessa essas trajetórias. Ao longo da pesquisa, a violência não apareceu apenas associada às experiências explicitamente identificadas pelas participantes como violência psicológica, institucional ou decorrente de relações abusivas. Ela emergiu também nas situações em que mulheres precisaram abandonar oportunidades de trabalho por não terem com quem deixar os filhos, interromper estudos em razão da ausência de suporte institucional, aceitar jornadas precárias para compatibilizar trabalho e cuidado ou assumir sozinhas responsabilidades que deveriam ser compartilhadas.

Nesse aspecto, os resultados encontrados dialogam diretamente com as reflexões de Saffioti (2015), ao demonstrar que a violência de gênero não se restringe às agressões físicas ou aos episódios mais visíveis de violação de direitos. Ela se manifesta também por meio da organização desigual das relações sociais, da naturalização da sobrecarga feminina e da permanência de estruturas que dificultam o acesso das mulheres à autonomia econômica, à educação e à cidadania plena.

Particularmente significativo é o fato de que muitas participantes não identificam determinadas experiências como formas de violência, mesmo quando seus relatos indicaram situações de abandono paterno, negligência, exclusão institucional ou restrição de oportunidades. Esse dado reforça as discussões apresentadas por Scott (1995) acerca da naturalização das desigualdades de gênero. Quando determinadas formas de opressão passam a ser compreendidas como parte normal da experiência feminina, elas deixam de ser percebidas como manifestações de violência e passam a ser interpretadas como responsabilidades inerentes à condição de mulher e mãe.

Ao retomarmos as discussões realizadas no primeiro capítulo sobre patriarcado e divisão sexual do trabalho, torna-se possível compreender que as experiências relatadas pelas participantes não constituem acontecimentos isolados. Elas expressam a permanência de estruturas sociais que continuam atribuindo às mulheres a responsabilidade principal pelo cuidado e pela reprodução da vida cotidiana. Mesmo entre aquelas que declararam manter relacionamentos afetivos estáveis ou possuir redes de apoio consideradas suficientes, observa-se que a gestão do cuidado permanece predominantemente feminina.

Essa constatação permite questionar a própria compreensão da monoparentalidade apenas como ausência de um parceiro. Em diversos relatos, observa-se que a centralização das responsabilidades maternas persiste mesmo quando existe relacionamento afetivo, contribuição financeira ou apoio familiar. Desse modo, a monoparentalidade feminina revela-se não apenas como uma condição familiar, mas como uma experiência social produzida por relações históricas de gênero que definem quem cuida, quem provê e quem assume os custos da reprodução social.

Sob essa perspectiva, as narrativas analisadas demonstram que a violência, a maternidade e o acesso aos direitos sociais não constituem dimensões independentes. Elas se articulam continuamente, produzindo experiências marcadas por desigualdades, mas também por estratégias de resistência. As participantes desta pesquisa não aparecem apenas como sujeitos vulnerabilizados, mas como mulheres que mobilizam recursos, constroem redes de apoio, reivindicam direitos e desenvolvem mecanismos para permanecer na universidade apesar das inúmeras barreiras encontradas.

É justamente nessa tensão entre limites e possibilidades que se localiza uma das principais contribuições desta pesquisa. Os relatos demonstram que o acesso aos direitos sociais não pode ser compreendido apenas pela existência formal das políticas públicas, mas pela forma como essas políticas dialogam com as condições concretas de vida das mulheres. Ao mesmo tempo, revelam que a violência de gênero não atua apenas restringindo direitos, mas também condicionando as formas pelas quais eles são acessados, disputados e exercidos. Assim, as trajetórias analisadas evidenciam que compreender a monoparentalidade feminina exige reconhecer a complexa articulação entre gênero, maternidade, violência e cidadania, elementos que permanecem centrais para a construção de respostas institucionais mais capazes de enfrentar as desigualdades que atravessam a vida dessas mulheres.

Ao retomarmos as discussões desenvolvidas no primeiro capítulo desta dissertação, torna-se possível perceber que os relatos das participantes materializam, em suas experiências concretas, processos históricos e sociais que foram analisados teoricamente ao longo da pesquisa. As dificuldades relacionadas à permanência na educação superior, à inserção profissional, à garantia do cuidado dos filhos e ao acesso aos direitos sociais não constituem situações isoladas ou circunstanciais. Elas expressam a permanência de relações sociais estruturadas a partir de desigualdades de gênero que, embora assumam novas formas ao longo do tempo, continuam produzindo impactos significativos na vida das mulheres.

As reflexões de Pateman (1993) mostram que a constituição da cidadania moderna ocorreu a partir de um modelo construído sobre a exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão. Embora os direitos tenham sido formalmente ampliados ao longo dos séculos, as experiências relatadas pelas participantes demonstram que a igualdade jurídica não foi suficiente para eliminar as desigualdades presentes na vida cotidiana. As mulheres desta pesquisa acessam a universidade, participam de políticas públicas e ocupam espaços historicamente negados às gerações anteriores, mas continuam enfrentando obstáculos relacionados às responsabilidades de cuidado, à dependência econômica e à insuficiência das redes de proteção social.

Nessa direção, os relatos analisados evidenciam aquilo que Scott (1995, 2002) denomina de caráter relacional das desigualdades de gênero. As dificuldades enfrentadas pelas participantes não decorrem de características individuais ou de escolhas pessoais, mas da forma como a sociedade atribui significados distintos às experiências de homens e mulheres. Quando *Renda* relata que sua condição de mãe de uma criança com cardiopatia congênita foi desconsiderada no contexto acadêmico, ou quando *Tear* associa a perda de uma oportunidade profissional à necessidade de buscar a filha na escola, não estamos diante de situações excepcionais. Trata-se da manifestação concreta de relações sociais que continuam pressupondo a disponibilidade feminina para o cuidado e, simultaneamente, exigindo desempenho acadêmico e profissional compatível com sujeitos que não carregam as mesmas responsabilidades.

Essa discussão torna-se ainda mais relevante quando articulada às contribuições de Biroli (2018). Ao analisar as relações entre autonomia, democracia e divisão sexual do trabalho, a autora demonstra que a desigual distribuição das responsabilidades domésticas e familiares produz efeitos diretos sobre a capacidade das mulheres de acessar recursos materiais, oportunidades profissionais e espaços de participação social. As narrativas das participantes confirmam essa análise ao evidenciar que a maternidade não limita apenas o tempo disponível para os estudos ou para o trabalho. Ela influencia escolhas profissionais, trajetórias acadêmicas, possibilidades de mobilidade social e, em muitos casos, a própria percepção de futuro.

Por outro lado, as experiências relatadas também permitem problematizar a ideia de que a maternidade produz apenas limitações. Em diferentes momentos da pesquisa, as participantes associam os filhos à construção de projetos de vida, ao fortalecimento de objetivos pessoais e à motivação para permanecer na universidade. Essa aparente contradição

revela a complexidade da experiência materna e impede análises simplificadas que reduzam a maternidade a uma condição exclusivamente de opressão ou exclusivamente de realização pessoal. O que os relatos demonstram é que a maternidade é vivenciada em contextos sociais concretos, atravessados por relações de classe, gênero, raça e acesso a direitos, produzindo experiências múltiplas e, muitas vezes, contraditórias.

Essa compreensão dialoga diretamente com a perspectiva interseccional discutida no segundo capítulo. Conforme argumentam Crenshaw (2002), Gonzalez (1984), Carneiro (2003) e Akotirene (2018), as desigualdades sociais se articulam continuamente na produção das experiências dos sujeitos. Os dados desta pesquisa evidenciam justamente essa articulação. A maioria das participantes é composta por mulheres pardas e pretas, pertencentes às classes populares, dependentes de políticas públicas para garantir sua permanência universitária e responsáveis pelo cuidado cotidiano dos filhos. Assim, as dificuldades enfrentadas por essas mulheres não podem ser explicadas exclusivamente pela maternidade, pela condição econômica ou pela desigualdade de gênero. Elas resultam da convergência desses diferentes marcadores sociais.

Sob essa perspectiva, a monoparentalidade feminina emerge como uma experiência profundamente atravessada pela questão social. Conforme discutido por Iamamoto (2001, 2007), a questão social expressa as múltiplas manifestações das desigualdades produzidas pela sociabilidade capitalista. Nas trajetórias analisadas, essa realidade manifesta-se por meio da insuficiência de renda, da necessidade de acesso a benefícios sociais, das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, da precarização das condições de permanência estudantil e da dependência de redes de apoio para garantir atividades básicas do cotidiano. A maternidade, nesse contexto, não produz a desigualdade, mas intensifica seus efeitos ao exigir recursos materiais, emocionais e institucionais que nem sempre estão disponíveis.

É justamente por essa razão que as políticas públicas aparecem de forma tão recorrente nos relatos das participantes. Bolsa Família, assistência estudantil, auxílio-creche, serviços de saúde, escolas públicas e creches não são apresentados como benefícios complementares, mas como elementos centrais para a garantia da sobrevivência familiar e da permanência na educação superior. A recorrência dessas referências demonstra que a trajetória acadêmica dessas mulheres não pode ser compreendida dissociada da proteção social ofertada pelo Estado.

Entretanto, os próprios relatos manifestam os limites dessa proteção. Ainda que as políticas públicas sejam reconhecidas como fundamentais, elas não eliminam a sobrecarga do

cuidado, não garantem automaticamente a corresponsabilização paterna e não impedem que as participantes continuem enfrentando situações de violência simbólica, institucional e econômica. Essa constatação permite retomar as críticas formuladas por Fraser (2019), ao argumentar que a ampliação formal dos direitos não é suficiente quando não são enfrentadas as estruturas que produzem desigualdades de reconhecimento, redistribuição e representação.

Ao observarmos o conjunto das narrativas, torna-se evidente que as participantes acessam direitos, mas continuam precisando negociar permanentemente sua efetivação. A permanência universitária depende da existência de uma vaga na creche, da disponibilidade de alguém para buscar a criança na escola, do funcionamento dos serviços de saúde, da manutenção dos benefícios estudantis e, em muitos casos, da construção de estratégias informais para suprir ausências deixadas pelo Estado ou pela família. Essa realidade revela que a cidadania experimentada por essas mulheres permanece marcada por incompletudes e condicionantes que limitam seu exercício pleno.

Desse modo, os resultados desta pesquisa permitem compreender que a monoparentalidade feminina não se apresenta apenas como uma configuração familiar específica, mas como uma expressão concreta das contradições presentes na sociedade contemporânea. As trajetórias analisadas revelam mulheres que acessam a educação superior em um contexto de ampliação de direitos, mas que continuam enfrentando barreiras relacionadas à desigualdade de gênero, à insuficiência das políticas públicas, à sobrecarga do cuidado e às múltiplas formas de violência que atravessam suas experiências. Ao mesmo tempo, revelam sujeitos que constroem estratégias de resistência, mobilizam recursos disponíveis e transformam a permanência na universidade em um espaço de disputa por reconhecimento, autonomia e cidadania.

É justamente nessa tensão entre direitos formalmente assegurados e direitos concretamente vivenciados que se localiza uma das principais contribuições desta pesquisa. Os relatos das participantes demonstram que compreender a monoparentalidade feminina exige ultrapassar explicações centradas exclusivamente na renda, na estrutura familiar ou na condição materna. Trata-se de compreender como diferentes formas de desigualdade se articulam para produzir condições específicas de acesso e também de restrição aos direitos sociais, evidenciando que a luta pela permanência na educação superior é, simultaneamente, uma luta pelo reconhecimento, pela proteção social e pela efetivação da cidadania.

Por fim, é importante reconhecer que os resultados apresentados nesta pesquisa não encerram as possibilidades de compreensão acerca das experiências das mulheres em famílias

monoparentais femininas. Ao contrário, os dados produzidos ao longo desta investigação evidenciam a complexidade de trajetórias que não podem ser reduzidas a categorias fixas, percentuais ou classificações rígidas. Cada narrativa analisada expressa uma realidade singular, atravessada por diferentes formas de desigualdade, mas também por distintas estratégias de resistência, construção de autonomia e produção da vida cotidiana.

As histórias compartilhadas pelas participantes revelam que a monoparentalidade feminina não é uma experiência homogênea. Ainda que existam elementos comuns relacionados à sobrecarga do cuidado, às dificuldades de acesso aos direitos e à centralidade das políticas públicas em suas trajetórias, cada mulher atribui sentidos próprios à maternidade, às relações familiares, ao trabalho, à educação e aos desafios enfrentados ao longo da vida. Por essa razão, os dados aqui apresentados não devem ser compreendidos como verdades acabadas ou retratos definitivos de suas realidades, mas como recortes produzidos em um determinado momento de suas trajetórias.

As próprias respostas evidenciam esse caráter dinâmico da vida social. Mulheres que, no momento da solicitação do auxílio estudantil, apresentavam determinadas condições familiares, econômicas ou afetivas, já se encontravam em situações distintas quando responderam aos formulários desta pesquisa. Relações foram construídas ou encerradas, rendas foram alteradas, filhos cresceram, redes de apoio foram fortalecidas ou fragilizadas e novas demandas surgiram. Essa movimentação constante reforça a compreensão de que as trajetórias humanas não podem ser apreendidas de forma estática. As experiências analisadas permanecem em construção, assim como os significados atribuídos por essas mulheres aos acontecimentos que atravessam suas vidas.

Nesse aspecto, esta pesquisa não pretende encerrar o debate sobre monoparentalidade feminina, violência e acesso aos direitos sociais. Pelo contrário, espera contribuir para a ampliação dessas discussões, oferecendo elementos que possibilitem novas investigações e novos olhares sobre a temática. Muitas das questões que emergiram ao longo do processo investigativo demandam aprofundamentos futuros, especialmente aquelas relacionadas às experiências de violência institucional, às estratégias de resistência construídas pelas mulheres, às relações entre maternidade e permanência universitária e aos impactos produzidos pelas redes de apoio na garantia dos direitos sociais.

Também é necessário reconhecer que algumas das experiências mais profundas e sensíveis permaneceram apenas parcialmente acessíveis à pesquisa. Em determinados momentos, o silêncio, as respostas breves ou mesmo a ausência de resposta revelaram tanto

quanto as narrativas mais detalhadas. Algumas participantes não se sentiram confortáveis para abordar determinadas vivências; outras talvez ainda estejam elaborando processos marcados por dor, perda, violência ou sobrecarga. Esses silêncios não representam lacunas da pesquisa, mas parte da própria realidade investigada, lembrando que nem toda experiência pode ser integralmente traduzida em palavras.

Ao longo desta dissertação, buscou-se compreender como a monoparentalidade feminina se articula ao acesso aos direitos sociais e de que maneira as experiências de violência atravessam essas trajetórias. Entretanto, mais do que respostas definitivas, os resultados encontrados suscitam novas perguntas. Eles convidam à reflexão sobre os limites das políticas públicas existentes, sobre as permanências das desigualdades de gênero e sobre a necessidade de construir estratégias coletivas capazes de garantir que o acesso formal aos direitos se transforme em acesso efetivo às condições necessárias para uma vida digna.

Por fim, talvez a principal contribuição desta pesquisa esteja justamente em reconhecer que, por trás dos indicadores, formulários e categorias analíticas, existem mulheres reais, com histórias marcadas por perdas, conquistas, interrupções, recomeços, medos, afetos e esperanças. Mulheres que, apesar das dificuldades relatadas, seguem construindo caminhos para permanecer na universidade, cuidar de seus filhos, acessar direitos e projetar futuros possíveis. Suas trajetórias demonstram que a monoparentalidade feminina não pode ser compreendida apenas a partir da ausência, da falta ou da vulnerabilidade. Ela também é atravessada pela capacidade de resistir, reorganizar a vida, construir redes, reivindicar direitos e produzir novas possibilidades de existência.

Assim, este trabalho não se encerra nas páginas que o compõem. Ele permanece aberto, tal como permanecem abertas as trajetórias das mulheres que aceitaram compartilhar parte de suas histórias. Os nós aqui identificados não foram completamente desatados, nem poderiam ser. Alguns permanecem presentes, outros começam a ser afrouxados e novos certamente surgirão ao longo do caminho. Talvez seja justamente essa a principal lição deixada por esta pesquisa: compreender que a vida dessas mulheres não cabe em conclusões definitivas, mas exige um olhar atento, sensível e permanente para os processos históricos, sociais e humanos que continuam tecendo suas experiências, suas lutas e seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"VAI VIVER SÓ"[10]

Ao iniciar esta dissertação, optei por escrever uma carta ao leitor antes mesmo de apresentar o problema de pesquisa, os referenciais teóricos ou os caminhos metodológicos que orientaram esta investigação. Naquele momento, afirmei que nenhuma pesquisa nasce neutra e que seria desonesto ocultar a pessoa que pesquisa atrás da pesquisadora que escreve. Compartilhei que este trabalho nascia da vida, dos atravessamentos que me constituem, da minha atuação profissional, das mulheres que encontrei ao longo da caminhada e das inquietações que, durante muito tempo, resistiram em permanecer apenas como perguntas. Hoje, ao concluir este percurso, retorno àquele mesmo ponto de partida não para reafirmar as inquietações que deram origem a esta pesquisa, mas para reconhecer que elas foram profundamente transformadas pelo próprio processo de investigação.

Se, no início, as perguntas surgiram da observação cotidiana das desigualdades que atravessam a vida de tantas mulheres, ao final desta pesquisa compreendo que elas extrapolam experiências individuais e revelam processos históricos e sociais muito mais amplos. A escrita destas páginas confirmou algo que, intuitivamente, já me acompanhava desde antes da entrada no mestrado: discutir a maternidade, a monoparentalidade feminina, a violência e o acesso aos direitos sociais exigem olhar para além das histórias particulares. Exige compreender como essas histórias são produzidas, condicionadas e, muitas vezes, limitadas pelas formas como a sociedade organiza o cuidado, distribui responsabilidades e reconhece ou nega direitos.

Foi justamente essa diretriz que orientou toda a construção desta dissertação. Mais do que investigar uma configuração familiar específica, buscou-se compreender como mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas vivenciam as diferentes expressões da violência e de que maneira essas experiências repercutem no acesso aos direitos sociais, especialmente no contexto da permanência na educação superior. Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que tais dimensões não se apresentam de forma isolada. Pelo contrário, elas se entrelaçam permanentemente, produzindo trajetórias marcadas por desigualdades, mas

[10] Ao longo desta pesquisa, o verso "vai viver só" assume diferentes significados. Inicialmente, associado à ideia de ruptura ou de solidão, ele adquire novos contornos quando confrontado com as trajetórias das participantes. As análises desenvolvidas demonstram que a experiência da monoparentalidade feminina não pode ser compreendida apenas pela ausência de um companheiro, mas pelas múltiplas relações estabelecidas com o cuidado, o trabalho, as redes de apoio e o acesso aos direitos sociais. Nesse sentido, o "viver só" deixa de representar uma condição individual e passa a evidenciar os desafios sociais e institucionais que atravessam a experiência dessas mulheres.

também por resistências, estratégias de enfrentamento e permanentes reconstruções da vida cotidiana.

Nesse percurso, confirmou-se a hipótese que orientou esta investigação. As experiências de violência vivenciadas pelas participantes não constituem episódios desconectados de suas trajetórias acadêmicas, familiares ou profissionais. Elas dialogam diretamente com as desigualdades de gênero, com a divisão sexual do trabalho, com a responsabilização quase exclusiva das mulheres pelo cuidado e a forma como as políticas públicas respondem ou deixam de responder às necessidades concretas das famílias monoparentais femininas. Assim, discutir as dificuldades enfrentadas por essas mulheres significou compreender, simultaneamente, as contradições presentes na própria organização da sociedade brasileira e nos limites ainda existentes para a efetivação dos direitos sociais.

Ao longo da escrita, uma constatação tornou-se cada vez mais evidente: a monoparentalidade feminina não pode ser interpretada como sinônimo de vulnerabilidade nem reduzida à ausência de um companheiro. Fazer isso significaria desconsiderar a complexidade das experiências apresentadas pelas participantes e, sobretudo, reforçar interpretações historicamente construídas que individualizam problemas produzidos socialmente. Os resultados desta pesquisa demonstram que as dificuldades vivenciadas pelas mulheres não decorrem da composição familiar em si, mas das condições materiais, simbólicas e institucionais nas quais essa maternidade é exercida. Em outras palavras, não é a monoparentalidade que produz, necessariamente, a desigualdade; são as relações sociais de gênero, a insuficiência das redes de proteção e a limitada corresponsabilização pelo cuidado que condicionam diferentes possibilidades de acesso aos direitos.

Essa compreensão somente foi possível porque o percurso investigativo não permaneceu restrito aos dados empíricos. Antes de ouvir as participantes, foi necessário compreender os processos históricos que estruturam a realidade por elas vivenciada. Por isso, o primeiro capítulo assumiu um papel fundamental na construção da análise desenvolvida ao longo desta dissertação. Ao discutir o patriarcado, a divisão sexual do trabalho, a violência de gênero e a construção histórica da cidadania, buscou-se evidenciar que as experiências relatadas pelas participantes não são acontecimentos excepcionais, mas expressões contemporâneas de relações sociais constituídas ao longo da história. O diálogo estabelecido com autoras como Heleieth Saffioti, Joan Scott, Carole Pateman, Helena Hirata, Danièle Kergoat, Nancy Fraser e Flávia Biroli permitiu compreender que a responsabilização feminina pelo cuidado, a sobrecarga doméstica e as desigualdades no acesso aos direitos não

representam escolhas individuais, mas mecanismos que sustentam uma determinada organização social.

Essa discussão mostrou-se indispensável para interpretar os resultados encontrados posteriormente. Ao longo das análises, tornou-se evidente que muitas das dificuldades enfrentadas pelas participantes não poderiam ser explicadas apenas pelas condições econômicas ou pela ausência de um companheiro. Elas estavam diretamente relacionadas às formas pelas quais o trabalho de cuidado permanece invisibilizado, às expectativas sociais atribuídas às mulheres e à permanência de uma lógica que naturaliza a concentração das responsabilidades familiares sobre elas. Assim, aquilo que, muitas vezes, aparece como uma experiência individual revelou-se, nesta pesquisa, como manifestação concreta das desigualdades estruturais discutidas no campo teórico.

Do mesmo modo, a reflexão acerca da cidadania e dos direitos sociais permitiu compreender uma das principais contradições evidenciadas pelos resultados desta investigação. Embora o ordenamento jurídico brasileiro tenha incorporado importantes avanços na proteção dos direitos das mulheres, das crianças e das famílias, a efetivação desses direitos permanece profundamente condicionada pelas condições concretas de vida dos sujeitos. Essa distância entre o direito formalmente reconhecido e o direito efetivamente acessado esteve presente em praticamente todas as narrativas analisadas. As participantes reconhecem a importância das políticas públicas, recorrem a elas para garantir sua permanência na universidade e assegurar condições mínimas para o cuidado de seus filhos, mas, ao mesmo tempo, percebem que tais direitos permanecem incompletos, insuficientes ou condicionados a sucessivos processos de comprovação da vulnerabilidade.

Essa constatação reafirma uma das principais contribuições desta pesquisa: compreender que a garantia de direitos não pode ser analisada apenas pela existência das políticas públicas, mas pela capacidade dessas políticas de responder às necessidades concretas das pessoas que delas dependem. Ao reconhecer essa distinção, a investigação desloca o debate da simples ampliação normativa para a reflexão sobre a efetividade da proteção social, aproximando-se da perspectiva crítica que orienta o projeto ético-político do Serviço Social e reafirmando a centralidade da defesa dos direitos sociais como condição indispensável para o enfrentamento das desigualdades.

O segundo capítulo deslocou o olhar para o campo empírico, apresentando o percurso metodológico e delimitando o universo investigado. A escolha por desenvolver a pesquisa junto às acadêmicas beneficiárias do auxílio-creche do Programa Estadual de Assistência

Estudantil da Universidade Estadual de Montes Claros não decorreu apenas da disponibilidade do campo, mas da compreensão de que esse grupo reúne, de forma particularmente expressiva, múltiplas determinações que atravessam a vida das mulheres: maternidade, formação acadêmica, desigualdades econômicas, necessidade de inserção no mercado de trabalho e dependência de políticas públicas para garantir a permanência na universidade. Mais do que um recorte metodológico, essa escolha representou a possibilidade de aproximar a discussão teórica de uma realidade concreta, permitindo compreender como processos estruturais se materializam no cotidiano dessas mulheres.

O percurso metodológico também produziu aprendizados que ultrapassaram o planejamento inicial da investigação. A dificuldade de contato com algumas participantes, a baixa adesão na primeira etapa da coleta de dados e a necessidade de ampliação da amostra revelaram, ainda durante a realização da pesquisa, aspectos que posteriormente apareceriam nas análises. A justificativa mais recorrente para a não participação foi justamente a falta de tempo, consequência da sobreposição entre os cuidados com os filhos, as atividades acadêmicas, o trabalho remunerado e as responsabilidades domésticas. Esse movimento permitiu compreender que a sobrecarga feminina não apareceu apenas como resultado da pesquisa; ela também atravessou o próprio processo de produção do conhecimento. Em certa medida, as dificuldades encontradas para realizar a investigação confirmavam aquilo que se buscava compreender.

Ao chegar ao terceiro capítulo, teoria e realidade deixaram de ocupar lugares distintos e passaram a dialogar continuamente. As narrativas das participantes conferiram materialidade às categorias discutidas anteriormente, demonstrando que conceitos como patriarcado, divisão sexual do trabalho, violência de gênero e cidadania incompleta não permanecem restritos ao campo das formulações teóricas. Eles se manifestam nas escolhas interrompidas, nas oportunidades adiadas, nas jornadas exaustivas, nas estratégias construídas para permanecer na universidade e nas múltiplas formas pelas quais essas mulheres reorganizam suas vidas para garantir o cuidado de seus filhos sem abandonar seus próprios projetos.

Um dos primeiros aspectos evidenciados pela pesquisa refere-se à heterogeneidade das experiências vivenciadas pelas participantes. Embora todas compartilhassem a condição de mães universitárias inseridas em famílias monoparentais femininas e beneficiárias da assistência estudantil, suas trajetórias revelaram diferenças importantes relacionadas à renda, à composição familiar, à raça, às redes de apoio, à presença ou ausência do pai da criança e às

formas de acesso às políticas públicas. Essa diversidade reforça a necessidade de evitar generalizações que tratem a monoparentalidade feminina como uma experiência homogênea, pois as desigualdades são atravessadas por múltiplos marcadores sociais que produzem diferentes possibilidades de acesso aos direitos.

Entretanto, se as trajetórias são diversas, alguns elementos apareceram de forma recorrente nas narrativas, revelando padrões que dialogam diretamente com o referencial teórico adotado. Dentre eles, destaca-se a permanência da responsabilização quase exclusiva das mulheres pelo cuidado. Independentemente da existência de vínculos afetivos ou da presença de um companheiro, o cuidado cotidiano com os filhos, a organização da rotina doméstica, o acompanhamento escolar, a busca por serviços públicos e a administração da vida familiar permaneceram concentrados sobre elas. Essa constatação reafirma que a divisão sexual do trabalho continua estruturando as relações familiares e produzindo impactos diretos sobre a autonomia feminina.

Nesse sentido, um dos resultados mais significativos desta pesquisa consiste justamente em demonstrar que a maternidade não constitui, em si mesma, o principal fator de vulnerabilização dessas mulheres. As dificuldades identificadas decorrem da maneira como o cuidado é socialmente organizado e distribuído. Quando a responsabilidade pelo cuidado permanece concentrada sobre uma única pessoa, especialmente em contextos de insuficiência das políticas públicas e de ausência de responsabilização paterna, aumentam as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, de permanência na universidade, de construção da autonomia financeira e até mesmo de acesso ao lazer, ao descanso e ao autocuidado. Assim, a pesquisa reafirma que o problema não reside na maternidade ou na monoparentalidade feminina, mas nas condições sociais que tornam seu exercício desproporcionalmente mais oneroso para as mulheres.

Outro aspecto que merece destaque refere-se às diferentes formas de violência identificadas ao longo da investigação. Inicialmente, imaginava-se que as experiências de violência estariam predominantemente relacionadas às situações reconhecidas pelas próprias participantes como violência doméstica ou conjugal. Contudo, os dados revelaram um cenário muito mais complexo. Para além dessas experiências, emergiram relatos relacionados à negligência paterna, à ausência de corresponsabilização no cuidado, às dificuldades para obtenção de pensão alimentícia, à interrupção de projetos profissionais, às limitações impostas pela ausência de políticas públicas e às formas pelas quais determinadas desigualdades permanecem naturalizadas na vida cotidiana.

Essa constatação aponta que a violência de gênero não se restringe aos episódios de agressão física ou psicológica. Ela também se manifesta quando mulheres precisam abandonar oportunidades de trabalho porque não possuem com quem deixar seus filhos; quando adiam a conclusão da graduação por ausência de apoio; quando assumem sozinhas responsabilidades que deveriam ser compartilhadas; quando precisam justificar reiteradamente sua condição para acessar políticas públicas; ou ainda quando determinadas violações deixam de ser reconhecidas como violência justamente porque foram historicamente incorporadas como parte da experiência feminina. Nesse aspecto, a pesquisa reafirma uma compreensão ampliada da violência, aproximando-se da perspectiva defendida ao longo do referencial teórico.

Outro resultado que merece ser destacado refere-se ao papel desempenhado pelas políticas públicas na trajetória das participantes. Ao longo da investigação, tornou-se evidente que programas como a assistência estudantil, o auxílio-creche, o Sistema Único de Saúde, as creches públicas, a educação básica e as políticas de transferência de renda não apareceram como benefícios acessórios, mas como condições concretas para que essas mulheres permanecessem estudando, trabalhando e exercendo a maternidade. Em diversos relatos, a permanência na universidade mostrou-se diretamente vinculada à existência dessas políticas, evidenciando que sua ausência poderia significar não apenas dificuldades financeiras, mas a interrupção definitiva da formação acadêmica e dos projetos de vida.

Entretanto, os resultados também demonstram que a existência dessas políticas não elimina as desigualdades vivenciadas pelas participantes. Ao contrário, a ampla maioria afirmou considerar que seus direitos e os direitos de seus filhos são apenas parcialmente garantidos. Essa percepção revela uma importante contradição: embora reconheçam a relevância das políticas públicas, as participantes identificam limites em sua capacidade de responder integralmente às necessidades produzidas pela monoparentalidade feminina. Mais uma vez, evidencia-se a distância entre a previsão formal dos direitos e sua efetiva materialização na vida cotidiana.

Essa constatação talvez represente um dos principais resultados desta investigação. Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que o acesso aos direitos sociais não pode ser compreendido apenas pela existência de serviços, programas ou benefícios. A efetivação desses direitos depende da capacidade das políticas públicas de reconhecer as especificidades das trajetórias vividas por essas mulheres, considerando que maternidade, trabalho, educação e cuidado não constituem dimensões separadas, mas aspectos profundamente interligados da

vida social. É justamente essa compreensão que conduz à próxima reflexão desta conclusão: as contribuições que esta pesquisa oferece para o Serviço Social, para a assistência estudantil e para a construção de políticas públicas comprometidas com a garantia da cidadania.

Os resultados produzidos por esta investigação também permitem refletir sobre suas contribuições para o Serviço Social e para o campo do Desenvolvimento Social. Embora partam de referenciais distintos, ambos compartilham um compromisso comum com a compreensão crítica da realidade, com a defesa dos direitos sociais e com a construção de respostas capazes de enfrentar as desigualdades que atravessam a vida dos sujeitos. Nesse sentido, esta pesquisa reafirma que compreender as trajetórias de mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas exige reconhecer que as expressões da questão social não se manifestam de forma isolada, mas articulam dimensões econômicas, políticas, culturais, familiares e institucionais que desafiam permanentemente a produção do conhecimento e a atuação profissional.

No âmbito do Serviço Social, os resultados encontrados reafirmam a centralidade do projeto ético-político da profissão, especialmente no compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos e dos direitos sociais. Ao evidenciar que as dificuldades enfrentadas pelas participantes decorrem muito mais das desigualdades produzidas pelas relações sociais do que de escolhas individuais, esta investigação distancia-se de perspectivas moralizantes ou culpabilizadoras e reforça a necessidade de intervenções profissionais fundamentadas na análise da totalidade social. As narrativas das participantes demonstram que demandas relacionadas à maternidade, ao trabalho, à renda, à educação, à violência e ao cuidado não podem ser compreendidas de maneira fragmentada. Elas constituem expressões interligadas da questão social e, como tal, exigem respostas articuladas entre diferentes políticas públicas e diferentes áreas do conhecimento.

Essa compreensão também reafirma a importância do trabalho desenvolvido pelo assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Seja na assistência estudantil, na política de assistência social, na saúde, na educação ou no sistema de justiça, a atuação profissional demanda a capacidade de interpretar criticamente as necessidades apresentadas pelos sujeitos, evitando respostas imediatistas e fortalecendo processos de acesso aos direitos. Ao reconhecer que a monoparentalidade feminina não constitui, em si mesma, uma condição de vulnerabilidade, mas que as desigualdades decorrem da insuficiência da proteção social e da permanência de relações desiguais de gênero, esta pesquisa também reafirma o

compromisso do Serviço Social com a construção de práticas profissionais comprometidas com a emancipação dos sujeitos e com a transformação da realidade.

Entretanto, o percurso desta investigação também indicou que compreender essa realidade exige ultrapassar os limites disciplinares de uma única área do conhecimento. Foi justamente nesse movimento que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social assumiu papel determinante na construção desta pesquisa. Ao longo do mestrado, tornou-se cada vez mais evidente que o desenvolvimento social não pode ser reduzido a indicadores econômicos, ao crescimento da renda ou à ampliação do consumo. O desenvolvimento social, tal como compreendido neste Programa, pressupõe a ampliação das capacidades humanas, a efetivação da cidadania, o fortalecimento das políticas públicas, a redução das desigualdades e a construção de condições que permitam aos sujeitos viver com dignidade.

Sob essa perspectiva, as trajetórias analisadas ao longo desta dissertação revelam que discutir desenvolvimento social implica discutir, necessariamente, as condições concretas de vida das mulheres. Não há desenvolvimento quando a permanência na universidade depende exclusivamente da capacidade individual de superar jornadas exaustivas de cuidado. Não há desenvolvimento quando o acesso aos direitos permanece condicionado à comprovação permanente da vulnerabilidade. Não há desenvolvimento quando a divisão sexual do trabalho continua produzindo sobrecarga feminina e restringindo projetos de vida. Assim, esta pesquisa reafirma que o desenvolvimento social não constitui um fenômeno abstrato, mas um processo diretamente relacionado à efetivação dos direitos sociais e à superação das desigualdades estruturais.

Nessa direção, acredito que esta dissertação dialoga com a própria missão do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Ao longo deste percurso, compreendi que produzir conhecimento significa muito mais do que responder a perguntas acadêmicas. Significa construir investigações comprometidas com a compreensão dos problemas sociais, respeitando a pluralidade de saberes, valorizando os sujeitos que compartilham suas experiências e produzindo reflexões capazes de subsidiar práticas profissionais, políticas públicas e novos estudos. Se esta pesquisa analisou as trajetórias de mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas, foi porque reconheceu que compreender essas experiências representa também compreender desafios fundamentais para o próprio desenvolvimento da sociedade.

O percurso formativo no PPGDS ampliou minha capacidade de compreender essas experiências em sua complexidade, articulando diferentes campos do conhecimento e

reconhecendo que os problemas sociais não podem ser interpretados a partir de explicações únicas ou simplificadas. O Desenvolvimento Social ensinou-me que compreender uma realidade exige estabelecer diálogo permanente entre teoria e prática, entre produção científica e compromisso social, entre universidade e sociedade. Talvez seja justamente nesse encontro entre profissão e produção do conhecimento que esta dissertação encontre sua principal contribuição.

Ao longo da investigação, tornou-se evidente que as participantes não buscavam apenas concluir um curso superior. Em suas narrativas, permanecer na universidade representava ampliar possibilidades de autonomia, romper ciclos de desigualdade, oferecer melhores condições de vida aos filhos e construir novos projetos de futuro. Essa constatação permite compreender que a educação superior, quando acompanhada por políticas públicas de permanência, constitui importante estratégia de desenvolvimento social, na medida em que amplia capacidades, fortalece direitos e produz oportunidades historicamente negadas a muitos sujeitos.

Talvez esse seja um dos maiores aprendizados que pessoalmente levo desta pesquisa. O desenvolvimento social não acontece apenas quando grandes indicadores se modificam; ele também se constrói nas pequenas transformações cotidianas que permitem a uma mulher permanecer estudando, acessar uma política pública, reorganizar sua vida, exercer a maternidade com maior proteção e projetar um futuro diferente para si e para seus filhos.

Toda pesquisa também carrega seus limites. Esta investigação não pretendeu esgotar as discussões acerca da monoparentalidade feminina, tampouco abarcar todas as experiências vividas por mulheres que conciliam maternidade, formação acadêmica e acesso às políticas públicas. O recorte adotado, centrado nas acadêmicas beneficiárias do auxílio-creche da Universidade Estadual de Montes Claros, permitiu compreender uma realidade específica, situada historicamente e atravessada por múltiplas determinações sociais. Outras pesquisas poderão ampliar esse debate, incorporando diferentes territórios, grupos sociais, marcadores de raça, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero ou outras formas de organização familiar, contribuindo para aprofundar uma temática que permanece extremamente atual e necessária.

Da mesma forma, este estudo não encerra as reflexões sobre a relação entre monoparentalidade feminina, violência e direitos sociais. Pelo contrário, mostra o quanto esse campo permanece aberto para novas investigações. A própria dinâmica das políticas públicas, as constantes transformações nas relações familiares e as mudanças nas formas de

organização do trabalho impõem desafios permanentes para pesquisadores, gestores e profissionais que atuam diretamente com essas populações. Se esta dissertação produziu respostas para algumas perguntas, ela também revelou novas inquietações que continuarão acompanhando minha trajetória acadêmica e profissional.

Ao longo desta pesquisa, procurei demonstrar que as histórias aqui apresentadas não são apenas relatos individuais. Elas revelam processos sociais, evidenciam desigualdades historicamente produzidas e reafirmam que a efetivação dos direitos depende do fortalecimento de políticas públicas comprometidas com a justiça social. Entretanto, também revelam algo igualmente importante: mesmo diante de inúmeras adversidades, essas mulheres continuam construindo projetos, reorganizando trajetórias e produzindo possibilidades de existência para si e para seus filhos. Essa capacidade não pode ser utilizada para justificar a insuficiência do Estado nem romantizar a sobrecarga feminina. Ao contrário, ela evidencia que, apesar das limitações impostas pelas desigualdades estruturais, a vida continua sendo permanentemente reconstruída pelos sujeitos.

Talvez essa seja a principal contribuição desta pesquisa: deslocar o olhar da ausência para a garantia de direitos; da culpabilização individual para a compreensão das determinações sociais; da ideia de vulnerabilidade como característica das mulheres para o reconhecimento de que a vulnerabilidade é produzida, intensificada ou reduzida pelas condições objetivas de existência e pela capacidade do Estado de assegurar proteção social. Nesse movimento, reafirma-se que famílias monoparentais femininas não devem ser reconhecidas por aquilo que lhes falta, mas pela legitimidade de suas configurações, pelo direito de existir em sua diversidade e pelo dever coletivo de garantir que possam desenvolver seus projetos de vida em condições de igualdade.

Quando iniciei esta dissertação, escrevi que nenhuma pesquisa nasce neutra. Hoje, ao concluí-la, continuo acreditando nessa afirmação, mas a compreendo de maneira ainda mais profunda. Se antes ela expressava o reconhecimento de que toda produção científica parte de um lugar no mundo, agora também representa a compreensão de que pesquisar é aceitar ser transformada pelo encontro com o outro. As mulheres que confiaram suas histórias a esta investigação não confirmaram apenas categorias analíticas; elas tensionaram conceitos, ampliaram compreensões e lembraram, em diversos momentos, que a realidade é sempre mais complexa do que qualquer formulação teórica.

Talvez seja essa a maior responsabilidade de quem produz conhecimento: permanecer disposto a ouvir, a revisar certezas e a reconhecer que a ciência somente cumpre sua função

quando se mantém comprometida com a realidade da qual emerge. Não se trata de abandonar o rigor científico em favor do afeto, mas de compreender que o rigor também exige honestidade intelectual para reconhecer que todo conhecimento é produzido em diálogo com pessoas, histórias e contextos concretos. Foi esse compromisso que orientou cada etapa desta pesquisa e que continuará orientando minha atuação profissional, acadêmica e humana.

Ao escrever a carta que abre esta dissertação, afirmei que esta era uma escrita afetiva e afetada. Hoje, compreendo que ela também se tornou uma escrita comprometida. Comprometida com as mulheres que participaram desta pesquisa, com aquelas que permanecem enfrentando desafios semelhantes sem que suas histórias sejam conhecidas, com a profissão que escolhi exercer, com o Desenvolvimento Social enquanto campo de produção do conhecimento e, sobretudo, com a defesa dos direitos sociais como condição indispensável para a construção de uma sociedade menos desigual.

Não por acaso, esta dissertação recebeu o título *Ela desatinou, desatou nós, vai viver só*. Inspirada na canção que acompanhou todo este percurso, essa expressão nunca pretendeu anunciar solidão como destino, mas liberdade como possibilidade. Os "nós" aqui discutidos ultrapassam as experiências individuais das mulheres participantes desta pesquisa. São os nós produzidos pelo patriarcado, pela desigualdade de gênero, pela precarização das políticas públicas, pela naturalização da sobrecarga do cuidado e pelas diferentes formas de violência que limitam o exercício pleno da cidadania. Desatá-los não depende exclusivamente das mulheres que os enfrentam cotidianamente; constitui uma responsabilidade coletiva, compartilhada entre Estado, sociedade e todos aqueles comprometidos com a construção de relações mais justas e igualitárias.

Se, ao iniciar este trabalho, escrevi movida pelas perguntas que a vida me apresentou, hoje o concluo convicta de que elas continuam existindo talvez ainda mais complexas do que antes. A diferença é que agora elas caminham acompanhadas da certeza de que produzir conhecimento crítico também é uma forma de intervir na realidade. E, enquanto ainda houver mulheres que precisem escolher entre cuidar e estudar, entre trabalhar e maternar, entre sobreviver e exercer plenamente seus direitos, permanecerão existindo razões para pesquisar, para questionar e para seguir desatando nós.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Ingrid Gomes. **A família monoparental formada por mães sozinhas por opção através da utilização de técnicas de inseminação artificial no ordenamento jurídico brasileiro**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

BABIUK, Graciele Alves. Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero, raça e serviço social. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., Águas de Lindóia, SP. **Anais**. Brasília: CFESS, 2013.

BARSTED, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. *In*: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 13-37.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. **Lei nº 14.188, de 29 de julho de 2021**. Altera o Código Penal para tipificar a violência psicológica contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Mapa da Segurança Pública 2025**: ano-base 2024. Brasília: MJSP, 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, p. 41-59, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**: as funções da previdência e da assistência sociais. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida**: reflexões críticas sobre a condição "pós-socialista". São Paulo: Boitempo, 2019.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, Luiz Antonio Machado *et al*. (org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1984. p. 223-244.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante,

2019.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista**: psicanálise e políticas da reprodução. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2001.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. Assistência estudantil na educação superior brasileira: elementos para uma avaliação crítica. **Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 656-677, 2017.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena *et al*. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

KINCHELOE, Joe L.; McLAREN, Peter. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. p. 281-314.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAEKAWA, Jefferson. Um ciclo vicioso e perigoso: como identificar e sair dessa armadilha. **Jusbrasil**, 15 jun. 2022. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/um-ciclo-vicioso-e-perigoso-como-identificar-e-sair-dessa-armadilha/1543759776. Acesso em: 20 maio 2026.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOUNTIAN, Ilana. Reflexões sobre metodologias críticas em pesquisa: interseccionalidade, reflexividade e situacionalidade. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 17, n. 40, p. 454-469, set./dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

OLIVEIRA, Antonia Ruana Barbosa de; CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes de. Família monoparental feminina e pobreza: uma abordagem histórica e social. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 337-355, 2018.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PIMENTEL, Silvia. **Direitos humanos das mulheres**: experiências e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2011.

PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria. Direitos humanos das mulheres: uma questão de cidadania. *In*: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 147-166.

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.

SILVA, Nádia Maria Siqueira. **Mulher, trabalho e capitalismo**: relações de gênero e classe no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 226-237, 2006.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da pesquisa: "ELA DESATINOU, DESATOU NÓS, VAI VIVER SÓ.**"** Famílias monoparentais femininas, violências e direitos sociais.

Pesquisadora responsável: Natalia Costa Silva

Orientador(a): Prof. Dr. Ildenilson Meireles Barbosa.

Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO

Você está sendo convidada a participar desta pesquisa por ser estudante da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), inscrita no Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES) e integrante de família monoparental feminina, identificada a partir das informações fornecidas no processo de solicitação do auxílio-creche. Sua participação é voluntária e consistirá no preenchimento de um formulário semiestruturado, composto por questões abertas e fechadas, elaborado com o objetivo de compreender aspectos relacionados às suas condições de vida, trajetória educacional, composição familiar, acesso aos direitos sociais, experiências vinculadas à maternidade.

A pesquisa busca analisar como diferentes fatores sociais, econômicos, familiares, violência e outros influenciam o acesso das mulheres em famílias monoparentais femininas aos direitos sociais, contribuindo para a produção de conhecimento científico sobre essa realidade e para o fortalecimento de debates e ações voltadas à garantia de direitos. Antes de decidir sobre sua participação, é importante que você leia atentamente as informações apresentadas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Caso concorde em participar, sua colaboração ocorrerá de forma voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo acadêmico, institucional ou relacionado à sua participação em programas e benefícios da universidade.

OBJETIVO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as condições de vida de mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas, buscando compreender de que maneira as desigualdades de gênero, raça e classe social influenciam o acesso aos direitos sociais e a permanência dessas mulheres no ensino superior. Pretende-se, ainda, identificar os desafios enfrentados pelas estudantes-mães participantes do Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES), especialmente aqueles relacionados à sobrecarga do cuidado, às condições socioeconômicas e às múltiplas expressões da questão social que atravessam suas trajetórias.

De modo específico, a pesquisa busca compreender como as diferentes formas de violência sejam elas simbólicas, psicológicas, morais, patrimoniais, institucionais ou físicas podem impactar o acesso aos direitos sociais, influenciando as condições de vida, a autonomia e as possibilidades de permanência acadêmica dessas mulheres. Parte-se do entendimento de que a violência não se manifesta apenas como um evento isolado, mas como um fenômeno estrutural, articulado às desigualdades de gênero, raça e classe, que produz obstáculos concretos ao exercício da cidadania e à garantia de direitos. Por fim, pretende-se analisar o papel das políticas públicas, em especial da assistência estudantil, na garantia de direitos e na redução das desigualdades que incidem sobre as mulheres em famílias monoparentais femininas, contribuindo para o debate sobre estratégias de proteção social e ampliação do acesso à educação superior.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa será realizada por meio da aplicação de um formulário semiestruturado, composto por questões objetivas e discursivas, disponibilizado em formato digital. A participação ocorrerá após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo posteriormente encaminhado o link de acesso ao formulário. O instrumento de coleta de dados será direcionado às estudantes que atendem aos critérios estabelecidos para a pesquisa e abordará aspectos relacionados às condições de vida, composição familiar, trajetória educacional, acesso a direitos sociais, rede de apoio, maternidade, permanência no ensino superior e situações de violência que possam impactar suas trajetórias. O tempo estimado para preenchimento do formulário é de aproximadamente 15 minutos. As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sendo garantidos o sigilo, a confidencialidade e o anonimato das participantes em todas as etapas da pesquisa.

JUSTIFICATIVA

Você pode inserir um parágrafo específico relacionando a pesquisa ao Observatório, fortalecendo a relevância acadêmica e institucional do estudo:

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas acessam e exercem seus direitos sociais em uma sociedade historicamente marcada por desigualdades de gênero, raça e classe. Embora importantes avanços normativos tenham ampliado o reconhecimento dos direitos das mulheres, as estruturas patriarcais que sustentam diferentes formas de violência e discriminação continuam produzindo barreiras concretas ao acesso à cidadania e à proteção social.

Nesse contexto, as famílias monoparentais femininas ocupam uma posição particularmente relevante, uma vez que as mulheres assumem, de forma predominante, a responsabilidade pelo sustento, cuidado e proteção dos filhos, frequentemente sem o compartilhamento das responsabilidades parentais e sem redes de apoio suficientes. Essa realidade pode resultar em sobrecarga de trabalho, insegurança econômica e maiores dificuldades para garantir tanto os próprios direitos quanto os direitos das crianças e adolescentes sob sua responsabilidade.

A escolha por investigar estudantes-mães beneficiárias ou solicitantes do auxílio-creche do Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES) decorre da compreensão de que a permanência dessas mulheres no ensino superior está diretamente relacionada às condições materiais de existência e ao acesso a políticas públicas capazes de reduzir desigualdades historicamente construídas. Assim, a pesquisa busca analisar de que maneira as múltiplas expressões da questão social, atravessadas por marcadores de gênero, raça e classe, influenciam as trajetórias dessas mulheres, contribuindo para o debate sobre a efetivação dos direitos sociais.

Além disso, o estudo dialoga com as iniciativas de produção e sistematização de informações desenvolvidas pelo Observatório da Política de Assistência Estudantil da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), ao produzir dados sobre um segmento específico da comunidade acadêmica frequentemente invisibilizado nas análises institucionais. Ao evidenciar as condições de vida, os desafios e as demandas das estudantes-mães inseridas em famílias monoparentais femininas, a pesquisa contribui para o fortalecimento de diagnósticos sociais e para a qualificação das ações de assistência estudantil, oferecendo subsídios para o aperfeiçoamento de políticas e programas voltados à permanência e ao acesso aos direitos dessa população.

BENEFÍCIOS

Não haverá benefício direto, financeiro ou imediato decorrente da participação nesta pesquisa.

Contudo, os resultados poderão contribuir para a ampliação do conhecimento científico acerca das condições de vida de mulheres inseridas em famílias monoparentais femininas, especialmente daquelas que conciliam a maternidade com a permanência no ensino superior.

A pesquisa poderá auxiliar na identificação de desafios relacionados ao acesso e à efetivação de direitos sociais, bem como evidenciar os impactos das desigualdades de gênero, raça e classe nas trajetórias dessas mulheres. Além disso, os dados produzidos poderão subsidiar

reflexões acadêmicas, institucionais e profissionais sobre assistência estudantil, maternidade, violência de gênero, proteção social e acesso à cidadania.

Espera-se ainda que os resultados contribuam para o fortalecimento do debate sobre a permanência de estudantes-mães na universidade, fornecendo subsídios para o aprimoramento de políticas públicas e das ações desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil, bem como para as iniciativas de pesquisa e monitoramento promovidas pelo Observatório da Política de Assistência Estudantil da Unimontes.

POSSÍVEIS RISCOS E DESCONFORTOS

Esta pesquisa apresenta risco mínimo às participantes. Entretanto, considerando que algumas questões abordam temas relacionados à maternidade, responsabilidades familiares, condições socioeconômicas, acesso a direitos sociais, experiências de desigualdade e possíveis situações de violência, o preenchimento do formulário poderá despertar lembranças, sentimentos ou reflexões capazes de gerar desconforto emocional, constrangimento ou sensibilização momentânea.

Caso isso ocorra, você poderá interromper o preenchimento do formulário a qualquer momento, deixar de responder qualquer questão que não deseje responder ou retirar seu consentimento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo acadêmico, institucional ou pessoal. A pesquisadora compromete-se a conduzir todas as etapas do estudo de forma ética, respeitosa e acolhedora, assegurando o direito das participantes à autonomia, à privacidade e à proteção de sua integridade emocional.

DANOS E MEDIDAS DE PROTEÇÃO

Buscando minimizar quaisquer riscos, o formulário foi elaborado de modo a coletar apenas informações necessárias aos objetivos da pesquisa. Nenhuma participante será obrigada a responder perguntas que gerem desconforto ou sofrimento. Todos os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, observando os princípios éticos que regem as pesquisas envolvendo seres humanos. As informações serão armazenadas em ambiente seguro e acessadas apenas pela pesquisadora e pelo orientador da pesquisa.

Caso, durante ou após a participação, alguma questão desperte sofrimento emocional significativo ou revele situações de violação de direitos que demandem acompanhamento, a participante poderá ser orientada a buscar os serviços institucionais e a rede pública de atendimento e proteção social disponíveis em seu município.

CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Esta pesquisa observa os princípios éticos que orientam as pesquisas envolvendo seres humanos, garantindo às participantes o respeito à autonomia, à privacidade, ao sigilo das informações e à participação voluntária. Todas as informações coletadas serão utilizadas

exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sendo preservada a identidade das participantes em todas as etapas da pesquisa. Nenhum nome, documento, endereço, matrícula ou informação que permita a identificação individual será divulgado.

Os resultados serão apresentados de forma agrupada e analisados por meio de categorias temáticas e estatísticas descritivas, impossibilitando o reconhecimento das participantes. Quando necessário, poderão ser utilizados códigos alfanuméricos ou pseudônimos para garantir o anonimato.

Somente a pesquisadora responsável e seu orientador terão acesso aos dados individuais coletados, comprometendo-se com a manutenção do sigilo e da confidencialidade das informações.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

Sua participação nesta pesquisa é livre e voluntária. A decisão de participar ou não participar é exclusivamente sua.

Você poderá recusar o convite, interromper sua participação ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo acadêmico, institucional, pessoal ou administrativo.

A participação, recusa ou desistência não influenciará sua relação com a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), tampouco afetará a análise, concessão ou manutenção de benefícios vinculados ao Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES) ou a qualquer outro programa institucional.

CUSTOS E INDENIZAÇÕES

A participação nesta pesquisa não acarretará qualquer custo financeiro para você. Também não haverá pagamento, remuneração ou qualquer tipo de compensação financeira pela participação, considerando o caráter voluntário do estudo.

Pesquisadora Responsável:
Natalia Costa Silva
Telefone: (38) 98835-2608
E-mail: nataliacosta0101@gmail.com

Orientador(a): ldenilson Meireles Barbosa.

Telefone: (38) 992557-9032
E-mail: meirelesildenilson@gmail.com

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

Prédio da Reitoria
Montes Claros – MG
Telefone: (38) 3229-8149
E-mail: ppgds@unimontes.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui devidamente esclarecida sobre os objetivos, a justificativa, os procedimentos metodológicos, os possíveis riscos, desconfortos e benefícios relacionados à presente pesquisa. Tive a oportunidade de ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, realizar questionamentos e obter os esclarecimentos necessários, compreendendo as informações apresentadas de forma satisfatória. Estou ciente de que minha participação é livre e voluntária, podendo recusar participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem qualquer prejuízo acadêmico, institucional, pessoal ou relacionado aos benefícios estudantis aos quais tenho acesso. Declaro ainda estar ciente de que as informações fornecidas serão tratadas com sigilo e confidencialidade, sendo utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Assim, de forma livre e esclarecida, concordo em participar desta pesquisa.

Nome da participante: _____

Assinatura: _____

Data: _____ / / _____

Pesquisadora: Natalia Costa Silva

Documento assinado digitalmente
gov.br
NATALIA COSTA SILVA
Data: 18/07/2026 18:52:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura: _____

Data:_____ / /_____

APÊNDICE B - FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO

Formulário de Pesquisa – “ELA DESATINOU, DESATOU NÓS, VAI VIVER SÓ.” Famílias monoparentais femininas, violências e direitos sociais.

Pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e tem como objetivo compreender as condições de vida de estudantes mães inseridas em famílias monoparentais femininas, analisando como as desigualdades de gênero, raça e classe social influenciam o acesso aos direitos sociais e a permanência no ensino superior.

A pesquisa busca identificar aspectos relacionados à composição familiar, trajetória educacional, condições socioeconômicas, rede de apoio, maternidade, acesso a políticas públicas e possíveis situações de violência que possam impactar a vida das participantes. Os dados produzidos contribuirão para reflexões acadêmicas e institucionais sobre assistência estudantil, proteção social e garantia de direitos.

O preenchimento do formulário é voluntário e possui duração aproximada de 15 minutos. As informações fornecidas serão tratadas com sigilo e confidencialidade, sendo utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sem a identificação das participantes.

Agradecemos sua contribuição para a realização desta pesquisa.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada **“**ELA DESATINOU, DESATOU NÓS, VAI VIVER SÓ.**”** Famílias monoparentais femininas, violências e direitos sociais., vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). A pesquisa tem como objetivo compreender as condições de vida de estudantes mães inseridas em famílias monoparentais femininas, analisando como as desigualdades sociais, de gênero, raça e classe influenciam o acesso aos direitos sociais e a permanência no ensino superior. Sua participação é voluntária e consiste no preenchimento deste formulário, com duração aproximada de 15 minutos. As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sendo garantidos o sigilo, a confidencialidade e o anonimato das participantes. Você poderá interromper sua participação ou deixar de responder qualquer pergunta a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Ao selecionar a opção **"Li e concordo em participar da pesquisa"**, você declara que leu as informações apresentadas, compreendeu os objetivos da pesquisa e concorda voluntariamente em participar.

2. Você aceita participar da pesquisa *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Li e concordo em participar da pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

3.

Nome

4.

Idade

Marcar apenas uma oval.

- Até 20 anos
- 21 a 24 anos
- 25 a 29 anos
- 30 a 34 anos
- 35 anos ou mais

5.

Como você se autodeclara em relação à raça/cor?

Marcar apenas uma oval.

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela

Indígena

Prefiro não responder

6. Qual sua orientação sexual?

Marcar apenas uma oval.

Heterossexual

Lésbica

Bissexual

Outra

Prefiro não responder

7. Como você se identifica em relação ao gênero?

Marcar apenas uma oval.

Mulher cisgênero

Mulher transgênero

Outra identidade

Prefiro não responder

8. Qual atividade laboral mais se aproxima do seu perfil atualmente?

Marcar apenas uma oval.

Trabalho e estudo

Não trabalho

Apenas estudo

Não permaneço estudando

9. Você está gestante?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. Você é a primeira pessoa da sua família a ingressar no ensino superior?

COMPOSIÇÃO FAMILIAR E RENDA

11. Quantos filhos você possui?

Marcar apenas uma oval.

( ) 1

( ) 2

( ) 3

( ) 4 ou mais

12. Qual a idade dos seus filhos?

13. Como você define sua composição familiar atualmente?

Marcar apenas uma oval.

- Família monoparental feminina
- Casada/união estável
- Mora com familiares
- Outra

14. Caso tenha sinalizado ser uma família monoparental feminina, o seu filho recebe pensão alimentícia?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, regularizado judicialmente
- Não recebe
- Recebe mensalmente, com acordo verbal
- Recebe exporadicamente

15. Caso tenha sinalizado **"NÃO RECEBER",** gostaria de informar qual a motivação? ex: não localizar o genitor, medo, entender que não é necessário, não desejar reviver situações de violências, ou outras.

16.

Qual a renda familiar mensal aproximada?

Marcar apenas uma oval.

Até 1 salário mínimo

De 1 a 2 salários mínimos

De 2 a 3 salários mínimos

Acima de 3 salários mínimos

Menos que um salário minimo

17.

Sua renda é suficiente para atender às necessidades da família?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Parcialmente

Não

CUIDADO DOS FILHOS E REDE DE APOIO

18.

Quem cuida do(s) seu(s) filho(s) enquanto você estuda e/ou trabalha?

Marcar apenas uma oval.

Babá/cuidadora

Mãe

Irmã(o)

Amiga(o)

Creche

Genitor da criança

Outra pessoa

Não possuo rede de apoio

19.

Você considera que possui uma rede de apoio suficiente para conciliar maternidade e estudos?

Marcar apenas uma oval.

( ) Sim

( ) Parcialmente

( ) Não

20.

Você possui relacionamento afetivo com o genitor do seu filho (a)?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

DIREITOS SOCIAIS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

21. O auxílio-creche contribui para sua permanência na universidade?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Parcialmente
- Não

22. Quais políticas públicas ou serviços têm sido mais importantes para você e sua família?

23. Você considera que seus direitos e os direitos dos seus filhos são plenamente garantidos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Parcialmente
- Não

VIOLÊNCIA E DESIGUALDADES

24.

O rompimento do relacionamento se deu por algum tipo de violência (física, psicológica, patrimonial outras) ? RESPONDA APENAS SE TENHA RESPONDIDO **"NÃO"** NA PERGUNTA 3 do bloco 5 SOBRE MANTER UM RELACIONAMENTO AFETIVO COM O GENITOR.

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

25.

Em algum momento da sua trajetória como mãe, você percebeu que a maternidade influenciou negativamente no acesso a oportunidades, direitos ou serviços? Caso se sinta confortável, fale um pouco sobre.

26.

Em algum momento da sua trajetória como mulher você percebeu que a violência de gênero, simbólica ou institucional influenciou negativamente no acesso a oportunidades, direitos ou serviços? Caso se sinta confortável, fale um pouco sobre.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Formulários